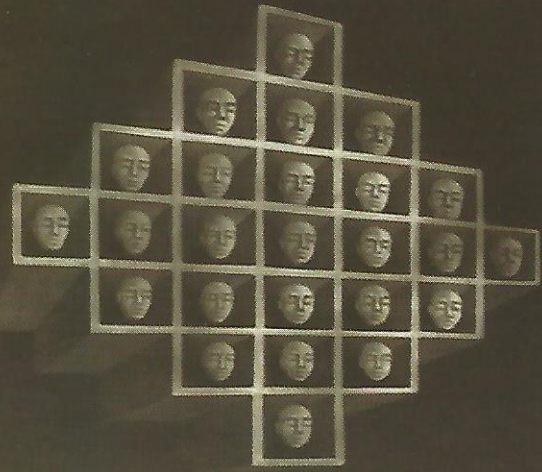
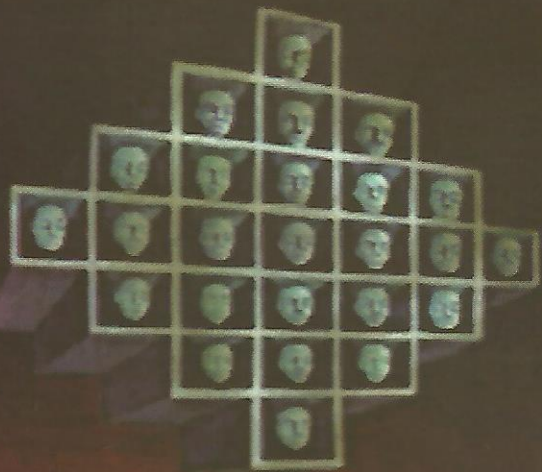
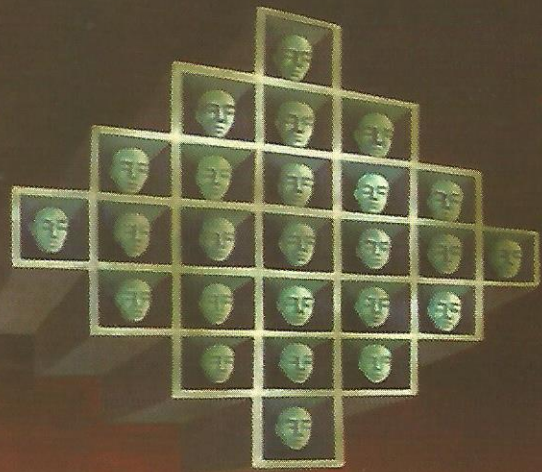
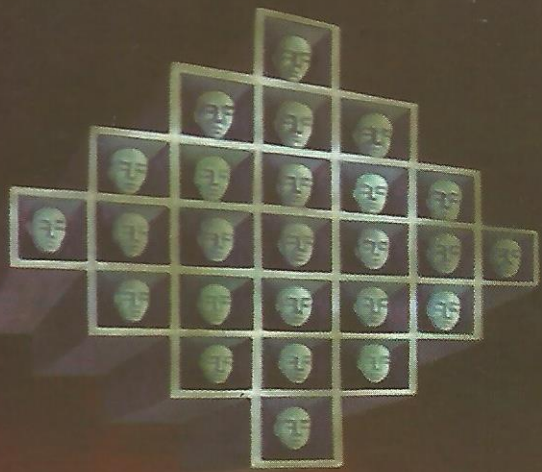
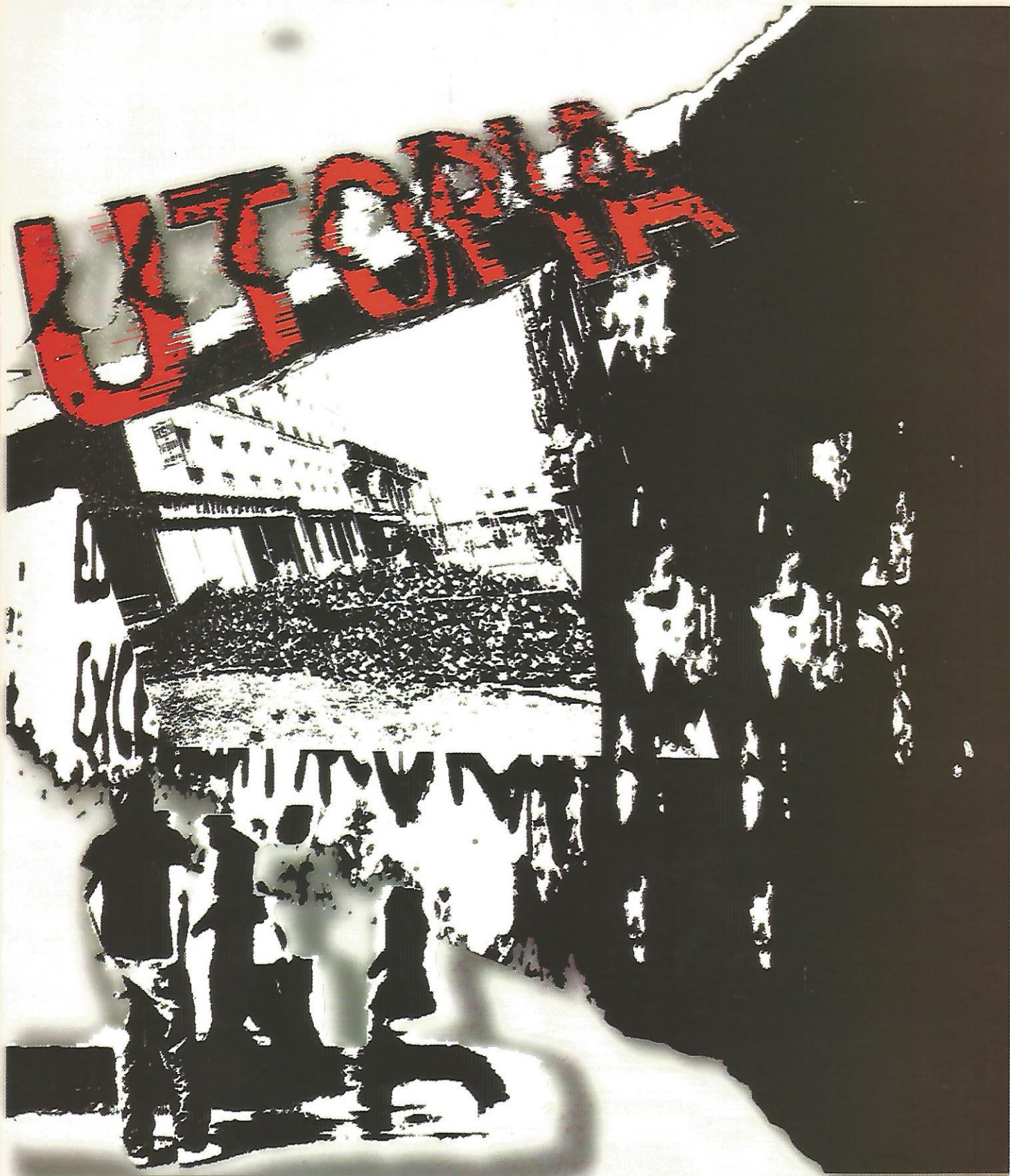


UTOPIA



N. 23
Jan. Jun. 2007





Editorial

Desde há muitos anos a esta parte que a educação, tema principal deste número da Utopia, tem sido bandeira ou sector prioritário de quase todos os governos. Sucedem-se reformas e contra-reformas, leis e decretos-leis, portarias e diplomas, mas a deterioração do ensino público continua, a violência acentua-se, a falta de motivação, de confiança e de diálogo entre as várias componentes da comunidade escolar mantém-se e isto sem que se faça uma verdadeira discussão sobre o tema. Quando existem licenciados que não conseguem encontrar empregos compatíveis com as habilitações, úteis ou inúteis, que possuem e, por outro lado, ninguém quer ter determinados ofícios, é porque algo vai mal. Quando a violência prolifera dentro das escolas, válvula de escape de quem já percebeu que, se calhar, anda ali a perder tempo, é porque algo vai mal. Quando as escolas funcionam como "fiéis depositárias" de rebanhos de jovens, que estão ali como poderiam estar noutro sítio qualquer, enquanto os pais são também eles rebanhos numa qualquer fábrica ou empresa, é porque algo vai mal. Será apenas a educação ou todo um modelo de sociedade, de economia, de vida, que terá de ser posto em causa e discutido? Para não variar, a classe jornalística, e por arrastamento o país, preocupa-se mais com faits divers como o diploma e as habilitações do Sr. Eng.º, os dislates da ministra ou os processos disciplinares levantados por uma qualquer funcionária, também ela com direito aos seus quinze minutos de fama.

Mais uma vez, e ao contrário de outras publicações provenientes de correntes ideológicas específicas, a Utopia não pretende defender modelos ou impor soluções de cartilha, antes contribuir para o aprofundamento da discussão com um conjunto de artigos nos quais, para além de um retrato da situação que se vive no estado português, se procura dar também a perspectiva libertária do problema. Perspectiva esta referida nalguns artigos: a escola não deveria formar escravos prontos a entrar no sistema produtivo, mas antes seres livres; não deveria criar homens submissos perante o poder, mas sim homens inteligentes, críticos, insubmissos. São vários os exemplos de pedagogias e escolas libertárias de sucesso. Desde as mais antigas – Orfanato de Cempuis (1880 – 1894) de Paul Robin; a pedagogia da Escola Moderna de Barcelona de Ferrer; La Ruche (1904 – 1917) de Sébastien Faure, com a sua Educação Integral – até às ainda existentes Bonaventure em França e Paideia em Espanha. E, no entanto, perante as profundas alterações que o ensino sofreu nas últimas décadas, resultado das profundas alterações da sociedade, talvez a perspectiva libertária clássica acima referida já não chegue só por si para fundamentar uma ideia de actuação. Também esta questão é abordada noutro artigo.

Outro sintoma da desertificação de ideias e imaginação que reina na classe política é a agenda que tanto se apregoa para a presidência portuguesa da união europeia no segundo semestre de 2007. De novo

os assuntos em cima da mesa serão o emprego, a competitividade e afins, agora se calhar também a flexigurança, para além de um tratado europeu que querem à força fazer aprovar para que venhamos a ter não apenas um governo nacional, mas também um europeu. Não será governo a mais para tão poucos que pagam impostos? Ao que tudo indica a Polónia está disposta a vetar este tratado, se não lhe for dado um poder de voto semelhante ao dos grandes países. Agora e sempre a eterna luta de galos pelo poder entre os grandes países europeus. Entretanto, não se fala de mais nada (para além das questões de aeroportos e de TGV's) senão nesta presidência portuguesa que irá permitir, uma vez mais, o desfile da feira de vaidades e de discussões inúteis. O que é importante obviamente não é discutido pela classe política, porque não interessa, como, por exemplo, repensar a União Europeia com base num verdadeiro federalismo construído de baixo para cima, que preserve a autonomia económico-cultural das regiões e dos seus habitantes, sem fronteiras nem limitações de qualquer espécie, e não processos como a Declaração de Bolonha para o ensino, ou seja, processos que apenas irão permitir um embrutecimento ainda maior de quem já pouca motivação tinha para aprender e para ensinar. Passar licenciaturas de 4 ou 5 anos para apenas 3? Tanto melhor, dada a qualidade do que se ensina até poderiam reduzir para um ano este grau de ensino, uma vez que o que é ministrado não serve depois para nada. Podermos ter mais pessoas com maiores níveis de habilitações não exigia que se implementasse uma qualquer Declaração de Bolonha, dado que é fácil alterar o saber para uma questão numérica. Tudo isto revela a ignorância de quem governa e do que está verdadeiramente em causa com a educação dos jovens.

Mudando de tema, o falhanço da greve geral imposta por sectores da CGTP alinhados com o Partido Comunista é mais uma prova de como o sindicalismo actual se arrasta de contradição em contradição. Ao contrário do que querem fazer crer os burocratas sindicais, que também eles se perpetuam ano após ano nas cadeiras do poder, o sindicalismo hoje em dia é mais um elemento estruturador e integrador do sistema capitalista do que propriamente um dos vectores de acção tendente a mudar esta sociedade. Sem pretender recorrer ao velho e deslocado saudosismo militante anarco-sindicalista, é indubitável que longe vão os tempos em que as sedes e delegações dos organismos sindicais eram locais de subversão, de aprendizagem e de cultura. Em suma, locais de Vida, onde o companheirismo de classe e a solidariedade não eram palavras vãs e onde se procurava efectivamente construir uma alternativa radical a uma sociedade alienante. Actualmente, os burocratas sindicais vão tentando gerir a própria crise do sistema capitalista, reivindicando 0,5% aqui, 1% acolá, enfim algo que vá justificando as posições que ocupam há largos anos. O patronato, pelo seu lado, pouco ou quase nada se queixa. O papel de mau da fita está todo reservado ao governo, como mais uma vez se constata com algumas declarações e artigos de jornal que servem para

preparar o terreno e o ambiente sobre uma nova legislação laboral, sendo que o patronato limita-se a aplicar a lei, seja ela nacional, de Bruxelas ou resultante dos ditames da globalização, que lhe vai sendo oferecida de mão beijada. Melhor que isto... nem o salazarismo.

E para ir mantendo os cidadãos "activos e participantes na vida pública" nada melhor do que mais umas eleições. A seguir ao referendo nacional sobre a interrupção voluntária da gravidez (a propósito, já mudou alguma coisa, apesar da vitória do sim no referendo? Duvidamos... já que a maioria dos hospitais nem a pílula abortiva comprou, quanto mais técnicos e tecnologias para apoiar quem, por qualquer razão, não pretenda levar a sua gravidez avante.), o sistema político conseguiu arranjar umas eleições intercalares para a autarquia lisboeta. E quais são uma vez mais as alternativas depois de a vereação anterior ter caído por incompetência, suspeitas de corrupção e falta de ideias? Será que os candidatos (os 12 magníficos) serão todos insuspeitos e competentes? Mas alguns não faziam parte da vereação anterior? E que "independência" é que poderão ter outros que estão ligados ou faziam parte de partidos até há bem pouco tempo? No deserto de ideias que se verifica, numa época em que já não há jogos de futebol para entreter e em que o país está todo ele quase de férias, esta pseudo eleição municipal servirá para ir entreterendo o povo e para alguns programitas na televisão. Antes isso... Não vá dar-se o caso das pessoas começarem a pensar a sério.

Finalmente, uma palavra para a situação que se vive na Palestina em que uma guerra civil fratricida faz bem o papel normalmente desempenhado pelo inimigo israelita. Mais um (mau) exemplo para aqueles que ainda vão acreditando em modelos caducos para as lutas de libertação dos povos, lutas que deveriam ser emancipadoras, mas que, salvo raras excepções rapidamente destruídas pelos sistemas políticos normativos e dominantes à época, só têm gerado "faróis" e guias, partidos de vanguarda e novos estados, numa consequência directa da aplicação destes modelos e com os resultados que se conhecem.



UTOPIA

define-se como revista anarquista de cultura e intervenção, o que significa a reivindicação do património histórico das ideias libertárias e do movimento anarquista, ainda que à luz de um pensamento próprio, activo e actual, e no respeito face a outras interpretações desse património.

Ao definir-se como de cultura e intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de tolerância, diálogo e criação, procurando contribuir para o aperfeiçoamento dos homens e para o alargamento das suas possibilidades de expressão e de invenção.

Ao definir-se como de intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de análise e debate dos fenómenos sociais e políticos das sociedades contemporâneas, procurando contribuir para a emancipação e a liberdade dos indivíduos e dos grupos sujeitos a quaisquer situações de opressão, repressão e intolerância, assim como procurará opor-se aos sistemas e mecanismos conducentes a manter situações de constrangimento e desvantagem social e económica de indivíduos e grupos em relação a outros, e ao Estado, entendido como um poder a que todos os homens devem obedecer mesmo que em desacordo com ele. Nesta intervenção, UTOPIA será a expressão de lucidez e de revolta, assumindo plenamente o carácter utópico das tarefas a que se propõe.

UTOPIA guiará a sua acção por uma ética de honestidade, frontalidade, solidariedade e



tolerância, que se procura expressar nestes princípios editoriais e que levará à prática em cada edição e em quaisquer actividades que venha a desenvolver.

As colaborações não solicitadas são desejadas, embora sujeitas à apreciação do colectivo editorial. Qualquer colaboração não publicada será devolvida ao autor, com a justificação dessa decisão.

O colectivo editorial compromete-se a abrir rubricas de debate quando tal for considerado enriquecedor e esclarecedor para os leitores e para os princípios aqui defendidos, sendo os autores previamente informados dessa intenção.

A indicação de um proprietário e de um director da revista deve-se a exigências legais, sendo desejada a rotatividade da direcção entre todos os que fazem UTOPIA.

A responsabilidade dos textos assinados é dos seus autores e a responsabilidade pelo projecto é de todo o colectivo editorial.



Revista Anarquista de Cultura e Intervenção

Nº 23 - Janeiro - Junho 2007

6,00 Euros (isento de IVA)

Director

Mário Rui Pinto

Colectivo Editorial

Carlos António Nuno, Guadalupe Subtil,
Ilídio Santos, J. M. Carvalho Ferreira,
José Janela, José Quintal, Manuel Almeida e Sousa,
Mário Rui Pinto, Mónica Fraga.

Colaboradores

Alicia Zarate, Antoni Castells,
Armando Veiga, Arno Gruen, Attila Toukkour,
Carlos Díaz, Claire Auzias, Christian Ferrer,
Edson Passetti, Elisiário Lapa, Francisco Madrid,
José Maria Quadros, José Tavares,
Lia Chaia, Luciano Lanza, Luís Chambel,
Maria Oly Pey, Mimmo Pucciarelli, Pietro Ferrua,
Quim Sirera, Roberto Freire.

Capa

a partir de uma pintura de José Maria Quadros

Imagem e grafismo

Manuel Almeida e Sousa

Propriedade

Associação Cultural A Vida
Publicação Semestral Registada no
Ministério da Justiça com o nº 118640

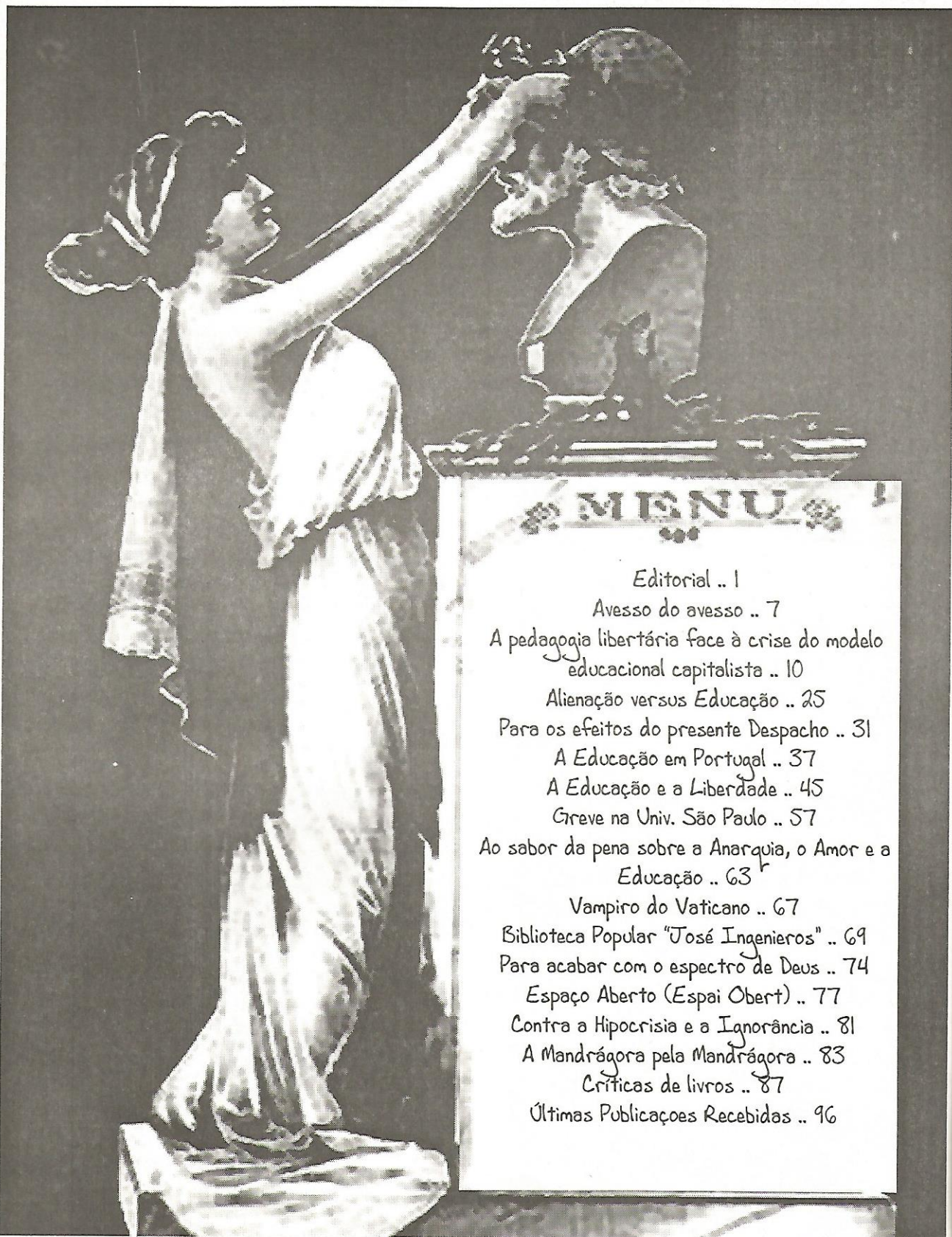
Impressão

Gráfica 2000 - Cruz Quebrada

Redacção e Assinaturas
Apartado 2537 - 1113
Lisboa Codex - Portugal

E-mail: CulturalAVida@sapo.pt

Web site: <http://www.utopia.pt>



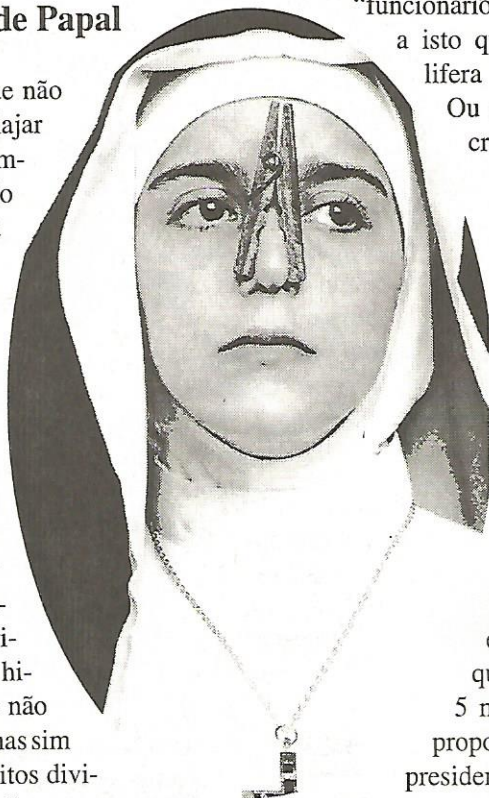
MENU

Editorial .. 1
Averso do avesso .. 7
A pedagogia libertária face à crise do modelo educacional capitalista .. 10
Alienação versus Educação .. 25
Para os efeitos do presente Despacho .. 31
A Educação em Portugal .. 37
A Educação e a Liberdade .. 45
Greve na Univ. São Paulo .. 57
Ao sabor da pena sobre a Anarquia, o Amor e a Educação .. 63
Vampiro do Vaticano .. 67
Biblioteca Popular "José Ingenieros" .. 69
Para acabar com o espectro de Deus .. 74
Espaço Aberto (Espai Obert) .. 77
Contra a Hipocrisia e a Ignorância .. 81
A Mandrágora pela Mandrágora .. 83
Críticas de livros .. 87
Últimas Publicações Recebidas .. 96

Avesso do avesso

O preço da vaidade Papal

Está desempregado? Porque não pede um subsídio para viajar até ao Vaticano e arranjar emprego lá? É que este Estado tem dinheiro a mais, coisa que não acontece na maioria dos Estados. Se assim não fosse, porque daria o Papa 500 euros a cada funcionário deste Estado, para celebrar os seus 80 anos, à semelhança do que aconteceu quando foi eleito Papa e distribuiu, também, 500 euros por cada um? Ora, se lá trabalham cerca de mil funcionários (todos padres ou outra hierarquia qualquer) e como não deveriam receber salários mas sim esmolas, segundo os preceitos divinos, porque não dão trabalho a quem



dele
precisa

para sobreviver?

Ou se não quiserem dar trabalho, porque não dão o dinheiro que têm a mais a quem dele precisa para viver? Senão vejamos: 500 euros distribuídos duas vezes por mil funcionários correspondem a um milhão de euros como prémios da vaidade Papal, ou seja, corresponde a dinheiro excedentário para os

“funcionários de Deus”. Há direito a isto quando a miséria proliferava pelo mundo inteiro?

Ou será que a “caridade cristã” é só para alguns?

Oferece-se bom emprego...

Outra opção para arranjar emprego era ter-se candidatado à Câmara de Lisboa. É que só o fizeram 12 candidatos que, ainda por cima, já tinham emprego. Ficou à espera de quê? Acha que era difícil arranjar 5 mil assinaturas para se propor como candidato a presidente da CML? Não era. Forjar números de Bilhetes de

Identidade e nomes para esses números não seria difícil e talvez valesse a pena, porque o que se ganha por ocupar aquela cadeira e cadeiras semelhantes está cada vez mais acessível a qualquer um, desde é claro que se proponha como independente. Vejam-se os casos de Fátima Felgueiras, Valentim Loureiro, Isaltino de Moraes, Carmona Rodrigues e tantos outros, que tendo já acusações de corrupção e casos afins, precisam tanto de continuar a ganhar a vida, coitadinhos, que se viram na necessidade de, sem apoios partidários, se candidatarem às cadeiras que hoje ocupam em câmaras municipais. Quer melhores exemplos para também se ter candidatado?

OPA a Portugal

Teremos um destes dias uma OPA a Portugal por parte de Joe Berardo? E quanto estará este senhor disposto a pagar (ou nem precisará de pagar pois pode dar como garantia tudo o que já possui) por todos nós? É que já não faltará muito para que até isso consiga! Senão vejamos. Primeiro, este senhor exigiu ter uma parte do CCB (Centro Cultural de Belém), exigências expostas num protocolo feito com o Ministério da Cultura, destinada a museu com uma exposição permanente do seu espólio de arte durante dez anos, espólio comprado com uma fortuna conseguida, vá-se lá saber como, ao longo da vida. Caso não aceitassem as suas exigências, ameaçou que então faria um protocolo com uma instituição estrangeira, o que, como ele diz, se assim fosse, quem ficava a perder seríamos nós. Depois, consegui também, e não é difícil imaginar quais foram as exigências que fez, ter até Setembro, uma

exposição temporária fora e dentro da Assembleia da República, de outra parte do seu espólio de arte (escultura e outras coisas). Finalmente, fez uma OPA ao Benfica! O que faltará a este senhor para ser feliz? Uma OPA a Portugal? Força! Porque para Joe Berardo e outros como ele, neste país, está tudo e estão todos à venda, não é?

OTA ou à TOA

Estará um destes dias a circular uma petição para angariar assinaturas, por todos os que queiram defender, sem quaisquer estudos prévios, a construção de um aeroporto ALGURES. Para nós é este o local mais defensável do que todos os terrestres que têm sido apontados pelos nossos políticos de polichinelo, que apenas reflectem a falta de imaginação e de visão futurista de toda esta gente. Será que ainda não viram que a vida na terra rapidamente irá esgotar-se por causa de todos os atentados de que tem sido vítima (atentados humanos, ambientais...)? Assim sendo, para quê mais aeroportos se não nos levarão a lado nenhum? Construam-se antes "naves espaciais" para aterrar num aeroporto bem longe daqui, porque estamos fartos desta conversa de tolos para tolos sobre a construção para nada e à TOA de uma OTA ou de um AOT qualquer que não se justifica de forma nenhuma.

Educação



O tema que serve de epígrafe ao meu texto é deveras complexo e abstracto, tendo presente a extensão e a profundidade do olhar que é exigido para descodificar e codificar adequadamente o objecto de observação e o objecto científico que o enforma.

Estamos perante contingências epistemológicas e metodológicas que nos obrigam a uma análise baseada em diferentes olhares e singularidades compreensivas, interpretativas e explicativas, obrigando-nos a desenvolver um discurso narrativo atravésado pela interdisciplinaridade: sociologia, política, psicologia, economia, biologia, filosofia, etc.

A PEDAGOGIA LIBERTARIA FACE À CRISE DO MODELO EDUCACIONAL CAPITALISTA

José Maria Carvalho Ferreira

Tenho consciência das dificuldades de um exercício mental, psíquico e energético que implica actualizar o que se entende, hoje, por pedagogia libertária, sabendo que a sua historicidade é intrinsecamente antagónica ao que se convencionou, legitimou e institucionalizou como modelo educacional capitalista nas sociedades contemporâneas. Por outro lado, descortinar sobre a actualidade da profunda crise que atravessa o modelo educacional capitalista à escala planetária, implica analisar as suas perversões na vida quotidiana dos alunos, funcionários e professores, mas também na sua incrustação sistemática e profunda na nossa trajetória biológica e social, sobretudo se tivermos presente a sua função no processo de aculturação e de aprendizagem social ao longo das nossas vidas: ou seja, desde que nascemos até que morremos.

Da importância e pertinência como um momento da nossa vida reflexiva não existem dúvidas, trata-se, agora, de dar corpo e forma ao meu texto. Para os devidos efeitos, em primeiro lugar, procurarei analisar o modelo educacional capitalista no quadro da sua racionalidade instrumental. Enquanto sistema global, o capitalismo desde os seus primórdios sempre se serviu da educação e formação de qualquer indivíduo como instrumento e

meio para maximizar o lucro. Sendo factor de produção,



sempre foi e será constrangi-
do a sobreviver como meio ou
instrumento de uma crescente
eficácia/eficiência cognitiva,
emocional e energética. A
competição e a concorrência
entre educandos, devido a
esse facto estruturante, atin-
gem hoje paroxismos inauditos.
A plasticidade social do
desemprego, da precariedade
da vinculação contratual, da
pobreza, da exclusão social,
da miséria, do crime e da vio-
lência é, sem dúvida alguma,
bastante explícita à escala
mundial.

Em segundo lugar,
não obstante sabermos das vir-
tualidades e potencialidades
da pedagogia libertária como
negação do capitalismo e do
Estado, assim como de deuses
e mitos, importa sobremaneira
explicitar se na actualidade
ela funciona ou evoluiu como
mera réplica mecânica de
adaptação e de reacção às per-
versões e disfunções do mod-
elo educacional capitalista, ou
se, em contrapartida, conse-
guiu efectivamente desconstruí-
lo e superá-lo.

1. A educação como meio de
eficácia sistemática no con-
texto da racionalidade instru-
mental do capitalismo.
Quando escrevemos sobre a
actualidade do modelo edu-
cacional capitalista, somos
forçados a discernir de uma
forma inelutável sobre as con-
tingências das Tecnologias de
Informação e de Comunica-
ção (TIC) e, logicamente, das

incidências espaço-temporais provocadas pela globalização.
No quadro estrito da racionalidade instrumental do capitalismo que pres-
supõe uma identidade entre meios e fins, torna-se crucial perceber até
que ponto o factor de produção trabalho inscrito nos perfis profissionais
da educação está ou não adaptado às vicissitudes da máxima eficiência e
máxima produtividade nos múltiplos contextos-situação em que é objecto
e sujeito de produção, distribuição, consumo e troca de bens e serviços de
educação. Assim, importa sobremaneira pensar as múltiplas actividades
de produção, de distribuição, de consumo e de troca que têm característi-
cas imateriais e materiais, sendo que a primeira pela sua natureza analíti-
co-simbólica tende para uma função hegemónica, na medida em que a
cognição e a emoção do factor de produção trabalho são mais importantes
e determinantes do que a energia despendida em todo esse processo.

Não se pense, contudo, que as conexões do factor de produção trabalho se
limitam à figura emblemática do professor dos diferentes níveis de esco-
larização. Para além destes, há que reflectir, seriamente, sobre os outros
dois subsistemas do modelo educacional capitalista: estudantes e fun-
cionários. Com perfis profissionais diferentes são-lhes exigidas também
competências e qualificações específicas que lhes pode permitir integrar o
mundo da produção, distribuição, troca e consumo de serviços educacio-
nais. Sendo três subsistemas – professores, estudantes, funcionários – do
sistema de educação da sociedade global, porque são interdependentes e
complementares e porque são sistemas abertos, são também e sobretudo
singularidades concretas enquanto indivíduos, grupos, organizações, lo-
calidades, comunidades, regiões, países, continentes e planeta Terra.

Por outro lado, se pensarmos nos níveis de ensino, formação e educação,
ou seja, no processo de aculturação e de aprendizagem social, de qualquer
indivíduo desde que nasce até que morre, a probabilidade de se tornar
um elemento estruturante e reprodutor do modelo educacional capital-
ista tornou-se uma hipótese infinita. Esse processo, começa na família,
alarga-se aos grupos de partilha e pertença das aldeias, vilas e cidades e,
consequentemente, aos espaços-tempos da vida quotidiana que enforma
as especificidades territoriais.

Se começarmos, agora, a tentar compreender, interpretar e a explicar as
contingências das TIC e da globalização do modelo educacional capital-
ista, somos constrangidos a desenvolver um discurso narrativo complexo
e abstracto.

Ao sairmos do espaço-tempo da nossa existência biológica e social in-
crustada pelo interconhecimento da família, grupo ou comunidades
persistentes nas aldeias, vilas e cidades, entramos no domínio das cat-
egorizações sociais, políticas, económicas e culturais de tipo abstracto e
analítico-simbólico. São categorias, cuja plasticidade social e biológica
nos leva para definições e convenções territoriais expressas em países,
continentes, planeta Terra e universo.

No sentido amplo, escrever ou falar sobre o modelo educacional
capitalista é reflectir até que ponto as nossas mentes, psiques e corpos na

sua totalidade, como realidade concreta biológica e social, são ou não capitalizadas por esse modelo através das contingências da globalização e das TIC.

“Entre os vários factores que estão na origem e no desenvolvimento da globalização (Soros, 1999; Robertson, 2000; Wallerstein, 1979; Waters, 2002) devemos sublinhar o papel relevante das empresas transnacionais nas actividades de produção, distribuição, consumo e troca de bens e serviços. Se bem que este papel numa parte substancial das actividades económicas seja significativo, em alguns países capitalistas menos desenvolvidos, pelo facto da importância assumida pelo modelo industrial de tipo taylorista-fordista – automóveis, química, metalurgia e têxteis – as suas contingências são fundamentalmente outras. Mesmo neste âmbito, as actividades económicas relevantes da produção reportam-se, cada vez mais, à informática, à micro-electrónica, à biotecnologia, à telemática e à robótica. A produção destes bens e serviços é, em grande parte, produto de um tipo de conhecimento e de informação decorrente de novas modalidades de adaptação do factor trabalho às novas tecnologias. São bens e serviços estruturados pelas tecnologias de informação e de comunicação que permitem, em tempo real, a nível mundial, padronizar as modalidades de produção e distribuição de consumo corrente, como são os casos da alimentação, vestuário, habitação, bebidas, mas também serviços de natureza imaterial, ou ainda da informática, da cultura, da informação, do conhecimento, da publicidade e do lazer (Goldfinger, 1998).

Em segundo lugar, a crescente inte-

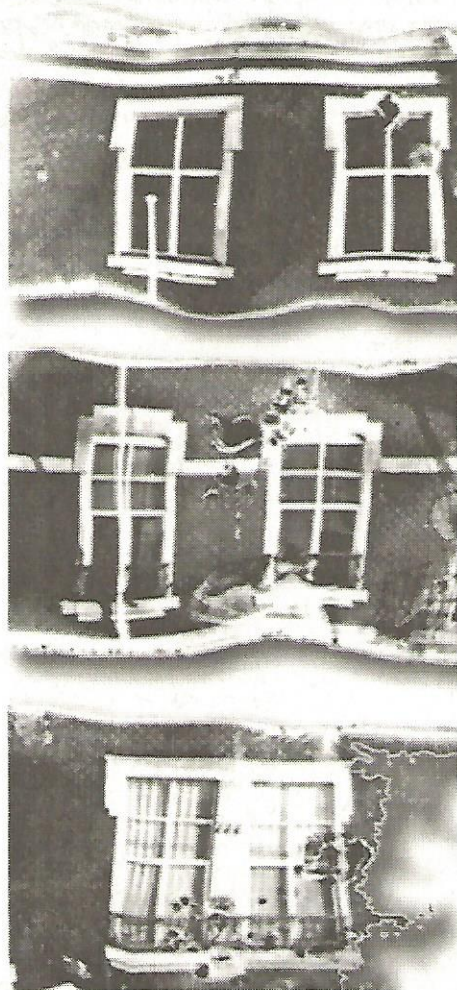
gração da ciência e da técnica no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo permitiu uma crescente racionalização da organização do trabalho. A capacidade inaudita de deslocalização territorial das novas tecnologias, da energia, da informação e do conhecimento personificados no factor de produção trabalho, ao mesmo tempo, permitem uma aproximação quase infinita ou fazem coincidir o tempo virtual com o tempo real. Por outro lado, permitem um incremento gigantesco da racionalização da organização do trabalho à escala mundial, nomeadamente nos domínios da divisão do trabalho; dos níveis hierárquicos da autoridade formal, dos processos de decisão e de liderança nas organizações (Ferreira, et al., 2001). Os métodos de concepção, de planeamento e de controlo sobre o factor de produção trabalho generalizam-se aos factores cognitivos e emocionais, subalternizando progressivamente a energia física despendida. Perante os constrangimentos da competitividade e da concorrência, impostos pelo dinamismo das empresas transnacionais, assiste-se à generalização da polivalência, flexibilidade e, recentemente, da empregabilidade. Consequentemente os novos “gurus da gestão” apostam na racionalização do processo de trabalho e da organização do trabalho, como implicações manifestas no acréscimo de produtividade do factor de produção trabalho.

Estas tendências revolucionam as qualificações e competências do factor de produção trabalho, adstritas à execução de tarefas concernentes ao modelo de organização do trabalho taylorista-fordista. Por essa via são realizadas mudanças nos perfis profissionais, nas competências e qualificações do factor de produção trabalho (Boyer, 1986; Kergoat, et al, 1998). Esta tendência espaço-temporal do modelo de organização do trabalho inscreve-se no processo de globalização das sociedades, permitindo que as formas de dominação e de exploração sobre o trabalho assalariado sejam realizadas atempada e adequadamente. A coincidência no espaço-tempo real com o espaço-tempo virtual realiza-se através de fluxos de energia, informação e conhecimento e é objecto de institucionalização num sistema de redes a nível local, regional, nacional e mundial. As empresas transnacionais podem usufruir, assim, de uma estrutura de custos de produção baseada em salários baixos e diferenciados, da mesma forma que podem beneficiar de benefícios fiscais e da inexistência de regulamentação laboral e sindical em países capitalistas menos desenvolvidos, como é caso emergente da China. Os custos de produção, sendo diferenciados, permitem que a localização e deslocalização territorial de investimentos, de capitais, de

tecnologias se realizem em tempo real e que as modalidades de contrato de trabalho com duração temporária e a tempo parcial, e sobretudo contratos de trabalho atípicos, se generalizem à escala mundial (Boltanski e Chiapello, 1999; Pinard, 2000).

Em terceiro lugar, perante a força desafiadora das actividades das empresas transnacionais, o Estado-Nação perde a sua capacidade de intervenção na regulação e controlo das actividades económicas, sociais, políticas e culturais. Incapaz de contrariar a crise que atravessa, limita-se, em muitos casos, a intervir na política administrativa e na segurança do seu território nacional. Todavia, nem nestes domínios é proficiente. A excessiva burocratização e centralização do aparelho de Estado nas áreas da saúde, da segurança social, da política, da educação, do crime e da violência, gera uma perda de credibilidade e de legitimação junto da sociedade civil (Rosanvallon, 1995). Por outro lado, em termos de segurança dos indivíduos e grupos que constituem a sociedade civil e da perda de legitimidade político-administrativa, o Estado-Nação, para superar a crise endémica que atravessa, vai abdicando da soberania que exercia sobre o seu território, funções que tiveram origem à formação de instituições e de organizações transnacionais poliformes: ONU, OMC, NATO, Banco Mundial, FMI, UE, NAFTA, Mercosul, etc.

Em grande medida, a perda de legitimidade e de influência do Estado-Nação pode deduzir-se da crise política de governação e do sistema de representatividade formal assente nos princípios e nas práticas da democracia representativa. No entanto, esta crise é acompanhada pela crescente desintegração do modelo de produção e de consumo em massa de tipo fordista. É um facto incontestável que o Estado-Nação exerceu um papel preponderante nos domínios da repartição de rendimentos, da protecção social, da política económica e na regulamentação das relações entre o capital e o trabalho.



Essa força estruturante deveu-se à sua capacidade de intervenção reguladora nos domínios da produção e de distribuição de riqueza social no período histórico dos “trinta anos gloriosos” do capitalismo (Lallement, 1994). Desde então, pelas razões já sublinhadas, tem-se assistido à perda de legitimidade do Estado-Nação e da sua influência sobre a sociedade civil. Este facto deve-se à crise do modelo fordista não lhe permitir aceder à riqueza social que é imprescindível para manter as políticas sociais e económicas que eram a razão de ser do Estado-Providência. Não admira, assim, que muitas das suas funções e tarefas relativas ao controlo e regulamentação do mercado de trabalho fossem drasticamente atenuadas ou extintas.

Em quarto lugar, enquanto força de estimulação da globalização, devemos referir a queda do muro de Berlim. A importância deste facto emerge fundamentalmente na abertura das fronteiras dos países que tinham enveredado pelo socialismo de tipo soviético ao comércio mundial e ao mercado de trabalho. A oportunidade histórica de generalizar as relações sociais de produção capitalistas e, portanto, de capitalizar a socialização e a sociabilidade cognitiva, emocional e energética de centenas de milhões de trabalhadores assalariados, transforma radicalmente as potencialidades de expansão da racionalidade instrumental do capitalismo à escala mundial. Vencido o modelo socialista de tipo soviético,

acabavam as resistências de um capitalismo de Estado que tinha sobrevivido durante sete décadas. O imaginário colectivo que congregava partidos de esquerda e de extrema-esquerda na luta contra o capitalismo, como resultado, extinguiu-se progressivamente. O capitalismo de mercado viu, enfim, a hipótese histórica de constituir-se como o “único” paradigma societário credível para a espécie humana no planeta Terra. Simultaneamente, centenas de milhões de milhar de novos consumidores e de produtores dos países que tinham enveredado pelo socialismo de tipo soviético expandem as capacidades produtivas das empresas transnacionais, nomeadamente através da implantação de novos mercados, novas tecnologias, fábricas, bancos, bens e serviços do sector terciário. O caso da China é paradigmático. Por último, pode afirmar-se que o crescendo das TIC se tem manifestado como um dos grandes factores da visibilidade social da globalização, nomeadamente no que concerne às actividades económicas e financeiras, assim como à sua influência estruturante no campo das actividades sociais, culturais e políticas. A constituição de redes de informação e de comunicação à escala mundial, não sendo semelhante em todos os países, permite, no entanto, que se materialize um modelo padrão de codificação e descodificação de linguagens, cujas simbologias e significados, implicam a adopção da mesma tipologia de valores, de moral, de política, de relações sociais e de processos de aculturação e de aprendizagem social. No imediato, contrariando essa evolução hegemónica, emergem movimentos sociais de resistência à implementação do modelo padrão de globalização capitalista. São movimentos sociais que procuram adaptar-se e a reagir a uma racionalidade instrumental que procura impor a sua ordem, económica, social e política.

Como consequência, a globalização incide basicamente na transfor-

mação do homem num objecto de produção e de consumo de mercadorias. O dinheiro, assim como a generalização da competição e da concorrência inter individual corporizados na luta pela sobrevivência do “estatuto de trabalhador assalariado”, tornou-se num mito, numa miragem que gera um conjunto de fantasmas e frustrações. São estes valores primaciais que dão sentido e consistência identitária aos indivíduos e grupos que habitam o planeta Terra. Não admira, assim, que a grande massa dos indivíduos e dos grupos sociais intermédios das sociedades capitalistas desenvolvidas, se transformem em objectos de adaptação aos desígnios normativos da globalização. A plasticidade social da influência dos “mass media”, da cultura, do lazer e do consumo é, nesse aspecto, deveras significativa.

Na actualidade, as TIC têm um grande impacto no processo de trabalho e na sua organização. Para o efeito, basta pensarmos nas mudanças cognitivas, emocionais e comportamentais que resultam da exigência de novas competências

e qualificações do factor de produção trabalho em relação às funções e tarefas que o constroem a protagonizar papéis idênticos a um sistema processador de informações, nomeadamente no que se refere às exigências de descodificação e codificação de linguagens analítico-simbólicas decorrentes da informação, conhecimento e energia veiculada pelas novas tecnologias. Estas personificam um imenso trabalho social automatizado nos mecanismos internos das mesmas e são o resultado inaudito de uma integração da ciência e da técnica provocado pela evolução da racionalidade instrumental do capitalismo. A ciência na sua substancialidade em informação, conhecimento e energia generaliza-se numa imensa quantidade e qualidade de bens e serviços no mercado. É de natureza material sem dúvida, mas os signos e significados que integram a informação e o conhecimento são de natureza imaterial, ou mais propriamente analítico-simbólicas.

Como realidade económica, a globalização é visível através de um sistema financeiro que tem capacidade de socializar o capital e o dinheiro, fazendo coincidir o tempo virtual com o tempo real à escala mundial. As grandes metrópoles financeiras sedeadas em Nova Iorque, Londres e Tóquio, entre outras, lideram esse processo, através de uma rede complexa e abstracta, decidindo das formas e dos conteúdos das actividades bolsistas, da localização e deslocalização dos investimentos, das aquisições, concentrações e fusões dos grandes grupos económicos e, logicamente, da formação e expansão de uma rede de empresas

transnacionais (Castells, 1998, 2002). A
 concentração da propriedade do capital e
 o investimento tornam-se, por esse fac-
 tor, cada vez mais abstractos, razão pela

de produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias e, vari-
 adíssimas vezes, não se sabe quem é proprietário do capital nem de
 onde provém o investimento destas actividades económicas.

As empresas transnacionais actuam no quadro da racionalidade
 instrumental do capitalismo, onde a
 competição e a concorrência são mais
 desenfreadas e sobretudo o sentido da
 maximização do lucro é a finali-
 dade máxima das iniciativas
 do sistema financeiro interna-
 cional. O imaginário "lucrativ-

ista" dos accionistas
 deste tipo de capi-
 tal reside no curto
 prazo, em investi-
 mentos, na venda e
 compra de acções
 propiciadoras de
 enriquecimento
 fácil. É uma espécie
 de capitalismo ab-
 stracto que não tem
 rosto, mas tem uma
 expressão significa-
 tiva na vida quotidi-
 ana das organiza-
 ções e dos actuais e
 potenciais trabalha-
 dores assalariados
 de todo o mundo
 (Sennett, 2001).
 Perante as evidên-
 cia empíricas já
 demonstradas (Pau-
 gam, 2000), não há
 duvida de que, por
 via do impacto das
 fusões, concentra-
 ções e aquisições do
 sistema financeiro
 internacional, assist-
 timos ao aumento
 drástico do desem-



qual a
 força
 estru-
 turante das novas
 tecnologias e das
 mudanças opera-
 das na organiza-
 ção e no processo de trabalho sejam
 objecto de padronização à escala plan-
 etária no que concerne às modalidades

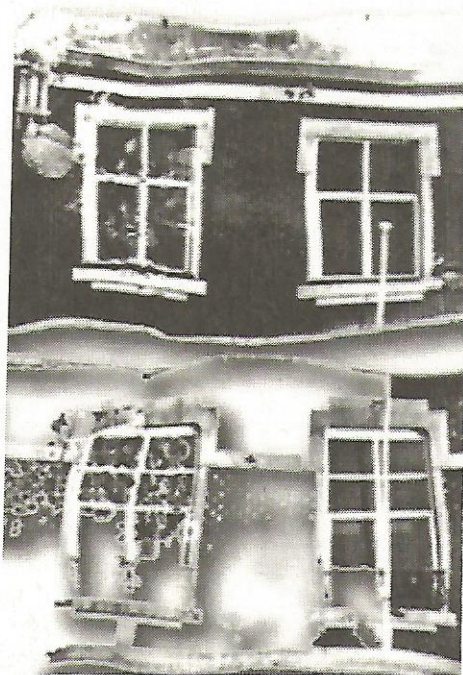
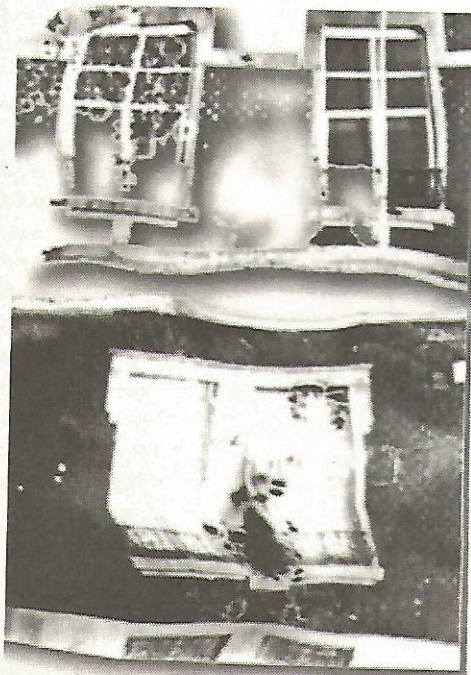
prego, da precariedade dos vínculos contratuais, da pobreza e da ex-
 clusão social. A desgraça de uns é privilégio para outros, cuja razão de
 existência se limita ao consumo desenfreado de objectos (Luttak, 2000).

Tudo isso, no entanto, não impede que se desenvolva um imaginário colectivo, baseado no consumo padrão, desenvolvido pelo sistema financeiro internacional, em articulação estreita com a capacidade de localização e deslocalização das grandes empresas transnacionais a nível local, regional, nacional e mundial. A criação e expansão do sistema financeiro internacional através da expansão de empresas transnacionais não se coadunam com os limites territoriais e político-administrativos do Estado-Nação. Perante a força estruturante da globalização, o Estado-Nação é substituído paulatinamente nas suas funções clássicas de regulação e controlo das políticas económico-financeiras por instituições estatais transnacionais – FMI, OMC, UE, NAFTA, Mercosul. No fundo, estas instituições não são mais do que uma tentativa histórica para superar a manifesta incapacidade do Estado-Nação em controlar e regulamentar uma realidade económica que importa sobremaneira racionalizar à escala transnacional.

Enquanto que no domínio económico-financeiro a globalização evolui de forma imparável (Soros, 1999), em relação à actividade política subsiste ainda uma série de condicionalismos. A crise de identidade e de legitimidade da actividade política como vocação e profissão, expressa na inexistência de modelos de sociedades contrastantes e na degradação da vocação profissional, inscrita em tarefas políticas nos partidos e na governação das instituições estatais, revela-se um facto que tende a generalizar-se. A crise de legitimidade das funções legislativas, executivas e jurídicas, subjacentes à governação do Estado-Nação, é cada vez mais evidente. Por outro lado, perante a generalização de conflitos à escala local, regional e nacional, o Estado-Nação revela uma manifesta incapacidade político-

administrativa e militar de controlar os conflitos que emergem no seu território. Os conflitos recentes e actuais no Kosovo, Burundi, Afeganistão, Iraque, Angola, Timor-Leste, Ruanda,

Médio Oriente, Sudão, etc., são uma demonstração inequívoca dessa tendência. Perante a manifesta incapacidade do Estado-Nação em resolver os múltiplos conflitos que actualmente se desenvolvem nos seus territórios, nada mais lhe resta do que abdicar de grande parte do poder de regulação e controlo da violência que detinha sobre a sociedade civil. Perante este cenário de fragilização institucional e de legitimação, o Estado-Nação vê-se constrangido a adaptar-se e integrar-se numa rede de poder e controlo transnacional. Enquanto tendência e probabilidade, é sem dúvida um tipo de evolução política padrão que se identifica com os propósitos hegemónicos e normativos da globalização. A implantação de um modelo de democracia representativa identificado com os desígnios das empresas transnacionais e, necessariamente, dos EUA e dos



países capitalistas mais desenvolvidos revela-se, assim, a solução mais adequada. Esta tendência configura-se na expansão e hegemonia de um poder político-militar transnacional: ONU, NATO, etc. No contexto dos modelos políticos contrastantes, sob a liderança do EUA e da UE, a força do modelo de democracia representativa revela-se, por tais motivos, como a solução mais adequada aos objectivos de expansão da globalização.

No que concerne à situação social decorrente do processo de globalização em curso, denota-se que os seus efeitos são cada vez mais relevantes na vida dos indivíduos e grupos que trabalham nas organizações que integram as sociedades contemporâneas. É evidente que os efeitos da globalização são diferentes no que toca os países capitalistas desenvolvidos e nos outros menos desenvolvidos. Todavia, nos grandes centros urbanos desenvolve-se um processo de individualização e de atomização dos indivíduos, que se traduz na perda de referências éticas e morais, gerando a destruição progressiva dos valores assentes na solidariedade, na responsabilidade, na liberdade e na cooperação. Sem um sistema de representações colectivas suficientemente integrador e estabilizador da ordem social, é natural observar uma tendência crescente dos fenómenos sociais relacionados com o crime, a violência, a droga e a marginalidade social.

Por outro lado, face à inexistência de um Estado-Providência com políticas de protecção social visíveis na segurança social, na educação, na saúde e na habitação, não admira que se desenvolvam fenómenos tendentes ao aumento do desemprego, da miséria, da pobreza e da exclusão social (Dupas, 1999). A desintegração progressiva dos corpos sociais intermédios da sociedade civil – família, instituições religiosas, partidos, sindicatos e empresas – levam também à destruição dos laços de referência, de partilha e de pertença dos indivíduos, no seio dos diferentes corpos sociais intermédios, gerando situações de conflito, de anomia social e de crise em

relação aos sistemas de representação colectiva da sociedade.

Em termos sociais é importante também referir o trabalho e o emprego como elementos nucleares do processo de sociabilidade e de socialização dos indivíduos e dos grupos. O espaço-tempo das actividades relacionadas com o trabalho e o emprego são significativos para dinamizar relações sociais conducentes à integração social. Todavia, as manifestações perversas da globalização têm destruído as bases de socialização que resulta do trabalho assalariado assente na estabilidade intelectual, psíquica e física. O sentido criativo e a satisfação inerente às actividades do trabalho deterioram-se, ao mesmo tempo que o posto de trabalho e a remuneração monetária decorrentes da vinculação contratual através do emprego sofrem uma erosão sistemática (Eme e Laville, 1994). Na estrita medida em que os laços sociais são extintos, quando não se trabalha ou não se tem um emprego para sobreviver, a exclusão social e a pobreza resultam num fenómeno migratório exponencial. Nesse aspecto, verifica-se que a globalização provoca um desenvolvimento do processo de emigração, cujos contornos são difíceis de prever.

A globalização, na perspectiva cultural, é atravessada por uma tendência que se corporiza na padronização dos significados veiculados pela força estruturante das TIC. Efectivamente, a simbologia comunicacional das novas tecnologias leva a um processo de interacção padronizado entre os indivíduos e grupos na emissão, transmissão e recepção de informações que integram a sua vida quotidiana. A repetição sistemática dos mesmos comportamentos, dos mesmos estímulos-respostas, reportados a um conjunto padrão de signos e significados, leva necessariamente a um modelo padrão de codificação e decodificação de linguagens com repercussões manifestas no processo de aculturação e de aprendizagem social dos indivíduos e grupos que constituem as sociedades contemporâneas (Featherstone, 1998). É evidente que existem ainda grandes diferenças nesse processo de aculturação, sobretudo se tivermos presente as diferenças de desenvolvimento da racionalidade instrumental do capitalismo entre os vários continentes do planeta Terra. Não obstante, estando empregado ou desempregado, sendo pobre, miserável ou rico, todos os seres humanos são bombardeados no seu quotidiano por milhares de estímulos que têm a mesma origem e o mesmo significado cultural: guerra, crime, violência, catástrofes naturais, publicidade de bens e serviços de todo o tipo.

Quando a informação e a comunicação se integram, através de um processo simbiótico, corporizam-se necessariamente em conteúdos e formas comportamentais que resultam da energia, do conhecimento e da informação dos indivíduos nas múltiplas relações sociais que dinamizam nos locais de trabalho, na

família, nos grupos de referência, nos bairros das cidades onde habitam, nos cafés ou jardins que frequentam. Na actualidade, o imaginário individual e colectivo dos indivíduos e dos grupos é mediatizado pela força estruturante das novas tecnologias. O sistema de representações colectivas, embora seja em parte objecto de partilhas e de referências baseadas em relações sociais informais, na sua essência, é veiculado por uma racionalidade exterior à participação e decisão de qualquer indivíduo ou grupo. Essa razão abstracta exterior aos indivíduos e aos grupos conjuga-se com uma cultura polarizada no audiovisual, nomeadamente apoiada na força estruturante da informática, dos “mass media” e da televisão. A descodificação das linguagens mais representativas das novas tecnologias transformou a língua inglesa no elemento crucial do processo de aculturação que acompanha a globalização. As linguagens da globalização não se circunscrevem à realidade linguística. A simbologia traduzida na disciplina e controlo normativo dos corpos são determinadas por um tipo de globalização que se impõe através de padrões de vida quotidiana, com conteúdos e formas de vestir, de lazer e de ócio muito específicos. Daqui resulta que, produzir e consumir objectos de incidência cultural tornou-se num dos factores mais representativos do preenchimento do tempo livre e do tempo da lazer na era da globalização.” (Ferreira, 2002: 201-230)

Ao cingirmo-nos, mais especificamente, às conexões entre a racionalidade instrumental do capitalismo e o modelo educacional capitalista, é fácil constatar uma enorme crise. Essa crise provém de três factores fundamentais.

Um dos factores reporta-se à natureza hierárquica e burocrática desse modelo. Ou seja, em qualquer contexto educacional – primário, básico, secundário e superior – persiste uma rigidez institucional e estrutural. Os subsistemas – professores, funcionários, alunos – de qualquer escola ou universidade, não intera-

gem proficientemente uns com outros, por forma a que emerja uma interdependência e complementaridade entre eles e sejam realizadas sínteses cognitivas, emocionais e comportamentais traduzidas, eficientemente, na produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços científicos de diferentes espécies. Os actores individuais e colectivos estão demasiado constrangidos a reproduzir mecanicamente a regra, a norma e a execução de tarefas e funções determinadas pela estrutura hierárquica da autoridade formal, pela divisão do trabalho, o processo de tomada de decisão e o processo de liderança.

Isto significa que os órgãos sensoriais – visão, audição, olfacto, tacto e sabor – dos professores, alunos e funcionários são meras réplicas mecânicas que resultam de uma memória do passado. A coincidência do espaço-tempo virtual com o espaço-tempo real implica que os órgãos sensoriais dos referidos actores sejam sistemas processadores de informação, conhecimento e energia. Implica que no espaço-tempo da vida quotidiana dos alunos, professores e funcionários, todos sejam, simultaneamente, emissores e receptores de informação, conhecimento e energia. Implica que, em termos da racionalidade instrumental do capitalismo que, em cada segundo, minuto, hora, semana, mês ou ano, enquanto factor de produção trabalho, produzam, distribuam, troquem e consumam bens e serviços de características analítico-simbólicas.

Ao institucionalizarem e formalizarem as cognições, as emoções e a energia dos funcionários, professores e alunos, estes têm extrema dificuldade em interagirem de modo informal e espontâneo, condicionando enormemente a sua criatividade, responsabilidade e liberdade. Esta situação torna-se paradoxal no quadro da racionalidade instrumental que exige qualificações e competências adequadas aos múltiplos alunos, funcionários e professores que trabalham nas escolas e universidades. Para responder atempada e adequadamente às exigências dos diferentes perfis profissionais não é mais possível partilhar rigidamente o poder na autoridade hierárquica formal, sendo que o director ou o reitor exercem o poder máximo, logo a seguir os quadros intermédios em menor proporção, mas com algum poder, para finalmente culminar na base da pirâmide do modelo educacional, onde se encontram estudantes, funcionários e alguns professores sem ou com pouco poder.

No que se reporta à divisão do trabalho e à autoridade hierárquica formal as relações entre professores, alunos e funcionários são perpassadas por diferenças abissais no exercício do poder. Esta situação, se bem que em menor grau, também atravessa as relações no interior das três categorias sócio-profissionais. O processo de liderança formal reportada à existência de chefes e subordinados diz-nos também de que forma a institucionalização e formalização desse processo condiciona e inviabiliza a emergência da espontaneidade e da informalidade nas relações entre professores, estudantes e funcionários. Se pensarmos

na sala de aula de qualquer instituição ou organização escolar, facilmente, damos-nos conta de uma situação costumeira, em que o professor não passa de uma réplica mecânica de transmissão de conhecimentos de autores e paradigmas científicos e os alunos meros “caixotes do lixo” de uma memorização efémera. A aprendizagem social não existe, porque as restrições não deixam que todos – professores e alunos – possam simultaneamente evoluir espontaneamente como líderes informais.

O mesmo posso referir em relação ao processo de tomada de decisão do modelo educacional capitalista. Todos os indivíduos e grupos que trabalham numa instituição ou organização escolar precisam de tomar decisões, de forma adequada e atempada, para poderem concorrer e competir entre eles no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo. Têm que saber decidir de como e quando vendem a sua cognição, emoção e capacidade energética. Na medida em que a produção, distribuição, troca e consumo da mercadoria ciência se esgota no segundo, minuto, hora ou dia em que se vende e compra, o processo de tomada de decisão não pode estar, exclusivamente, confinado aos proprietários e accionistas do capital, nem tampouco aos directores ou reitores das escolas e universidades. A compra de “inputs” em energia, informação e conhecimento e a sua transformação em “outputs” implica, para os devidos efeitos, a existência de proprietários e accionistas do capital, de um director ou de um reitor. Todavia, na nossa contemporaneidade, se pensarmos nas contingências da globalização e das TIC mais recentes – inteligência artificial, nano tecnologias, páginas web, internet, neurociência, biotecnologia – a transformação desses “inputs” em “outputs” científicos está mais do que nunca baseada na causalidade e efeitos resultantes da acção individual e colectiva de todos os actores que trabalham nas escolas e universidades.

Funcionários, estudantes e professores, sem excepção,

são actores de potencialidades e possibilidades cognitivas, emocionais e energéticas de transformação de informação, conhecimento e energia em bens e serviços educacionais. Qualquer escola tem um âmbito de tomada de decisão individual, grupal e organizacional. Daí que o modelo educacional capitalista esteja em crise devido à natureza do processo de tomada de decisão persistente.

O segundo factor da crise que atravessa o modelo educacional capitalista reporta-se ao seu modelo pedagógico e à inadequação da formação e educação ministrada em relação ao mercado de trabalho.

Neste último domínio é notória a desadequação. Os “trinta gloriosos anos do capitalismo” foram formatados em termos de perfis profissionais que exigiam qualificações e competências capazes de transformar matérias-primas exteriores à condição humana em bens de características materiais – automóvel, têxtil, química, cimento, ferro, vidro, madeira, petróleo, siderurgia, mecânica, energia nuclear, indústria agro-alimentar, etc... A expansão deste modelo transformou o modelo educacional na criação e desenvolvimento de um “saber-fazer” inscrito em perfis profissionais modelares: engenheiro, professor, estudante, funcionário, médico, biólogo, filósofo, economista, gestor, político, serralheiro, fresador, torneiro, mecânico, tecelão, marceneiro, pedreiro, agricultor, etc. Ao seguirem este modelo educacional capitalista, as escolas e as universidades de diferentes tipos expandiram-se como nunca.

O modelo educacional capitalista tem, assim, como função principal educar e formar indivíduos para uma profissão que lhe permita o máximo de rendimento, prestígio e “status”. Como se verifica hoje, muitas das formações ministradas pelas escolas e universidades não encontram saída positiva no mercado de trabalho. Tendo presente as estatísticas do número de centenas de milhares de desempregados e de desqualificados, o que se pode deduzir, desde já, é que as competências e qualificações de qualquer perfil profissional estão numa situação de crise. Na realidade a sua formação e educação reporta-se, na maioria dos casos, aos desígnios de um “saber-fazer” adstrito ao sector industrial, agrícola e comercial que integra a segunda revolução industrial e atingiu o seu apogeu nos “trinta gloriosos anos do capitalismo”.

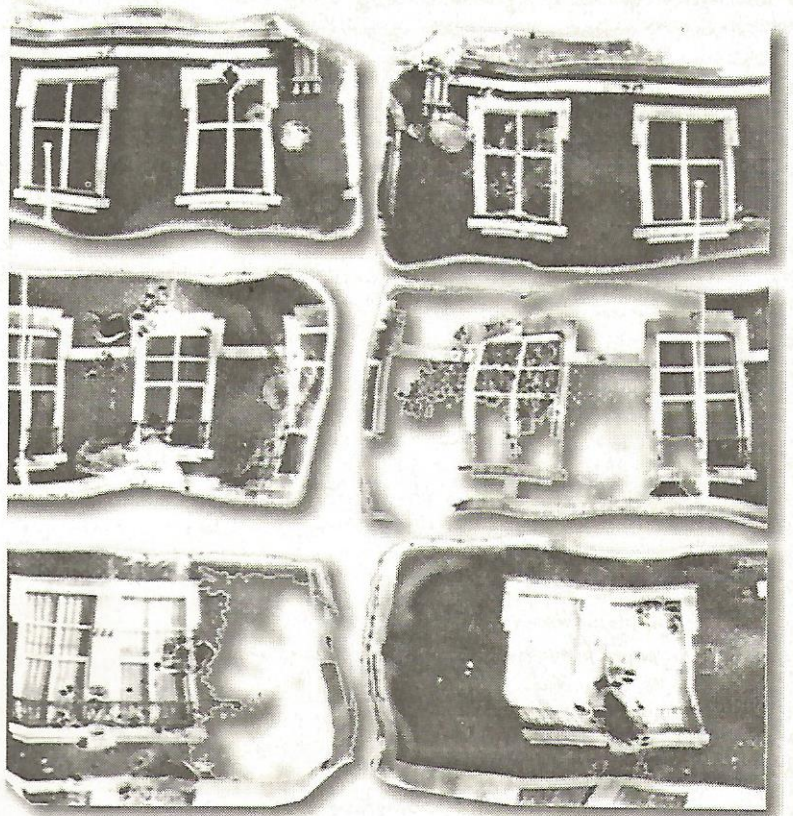
Com as contingências da globalização e das TIC as competências e qualificações exigidas ao factor de produção trabalho primam pela sua capacidade/possibilidade de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços de características imateriais. As competências e qualificações têm a sua centralidade nas capacidades/possibilidades cognitivas e emocionais do factor de produção trabalho e não, como antes, na sua força energética. Assim sendo, ao factor de produção trab-

alho no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo é-lhe exigido competências e qualificações comunicacionais e afectivas, em detrimento dos gestos e movimentos reportados à perícia e força da sua cabeça, tronco e membros. A mente e a psique são fundamentais para esse efeito, na estrita medida em que estas têm funções e singularidades no processamento e categorização da informação, conhecimento e energia que estão na base da produção de bens e serviços analítico-simbólicos. Sendo provenientes de estímulos externos, a informação, conhecimento e energia integra-se num processo dinâmico de causalidades e efeitos intrapessoais, para em seguida se configurarem em outros processos comunicacionais e afectivos inter-pessoais, intra-grupais, inter-grupais, intra-organizacionais e inter-organizacionais.

Como se verifica o modelo educacional capitalista está desajustado das mudanças operadas pelas TIC e, por outro lado, está centrado no “saber-fazer” do factor de produção trabalho, mutilando-o e condicionando-o em aspectos biológicos e sociais circunscritos ao processo de aprendizagem social e de aculturação da sua vida quotidiana: ou seja, à sua essencialidade de “saber-ser” e ao “saber-viver”. Nestas condições, o modelo educacional capitalista serve exclusivamente para formar e educar a mente, a psique e o corpo do factor de produção trabalho para a compra e a venda, para transformá-lo numa mercadoria singular, cuja função se limita à produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias. Por outro lado, porque não lhe pode dar trabalho e desqualifica-o, torna-o num actor desviante que mergulha facilmente no mundo da economia informal atravessada pela escravidão, a miséria e a pobreza. Quando esse tipo de acção individual e colectiva desviante não é possível, envereda pelo mundo do crime e da violência.

Por fim, importa referir o terceiro factor da crise do modelo educacional capitalista. Na minha opinião, temos que referir a dimensão pedagógica e, por outro lado, a plasticidade social atingida pelo referido modelo.

Quando referi que alunos, professores e funcionários devido às contingências da globalização e das TIC deveriam transformar-se em actores aprendentes de informação, conhecimento e energia, isso implica que as relações sociais estruturadas e institucionalizadas com base na autoridade hierárquica e na divisão do trabalho subsistentes deveriam ser extintas. Implicaria que os professores deixassem de ser meras réplicas de transmissão de conhecimentos de autores e paradigmas científicos ultrapassados e que se transformassem em actores singulares de aprendizagem individual e social em qualquer espaço-tempo de qualquer escola ou universidade. Implicava que fossem



progenitores singulares da informação, do conhecimento e da energia que decorre da sua vida quotidiana em qualquer espaço-tempo de qualquer escola ou universidade.

O mesmo poderíamos dizer aos alunos e dos funcionários. Estes embora possuam especialidades configuradas em perfis profissionais distintos no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo, devido às contingências das TIC e da globalização também lhe são exigidas competências e qualificações de características comunicacionais e afectivas. Esse facto exige que sejam actores em plena efectividade e eficiência no espaço-tempo da sala de aula e fora desta. Para os diversos efeitos, também devem ser actores individuais de estímulos e respostas reportados à transformação de informação, conhecimento e energia em bens e serviços científicos no sentido pleno do termo. No amplo sentido, para interagirem em continuidade com as interdependências e complementaridades que mantêm com o sub-sistema professores, não podem ser meros receptáculos de decisões e poderes da autoridade hierárquica destes alunos, nem tampouco meros actores de uma memória que não pode integrar a sua vida quotidiana atravessada por um presente inelutável de conteúdos e formas de sentir, pensar e agir.

No quadro da racionalidade instrumental do capitalismo, os actores professores, alunos e funcionários, para se potenciarem como decisores e líderes, para se tornarem eficientes e produtivos, necessitam de se transformar em actores aprendentes. Se isso não ocorrer, perante a sua incapacidade manifesta de concorrência e competição nas escolas e universidades, soçobram. Por esse facto, o desemprego, a desqualificação e a precariedade da vinculação contratual estão na ordem do dia e afectam sobremaneira todos aqueles que ainda são professores, alunos e funcionários.

Pelas razões que acabo de descrever a pedagogia clássica subjacente ao modelo educacional capitalista está a viver uma enorme crise. Esta crise não existe exclusivamente dentro dos muros e fronteiras administrativas, financeiras, científicas e pedagógicas das escolas e universidades. Ela atravessa todos os espaços-tempos da vida quotidiana privada e pública. Desde que nascemos, na família, nos grupos de referência, nos cafés, transportes públicos, teatros, cinemas, estádios de futebol, locais de trabalho e catedrais de consumo, em quaisquer desses espaços-tempos, somos bombardeados por uma infinidade de estímulos aos quais somos constrangidos a dar respostas.

Deste modo, quando escrevemos ou falamos de modelo educacional capitalista e a pedagogia subjacente, temos que pensar nas funções estruturantes das TIC e da globalização no processo de aprendizagem social e cultural de qualquer indivíduo que, hoje, habita o planeta Terra. Esses estímulos e respostas têm articulações sistemáticas e profundas com a nossa vida biológica e social. No sentido amplo, o modelo educacional capitalista extravasa a nossa singularidade individual de causas e efeitos. Os efeitos tornam-se simultaneamente causas. Assim, o modelo educacional capitalista expandiu-se de uma forma gigantesca na nossa trajectória histórica como espécie humana e como seres sociais. Atingindo um valor que ultrapassa os seis mil milhões de seres humanos, toda e qualquer educação adstrita ao modelo educacional consiste em transformar a nossa cognição, emoção e físico numa mera potência/hipótese mercantil. Esse facto diz-nos que a educação como o actividade separada da vida não existe exclusivamente confinada aos muros e fronteiras das escolas e universidades, ela está em todo o espaço-tempo das nossas relações potenciadora de pulsões de morte na guerra civil inter individual e na destruição e morte das espécies animais e vegetais à escala mundial.

1. Virtualidades e potencialidades da pedagogia libertária nas sociedades contemporâneas

Não é minha intenção nem cabe neste texto esboçar a história da pedagogia libertária. Muitas experiências foram realizadas e muitas delas já foram divulgadas em livros, revistas e jornais. Um denominador comum atravessou a sua história. Sem excepção, não obstante terem emergido conflitos e contradições na sua historicidade, do que não restam dúvidas é de que na sua essencialidade aspiravam a uma educação integral de mulheres e homens e tinham e têm uma finalidade de emancipação social, não necessitando, para o

efeito, de deuses e de amos. Esta premissa básica levou a que a pedagogia libertária prescindisse da acção do Estado, do capitalismo ou de qualquer religião.

Podemos e devemos equacionar da sua actualidade, da sua pertinência e das tendências históricas no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo e, consequentemente, no contexto da crise do modelo educacional prevalente.

Reflectindo sobre as contingências das TIC e da globalização, sou por lógica própria do conteúdo do discurso narrativo que já desenvolvi neste texto, a constatar uma plausibilidade inofismável. As características do Estado, do capitalismo e das múltiplas igrejas que existem actualmente no planeta Terra são substancialmente diferentes daquelas que estiveram nas experiências pedagógicas libertárias mais relevantes dos nossos antepassados. As prisões, fábricas, exércitos, parlamentos, igrejas, escolas, universidades, numa palavra, a institucionalização e a formalização da exploração e da opressão do homem pelo homem não é configurado exclusivamente nessas instituições/organizações exteriores à nossa condição-função. A opressão e exploração atravessa os nossos neurónios e o nosso corpo. Antes de mais, com as contingências das TIC e da globalização, nós somos causas e efeitos e vice-versa num espaço-tempo virtual de coincidência simultânea com o espaço-tempo real. Acabou a separação espaço-temporal entre a teoria e a prática, entre a vida e a morte, entre o bem e o mal. As prisões, as fábricas, exércitos, igrejas, parlamentos, catedrais, universidades

e escolas, antes de mais, estão dentro de nós como compra e venda, como actividade consumo da nossa própria morte.

A partir desta análise, no meu entendimento, existem duas hipóteses ou probabilidades não lineares para a pedagogia libertária no contexto das sociedades contemporâneas: 1) pode ser um modelo pedagógico que conflitua com o modelo educacional capitalista, adaptando-se e reagindo às suas perversões; 2) ou então, parte de uma premissa de desconstrução e construção generalizada de todos os modelos pedagógicos e inclusive daquele que se convencionou denominar de anarquismo.

A primeira hipótese ou probabilidade não linear é a mais consistente e plausível, na medida em que o modelo educacional capitalista para se manter e reproduzir de forma eficaz e eficiente precisa dos pressupostos da pedagogia libertária, como nós de "pão para a boca". A necessidade de uma maior eficiência e eficácia e, consequentemente, de uma maior capacidade criativa e de liberdade de acção individual e colectiva conducente à mercantilização da nossa vida, implica que os processos de tomada de decisão e de liderança sejam mais descentralizados e participados.

No sentido amplo, a pedagogia libertária pode assumir-se como uma das melhores reformas educacionais para superar a actual crise do modelo educacional capitalista, porque em última instância, liberta as mentes, as psiques e os corpos do factor de produção no espaço-tempo dos locais de trabalho através de processos espontâneos e informais. Sem necessitar de um processo de autogestão generalizado, através de mudanças na estrutura hierárquica formal, eliminando alguns dos níveis hierárquicos intermédios, como também em termos de qualquer pirâmide organizacional eliminando ao nível horizontal funções e tarefas adstritas à divisão do trabalho. Para tornar consistente esta hipótese, existe uma multidão diversificada de professores, sociólogos, psicólogos, juristas, políticos, engenheiros, cientistas, militares, "gurus" de gestão das empresas, etc..., que se encarregarão através dos seus perfis profissionais de realizar as tarefas adequadas. No momento, os milhares de milhões de relatórios, de livros, revistas e jornais que preconizam essas medidas, sem denominá-las na maioria dos casos de libertárias é muito elucidativo.

Como se infere do que já escrevi, estou mais de acordo com a segunda hipótese ou probabilidade não linear das tendências da pedagogia libertária nas sociedades contemporâneas. Para esse feito nunca poderá ser um modelo a ser imitado mecanicamente por qualquer indivíduo ou grupo que habita actualmente o planeta.

Enquanto resultado da minha reflexão integrada na minha trajectória biológica e social considero que a anarquia, em analogia metafórica com a física quântica enquanto probabilidade não linear, é: "um caos auto-organizado sem deuses e sem amos".

Este modo, somos constringidos a sentir, pensar e a agir como seres únicos e singulares de causas e efeitos. Não podemos ser, em qualquer circunstância, réplicas mecânicas de comportamentos padronizados, sancionados por qualquer moral ou norma decorrentes de uma qualquer sociedade, inclusive uma que se possa denominar de anarquista. Para que haja a emergência efectiva da democracia directa ou da autogestão, em qualquer espaço-tempo das nossas vidas quotidianas, é imprescindível que sejamos sujeitos autênticos de liberdade, de criatividade, de amor, de solidariedade com todas as outras e todos os seres, com todas as espécies animais e vegetais. Este processo da nossa trajectória biológica deve começar na nossa desconstrução como seres mercenários, da nossa função de pulsões de morte, desenvolvendo simultânea mente as nossas pulsões de vida. Em termos de acção colectiva, esta deve ser construída de baixo para cima quando somos parte da espécie humana e seres sociais. Qualquer acção individual e colectiva é simultaneamente de desconstrução e de construção. Por isso desconstruir o Estado é extinguir as prisões, os parlamentos, tribunais e exércitos, mas é também desconstruí-lo dentro de nós. Esta tarefa singular e única, não pode ser repetida mecanicamente de forma padronizada por as restantes singularidades que também são únicos enquanto partes integrantes da espécie humana, das espécies animais e vegetais.

Ao considerar que a anarquia nunca poderá ser uma hipótese societária, mas um sentido histórico de probabilidade não linear de liberdade, de amor, de criatividade e de solidariedade, enquanto eu persistir no universo como uma parte ínfima das diferentes espécies animais e vegetais, a anarquia são pulsões de vida e não pulsões de morte: Esses objectivos cruciais não podem ser traduzidos em modalidades padrão de sentir, pensar e agir em cada segundo, minuto, hora, dia, mês ou ano da minha trajectória histórica biológica e social, mas devem ser totalmente livres, espontâneos e informais.

Como consequência, do que acabo de referir, também os modelos consubstanciados numa pluralidade de anarquismos – anarco-comunismo, anarco-sindicalismo, anarco-individualismo, anarco-feminismo, anarco-pacifismo, anarco-naturismo, comunismo libertário, etc... – precisam de ser desconstruídos para que a anarquia possa efectivamente emergir. São modelos que, ainda, persistem segundo os ditames

judaico-cristãos, ao separarem mecanicamente, em termos espaço-temporais, a vida da morte, o bem do mal, a teoria da prática, a competição da cooperação, o amor do ódio, a igualdade da diferença, etc...

A existir uma hipótese ou probabilidade não linear para a pedagogia libertária em conexão estreita com a concepção que tenho da anarquia, no contexto do modelo educacional capitalista, ela só poderá emergir de forma visível se emergir como negação e desconstrução efectiva do modelo educacional capitalista. Mas para esse efeito, a anarquia é aqui e agora, expressa em actos de vida livre e soberana, numa acção individual e colectiva, sem necessitar de qualquer partido, sindicato, patrão, operário, Estado, igreja, de qualquer amo ou modelo devidamente formalizado e padronizado com propósitos de uniformidade e finitude.

Referências Bibliográficas

- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard.
- BEER, Max (1931), *Historia general del socialismo y de luchas sociales*, Madrid, Zens
- BILLIARD, I., DEBORDEAUX, D., LUROL, M. (2000), *Vivre la précarité – trajectories et projects de vie*, Paris, L'Aube.
- BOISSONAT, Jean (1995), *Le travail dans vingt ans*, Paris, Editions Odile Jacob.
- BOYER, Robert (1986), *La théorie de la régulation: une analyse critique*, Paris, La Découverte.
- BRAVERMAN, Harry (1977), *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*, Rio de Janeiro, Zahar.
- BROCK, Ditmar e VETTER, Hans-Rolf (1986), "L'érosion biographique comme conséquence des bouleversements technologiques. Exemple de l'introduction des techniques nouvelles dans l'imprimerie en RFA", *Sociologie du Travail*, nº2, pp. 125 – 143, Paris, Gauthier-Villars.
- CARNOY, Martin (2000), *Dans quel monde vivons-nous?*, Paris, Fayard.
- CASTELLS, Manuel (1998), *La société en réseaux*, Paris, Fayard.
- CHANARON, Jean-Jacques e PERRIN, Jacques (1986), "Science, Technologie et modes d'organisation du travail", *Sociologie du Travail*, nº 1, pp. 23-40, Paris, Gauthier-Villars.
- CORIAT, Benjamin (1994), *L'atelier et le chronomètre*, 4ª edição, Paris, Christian Bourgeois.

- CNT/AIT, *El anarcho-sindicalismo en la era tecnológica*, Madrid, Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 1988.
- CNT/AIT (1996), *Syndicalisme révolutionnaire et anarcho-sindicalisme*, Paris, Ed. Union Départementale CNT du Val d'Oise.
- DUPAS, Gilberto (1999), *Economia global e exclusão social – pobreza, emprego, Estado e futuro do capitalismo*, São Paulo, Editora Paz e Terra S. A.
- DURAND, Jean-Pierre (org.) (1998), *Le syndicalisme au future*, Paris, Syros.
- EME, Bernard e LAVILLE, Jean-Louis (eds.) (1994), *Cohésion sociale et emploi*, Paris, Desclée de Brouwer.
- FEATHERSTONE, Mike (cord.) (1998), *Cultura global – nacionalismo, globalização e modernidade*, 2ª edição, Petrópolis, Editora Vozes.
- FERREIRA, J. M. Carvalho (1988), “As novas tecnologias, o trabalho e os desafios do sindicalismo”, in *Tecnologia e Liberdade*, Lisboa, Sementeira, pp. 70-93.
- FERREIRA, J. M. Carvalho, et al. (2001), *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Alfragide, McGraw-Hill.
- FERREIRA, J. M. Carvalho e SCHERER-WARREN, Ilse (2002), *Transformações Sociais e Dilemas da Globalização. Um Diálogo Brasil/Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 244 pp.
- FORRESTER, Viviane (1996), *L'horreur économique*, Paris, Fayard.
- GOLDFINGER, Charles (1998), *Travail et hors-travail – vers une société fluide*, Paris, Editions Odile Jacob.
- GÓMEZ-CASAS, Juan (1977), *Historia del anarco-sindicalismo en España*, Madrid, Editorial Aguilera.
- GORZ, Andre (1988), *Métamorphoses du travail: quête de sens*, Paris, Galilée.
- HECKSCHER, Charles C. (1993), *El nuevo sindicalismo – la participación del trabajador en la empresa en transformación*, Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.
- KERGOAT, Jacques, et al. (1998), *Le monde du travail*, Paris, Editions la Découverte.
- KERN, Horst e SCHUMANN, Michael (1988), *El fin de la division del trabajo – racionalización en la producción industrial*, Madrid, Centro de Publicaciones Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.
- LALLEMENT, Michel (ed.) (1994), *Travail et emploi – les temps des métamorphoses*, Paris, L'Harmattan.
- LUTTAK, Edward (2000), *Turbocapitalismo – vencedores e vencidos na economia global*, Lisboa, Temas e Debates.
- MACAROV, David (1984), “Un monde quasiment sans travail: comment s'y préparer”, *Revue Internationale du Travail*, OIT, Genebra, vol. 124, n° 6, novembre-décembre, pp. 687 – 702.
- MARTIN, Dominique (1994), *Démocratie industrielle. La participation directe dans les entreprises*, Paris, PUF.
- MEDA, Dominique (1995), *Le travail une valeur en voie de disparition*, Paris, Alto Aubier.
- MERCIER-VEGA, L. e GRIFUELHS, V., *L'anarcho-sindicalisme et syndicalisme révolutionnaire*, Paris, Spartacus, 1978.
- MORTON, A.L e TATE, George (1968), *O movimento operário britânico*, Lisboa, Seara Nova.
- PAUGAM, Serge (2000), *Le salarié de la précarité*, Paris, PUF.
- PINARD, Rolande (2000), *La révolution du travail – de l'artisan au manager*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.
- RIFKIN, Jeremy (1996), *La fin du travail*, Paris, La Découverte.
- ROCKER, Rudolf (1995), *De la doctrine à l'action – l'anarcho-sindicalisme des origines à nos jours*, Lyon, Atelier de Création Libertaire.
- ROSANVALLON, Pierre (1995), *La nouvelle question sociale: repenser l'Etat-Providence*, Paris, Seuil.
- SAINSAULIEU, Renaud (1977), *L'identité au travail*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- SOROS, George (1999), *A crise do capitalismo global*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- SENNETT, Richard (2001), *A corrosão do carácter – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Lisboa, Terramar.
- SUPIOT, Alain (org.) (1999), *Au-delà de l'emploi*, Paris, Flammarion.
- TAYLOR, F. W. (1965), *La direction scientifique des entreprises*, Paris, Dunod.
- TIXIER, Pierre Eric (1992), *Mutation au déclin du syndicalisme: le cas de la CFDT*, Paris, PUF.
- TOURAINÉ, Alain (1970), *A sociedade pós-industrial*, Lisboa, Moraes.
- TREU, Tiziano (1984), “L'incidence des nouvelles technologies sur l'emploi. Les conditions de travail et les relations professionnelles”, *Travail et Société*, vol. 9, n° 2, pp. 121-150, Genebra, OIT/IIES.
- VASCO, Neno (1984), *Concepção anarquista do sindicalismo*, Porto, Afrontamento.
- VOLINE (1972), *La révolution inconnue*, (3 volumes), Paris, Pierre Belfond.



ALIENAÇÃO VERSUS EDUCAÇÃO

Ilídio dos Santos

A EDUCAÇÃO, desde os primórdios da humanidade, tem tido, quase sempre, como principal motivação a integração da criança no mundo dos adultos, tanto a partir da família como da religião e da escola e, por último, da sociedade, com os mais brancos a ditarem as normas, as regras e a moral que deverá enformar os despojados.

Aliás, toma-se por educação o sistema de 'ensino' que transforma um ser livre num escravo. A educação, como entendo hodiernamente – canalizar as energias do indivíduo para a perpetuação da iniquidade –,

leva a que o sujeito-criança, sem capacidade de escolha, através dos seus pais, familiares, amigos e conhecidos, abdique da sua verdadeira personalidade humana em benefício da mentalidade conservadora dos tutores/conservadores que o rodeiam, tornando-o inimigo da sua própria espécie e, em última instância, de si próprio.

São os mais velhos, os que já cristalizaram/sublimaram as tendências, aqueles a quem o Estado aprova como verdadeiros 'educadores' e aqueles a quem o Estado enaltece/favorece a continuidade alegando que estes amam o ensino e as crianças.

Tomemos, no entanto, como exemplo, o vocábulo amor. Todos ou quase todos reclamam perfilhar o amor e, por amor, fazem a guerra, matam, estropiam, violentam, etc., etc., sem que os intervenientes se interroguem sobre a qualidade desse amor que dizem defender e propagar.

No entanto, segundo a minha opinião, o que se designa por amor nada mais é do que ódio encapotado que é adquirido através da religião que, desde cedo, é imposta à criança, seja o Deus dos cristãos ou outros, uma vez que o indivíduo nascente, a criança, é um quadro em branco disponível a quem quiser inscrever uma mentalidade e comportamento escravocrata ou outro.

Não resisto em socorrer-me de um autor hodierno que aborda a questão da educação com mais propriedade do que eu. Assim, como muito bem diz Edson Passetti (2004): «É tentando suprimir a rebeldia

em nome da boa sociedade, ordeira e justa, que os superiores definem um imperativo da verdadeira vida humana, que dispõe cada pessoa num respectivo enclausuramento chamado adulto, cidadão, trabalhador livre e responsável, racional seguidor das normas e leis. Exige-se a abdicação da criança e do jovem em cada um, do instintivo e intempestivo, em nome da razão solene e do respeito aos valores superiores estampados nas representações da vida material.

[...]». «Vida adulta é a concepção universal que uniformiza cada criança e cada jovem, por meio dos conceitos de infância e adolescência, em responsável cidadão adulto conformista. Assim resta ao adulto lembrar com melancolia a sua infância e adolescência, um tempo perdido, sem volta. O ideal que a maioridade da vida adulta lhe prometeu e não trouxe se transforma em idealização pelo avesso do passado. E assim caminha a humanidade: cada jovem deve reconhecer no momento em que é transformado em adulto que ser menor é uma inferioridade e, depois, seguir a continuidade das coisas.

É preciso maioridade jurídica, eis o sentido da maioridade moderna! Ela requer a interiorização do estranho paradoxo: a vida uniforme para indivíduos livres.» (Passetti, 2004: 14)

Não será bem uma síntese do que é educação para Edson Passetti mas, para mim, sintetiza, optimamente, o que entendo por educação na 'nossa' sociedade. Aquilo a que chamam 'educação' – porque é de "bom-tom" – nada mais é do que a castração e alienação da liberdade em nome de valores obsoletos que instilam na criança desde tenra idade, no berço, até. A igreja católica, com todos os seus eunucos, proporcionam-me o melhor exemplo que tenho ao defenderem essa instituição anormal do baptismo/catequese acompanhado de todos os rituais que o tornam perene e que levou um arcebispo/bispo católico, quando interrogado, sobre se a emergência de 'seitas', ditas protestantes ou outras, não lhe diminuiria a sua confraria. Resposta dele: os cristãos, católicos ou não, continuam a baptizar os seus filhos segundo o rito católico pelo que não sentimos qualquer diferença no número dos nossos seguidores.

Continuo a citar Edson Passetti (2004), que melhor e de acordo com o meu pensamento, se ajusta ao tema do meu trabalho sobre Alienação versus Educação. Assim, em linhas gerais e, claro, não conclusivas, cito-o: «[...] Sabendo disso a

melhor parte da sociedade formula os conceitos certos para a vida reta, marteadores do melhor educar para a infância e adolescência. É educando com base na interiorização do medo e na aplicação de castigos que a sociedade se proclama capaz de domar as impulsividades destes pequenos seres (crianças).

Ela pretende levar cada um ao conhece-te a ti mesmo e às mentiras necessárias, como recomendou Platão a respeito da educação para crianças num regime perfeito. [...]» (Passetti, 2004: 15).

Mais adiante, o mesmo autor, na mesma obra, diz, na posição por ele defendida em Abolição Penal, em relação à pena: «Abala o domínio no qual a criança e o jovem encontraram-se confinados à condição de assujeitamento imposto pela obediência às hierárquicas regras da educação na infância e na adolescência e ao modelo do adulto legitimador de mentiras necessárias.» (Passetti, 2004: 16)

O tema Educação presta-se, segundo o meu ponto de vista, a várias interpretações tendo em atenção o tipo de adulto que calhou em sorte à criança. No geral, o adulto, tornou-se mais ou menos conservador tendo em atenção o cadinho em que foi moldado. Contudo, quase todos sabemos que, mesmo os que se intitulam anarquistas, se tornam

déspotas quando se trata de 'educar' as suas crianças e, por isso, é vê-las a trilhar esse caminho estreito e escorregadio da aliança com o capital tornando-as reprodutoras dos princípios que dizem renegar.

Veja-se, também, que tal tipo de 'educação' dá origem a crianças-adolescentes/adultas, que não têm tempo nem horizontes para se tornarem verdadeiras crianças-adolescentes. E, ironia das ironias, chegados a adultos domesticados/castrados, são eles que vão educar a sua prole e influenciar a educação das crianças que lhe passam de viés.

Assim, como resultado, temos adultos que nunca foram crianças e crianças que nunca saberão ser, verdadeiramente, adultos. E é este triste círculo vicioso que empesta o que os políticos chamam de educação. A fim de corroborar as minhas asserções, nada melhor do que consultar a imprensa dita honesta e coerente que, todos os dias, noticia os resultados dessa educação.

A educação, assim como a liberdade, é fácil de atingir segundo os padrões burgueses. Mas, o melhor, é educar para a Liberdade/Igualdade.

O mais difícil é manter a mesma trajetória que conduza à formação de uma Mulher/Homem integral sem perder de vista as idades que atravessa.

Quase todos os pais, sem a mínima formação, reivindicam a capacidade de educar as suas crianças sem repararem que o que eles chamam educar é reproduzir o Estado/Hierarquia/Religião/Capital que, consciente ou inconscientemente, dizem renegar e, por



vezes, abominar.

Ou então, de modo a que o Estado/Igreja/Capital permaneça tranquilo e quedo, entregam as suas crianças aos jardins de infância e às creches – que são fábricas reprodutoras, em série, da uniformidade – que se encarregarão, usando da mesma bitola, para despojar, por igual, todas as crianças tornando-as reféns do medo, da obediência/subserviência, da hipocrisia, lambe botas/bajuladores..., que é a única forma de singrar nesta sociedade emporcalhada por falsos valores em suma, retirando-lhes a coluna vertebral tornando-as reféns e colunas de eco dos seus torturadores...

Veja-se, como reflexo dessa educação, a moral perfilhada por essa entidade abstracta que é a opinião pública, o inconsciente colectivo. Não é possível educar/subjugar sem instilar o medo na criança porque, senão, aqueles que não souberam educar os seus filhos, surgem logo a dizer que não, que não é assim que se educa uma criança. Sabe-se, é da experiência diária, que uma criança que não se comporte dentro dos padrões estabelecidos, é logo catalogada como malcriada, sem vergonha e, por arrasto, os pais são uns malandros que não souberam dar educação. E, no entanto, a nossa sociedade é um monturo de imundície – mesmo com as excelsas preocupações educacionais – que alberga todas as taras e doenças patológicas em que a competição, a propriedade privada, a religião hierarquizada, os defensores do Estado/Capital, permitem todas as falcatruas, violências até, para levar a água ao seu moinho. Em que o Estado, com as suas instituições económicas e outras são os primeiros a falsear a mentira para que a verdade seja atirada para as calendas gregas. Também é certo que, tentar/levar a cabo um tipo de educação que saia fora dos trâmites

comummente aceites – como é o caso da Educação Libertária –, nem sempre resulta, tendo em atenção que é a maioria que imprime as normas morais e sociais que modelam a sociedade e que, infelizmente, tornam muito difícil uma educação racional, independente, livre, integral, longe da competição que avilta, conforme com o que grafei atrás.

Não resisto, por estar eivado dos princípios que levei à prática, em voltar a transcrever mais alguns períodos da obra que, em boa hora, me veio parar às mãos. Assim, Edson Passetti (2004) escreve, nesse magnífico pequeno/grande livro:

O sistema penal que hoje sobrecarrega, inutilmente, a sociedade em que a falácia, os raciocínios não-lógicos, fazem lei, é desmistificado por Passetti (2004) e eu vejo os seus critérios como o reflexo da falsa educação a que estamos submetidos e que nos conduz a valorizar o sistema penal como garante da liberdade. Mas, nada melhor do que dar a palavra a Passetti para que ele nos conduza a um raciocínio ímpar:

«[...] E é neste instante que uma atitude inventiva e libertária é capaz de evitar o trajecto para o violento sistema penal (da polícia ao tribunal). Muitas pessoas sabem muito bem do que estou falando quando, mesmo resguardadas em caramanchões da moral enobrecedora da superioridade dos valores que professam, atuam corrompendo as autoridades.

Explicitam com sua conduta a visibilidade do universal como verdade interessada e particular. De fato, o universal Estado com sua justiça para todos não passa de uma instância de poder e corrupção impossível de ser extirpada. A continuidade da crença no Estado, na universalidade das leis e nas práticas penalizadoras provoca o espectáculo de moralidade encenado pela difusão da ética do combate à corrupção. Trata-se de um gigantesco programa de denúncias que funciona para atualizar o sistema penal (abarcando o tribunal, televisões, internet, polícia, miseráveis), pretendendo suprimir arbitrariamente a sociedade sem penas ou utilizando-a segundo o interesse próprio, por meio de mentiras necessárias» (Passetti, 2004: 20).

Na educação, segundo o meu ponto de vista, não pode haver um padrão de normas comum e é salutar que hajam diversos, sem perder de vista o local e o tempo onde se processa, para que todos e cada um interiorizem o código e

os
diversos
códigos adotados
segundo a sua prefer-
ência.

Na educação que perfilho a
criança é orientada mas não im-
pedida de concretizar a sua vontade
desde que não ponha em perigo a
segurança física e o seu bem-estar
emocional, mas, mesmo assim, deve
ser aconselhada com carinho... Antes,

permitam-me
dizer, como
a educação
é vista nesta
sociedade e
que se tem



reproduzido, até à saciedade,
mercê da forma como esses
pequeninos seres são do-
mesticados, castrados – de
pequenino é que se torce o
pepino – e, por vezes, tornados
eunucos e que, depois, vão enxamear
os consultórios psiquiátricos, psi-
cológicos, hospitais, prisões...

A classe dos proletários ou
dos trabalhadores ensina as
suas crianças a serem
servis, a admirar o
trabalho, a

tor-
narem-se
submissas, com
o único fito de as
transformarem em seus
iguais, escravos, como esse
pequeno aprendiz de feiticeiro
do Paulo Portas disse e os jornais
transcreveram: “O trabalho liberta”.

A classe média e a classe alta, educam
os seus filhos segundo padrões distintos,
isolando-os da vida, tornando-os insen-
síveis ao sofrimento do mundo, e repetin-
do-lhes que o trabalho degrada, que não
devem descer ao ponto de terem de comer
através do método aviltante do trabalho.
Se o trabalho dignifica e liberta, segundo os
padrões educacionais aceites,
porquê existem tantos, que
fogem do trabalho como da
peste, tornando-se políticos como
Portas? E que dizer dos seminaris-
tas, padres – mesmo um é de-



mais! – militares, che-
fes, chefezinhos,
chefões

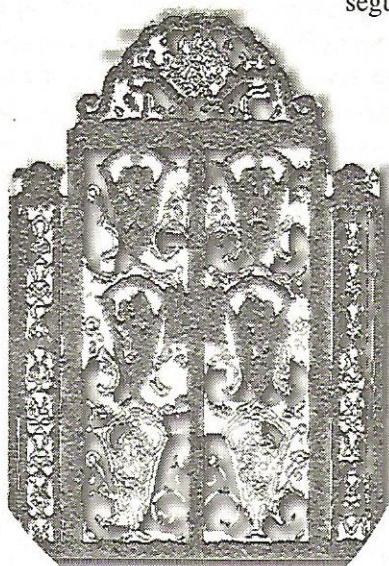
(exemplo acabado do servilismo, porque se tornam perseguidores dos seus iguais para se tornarem aceites e serem bem vistos pelo patrão)

A educação hodierna torna-nos prisioneiros e carcereiros de nós próprios, como tão bem diz

Edgar Morin , predadores e vítimas, em O

Homem e a Morte

Eis, em síntese, o que me ocorreu escrever sobre a Alienação versus Educação



(1) Edson Passetti 2004, in Curso Livre de Abolicionismo Penal, Rio de Janeiro: Revan

(2) MORIN, Edgar, O Homem e a Morte, Lisboa, Publicações Europa-América, 1970

ASSINATURAS

Entre várias hipóteses de construção de uma solidariedade à volta deste projecto, necessitamos de aumentar o número de assinantes da Revista Utopia. Com um número significativo de assinaturas é possível manter uma actividade editorial regular e simultaneamente encurtar o horizonte temporal da sua periodicidade. Assim sendo, todo o leitor que se queira tornar cúmplice deste projecto, como assinante da Revista Utopia, deve preencher o cupão abaixo (ou escrever uma carta com os dados mencionados) e enviá-lo para a nossa morada. Poderá também solicitar o envio dos números anteriores ainda não esgotados.

Nome _____

Morada _____

Assinatura anual (2 números): - Portugal 12,00 Euros Estrangeiro 15,00 Euros

Pagamento através de dinheiro, cheque ou vale postal à ordem de:

Associação Cultural A Vida

Apartado 2537

1113 Lisboa Codex - Portugal

E-mail: CulturalAVida@sapo.pt

Web site: www.utopia.pt

PARA OS EFEITOS DO PRESENTE DESPACHO...

Fernando Rebelo

E
q u a n d o
n ã o p o d e s
f a z e r m a i s n a d a
r a n g e s o s d e n t e s...

A faca afiada
dos teus dentes contra
a raiva feroz de te
sentires impotente para
promover a mudança.
Queres mudar porque sentes
imperiosamente quanto
a mudança é necessária.
Mas eles não te deixam, eles
obrigam-te a calar...

À tua volta não podes mudar, nem mesmo
modificar nada.

Este é o tempo de hienas e vampiros, de discretos
morcegos que apenas pressentes mas que te ouvem e te
observam...

A opção situa-se entre o que calas e o que ranges.

Da tua boca ou saem o silêncio ou apenas os queixumes ruminados.
Imperceptíveis. Calas-te e é tudo.

Entre 29 e 30 de Outubro próximos, realizar-se-á na Casa da Música, no Porto, um encontro que tratará de assuntos relacionados com o ensino artístico em Portugal. Este evento tem o patrocínio de dois Ministérios da nossa República: o da Educação e o da Cultura.

Entremos por uma via populista: a organização de um evento destes implica custos. Quem os vai suportar? Continuando na 'vox populi', que benefícios?

De uma forma mais realista atrevemo-nos a responder: a factura há-de ser paga por Todo - o - mundo e Ninguém há colher quaisquer benefícios.

O dito encontro há-de ser o cenário pelo qual se pavonearão umas quantas figuras desse mundo etéreo e,

como tal, desligado da realidade, vulgo académicos – profs. de Universidades (públicas), ESE's (públicas), Politécnicos (públicos), funcionários ministeriais (públicos) e mais umas quantas almas bem intencionadas, na sua qualidade disso mesmo: almas. Tratar-se-á, pois, de um evento ao nível espiritual. Nada mais do que isso. Em Portugal, para que conste, existe ensino artístico e a sua existência concreta está plenamente justificada pela existência de um encontro sobre o mesmo. Aliás, só existe ensino artístico porque aquele encontro no Porto vai acontecer. Daí para a frente tudo será diferente.

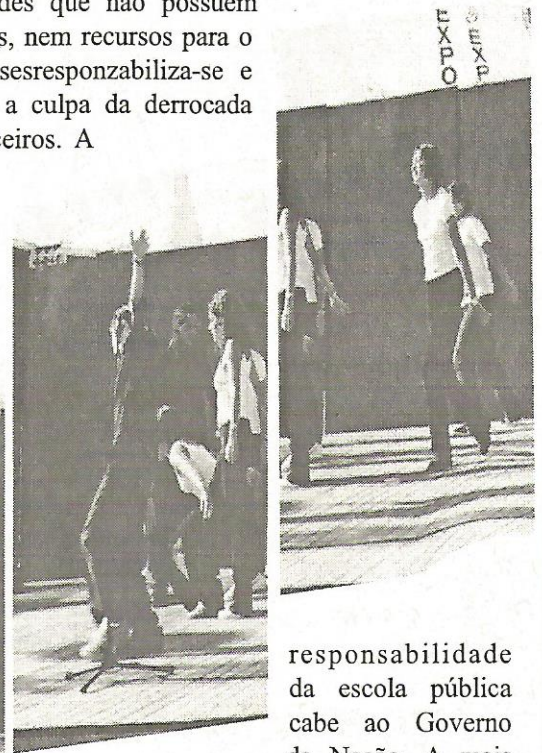
Mas esta não é a verdade. Esta é a verdade dos gabinetes e das academias. A verdade é a que se constata no terreno.

Decretado o fim do Limbo pela Santa Madre Igreja Católica Apostólica Romana eis que, finalmente, podemos assumir que o nosso ensino artístico desceu definitivamente aos Infernos.

Arde, agora, em fogo lento no nosso actual sistema de ensino público. Nem é um Ser, é um Ente já que lhe não é reconhecida a existência de pleno direito.

O Despacho nº 12 591/2006, de 26 de Maio, exarado pelo Gabinete da Ministra da Educação deu a machadada final e enviou direitinha para os Infernos o que restava da educação artística no 1º ciclo do ensino básico do nosso sistema educativo público: passou a englobá-la numa entidade misteriosamente designada como “actividades de enriquecimento curricular”. Coloca-se, assim, fora da Escola a responsabilidade pela formação integral do

indivíduo. Nem sequer se pode colocar esta questão no âmbito de medidas ‘economicistas’, trata-se de uma questão mais vasta: a escola pública não pretende formar integralmente o indivíduo. Está à deriva e delega competências em entidades que não possuem nem meios, nem recursos para o fazer. Desesresponsabiliza-se e transfere a culpa da derrocada para terceiros. A



responsabilidade da escola pública cabe ao Governo da Nação. A mais ninguém. Não há delegação de competências possível, nem plausível. Estamos perante uma farsa. Tirar a dignidade ao ensino artístico e à actividade física e motora – colocando-os à margem do que deveria ser um currículo do 1º ciclo do ensino básico – é uma monstruosidade. Nenhum sistema de ensino público digno de um século XXI se poderá permitir abdicar destes conteúdos.

Está em causa a formação integral de um ser que, no fim desse ciclo de ensino, há-de ter 10 anos de idade. Daí a mais oito anos há-de ser um cidadão de pleno direito. Afastá-lo

do
acesso

e do contacto

com a aquisição

de competências que

o impeçam de aceder ao

pleno desenvolvimento da

personalidade, da formação do

carácter, da preparação para uma

reflexão sobre valores espirituais,

estéticos, morais e cívicos sem

que proporcionar um equilibrado

desenvolvimento físico é um grave

defeito, por parte do nosso sistema de

ensino público, a cada um dos alunos que

com frequência frequentam a escolaridade obrigatória.

Quanto isso, as instituições do ensino

superior (público) desunham-se, de há uns anos

para trás, a criar cursos nos quais incluem

'curricula' que conduzem directamente ao

desemprego ou ao trabalho precário e degradante

que se realiza em condições indignas

de uma actividade responsável, qualificada e

útil. Quer na formação inicial de professores

destinados ao ensino básico (compreendendo

a educação de infância e o próprio 1º ciclo),

ou nas Licenciaturas em Estudos Teatrais,

todos andam ao arrefeio de uma realidade

que não existe: o ensino artístico enquanto

parte integral e integrante dos 'curricula'

dos vários graus de ensino.

É então aqui que cabe falar da

'corporação'... "Célulazinhas

cinzentas, sempre atentas..." Sim,

mas à conferência, ao encontro,

ao congresso... E quanto mais

longe melhor. Sempre se

viaja, se passeia e se areja!

Lá vão eles de malas

aviadas rumo ao

aeroporto.

L á

fora finge-

se melhor que cá

dentro e há, ainda, a

vantagem do 'jet lag' e

dos inevitáveis problemas

com a tradução das doudas e

sapientíssimas comunicações.

A corporação, ora aí está!

Trata-se de defender o direito de

assegurar o 'croissanzinho' diário, nem

mais.

O que é que fariam todas estas etéreas

sumidades da nossa resplandecente Academia

se não fizessem isto mesmo que fazem?

Trabalham sobre o Nada.

Não é para qualquer um este exercício de pura

prestidigitação.

No dia em que se resolva pedir contas acerca dos

dinheiros públicos despendidos pelo nosso ensino

superior público vai ser o bom e o bonito. Não

chegaremos, porém, a ver tal entremez porque os

interesses, entretanto instalados, são tantos que

hã-de formar uma montanha que há-de tapar o

Sol e etc.

Todo - o - mundo e Ninguém...

Adiante.

O que me espanta é termos grandes vultos

nestas questões da Pedagogia e do Ensino.

Deixaram-nos obra. Está publicada.

Portugal nem se pode queixar de estar

órfão neste campo: Agostinho da Silva,

João dos Santos, Rui Grácio, Irene

Lisboa, Rómulo de Carvalho, Aldónio

Gomes, Bento de Jesus Caraça e

mais e mais ainda. A tendência

foi desvalorizá-los, votá-los a

um exílio salazarento. Quem

pensa pela sua cabeça

não é, decerto, boa

peça...

Houve mesmo, em tempos mais recentes, um Debate Nacional sobre Educação, há o Relatório Final (Fevereiro de 2007), promovido pelo Conselho Nacional de Educação.

Há o famoso relatório da OCDE. Tanto material para pôr em cima da mesa e começarmos a falar. Mas a sério!

“Ai como eu gosto da corporação, ai faz-me cócegas a corporação...”

E as comissões? O que dizer das comissões? Leia-se, a propósito deste assunto, o relatório intercalar de acompanhamento da CAP (reportado a Dezembro de 2006) sobre as actividades desenvolvidas na execução geral das Actividades de Enriquecimento Curricular.

É um autêntico pagode. E, quando chegamos à altura de saber quem são, na verdade, as entidades promotoras das AEC ficamos sem saber nada porque a partir daí o documento não nos deixa saber mais nada.

Os amigos, aqueles que vivem no e do ensino superior, ou seja, da ‘corporação’ desconhecem todas estas situações?

Acaso estariam num qualquer Congresso, num qualquer encontro, numa qualquer conferência ou, tão só, a deambular pelos corredores da tutela ou ainda a cumprir ordens superiores, num destacamento, numa comissão de serviço, numa sabática, numa equiparação a bolseiro?... Ele há tantas maneiras, neste sistema, de fugir ao efectivo cumprimento do serviço que efectivamente se devia realizar...

Tantos subterfúgios...

O corporativismo experimenta-se e resulta. É uma Índia. Uma vez lá e nunca mais se quer de lá sair. Quem o experimenta perde qualquer espécie de respeito... pelos outros. Maldita... corporação!

« e desta mercadoria se trata cá na Índia, se Vossa Alteza não torna com mui grande castigo a isto, porque se a inveja dentre nós fosse desejarmos de vos servir uns tão bem como os outros, seria então a tal inveja virtude;» interrompamos aqui a citação de uma carta de Afonso de Albuquerque prestando contas ao seu Rei. O funcionário que presta contas, o funcionário que não se limita a funcionar mas que se acha no direito de (e conseqüente dever) de ser alguém que afirma logo a seguir: « mas o que agora cá reina, é querermos adquirir autoridade ante Vossa Alteza cos defeitos alheios; folgamos com as quebras e desastres que acontecem uns aos outros nas cousas de vosso serviço, e



Que escola é esta?...

ainda nos trabalhamos com as nossas invejas por os outros fazerem erradas e darem má conta de si.».

Albuquerque sabia do que falava: da inveja.

Mas, é por demais sabido, que a inveja não faz crescer nada.

E o nosso ensino básico (público) está à mercê de políticas que ao longo de duas décadas se comportaram como quem estivesse de serviço nas Índias. Cada Vice-rei para aí nomeado chegou e decretou. Criando, a cada decreto, a cada despacho, a cada normativo, mais e maior confusão. Nunca ninguém lhes pediu contas. Havemos de chegar ao momento do desvario: sacrificar toda a guarnição em troca de algo que não representa nada, ou seja, o nosso sistema educativo (público).

Este sistema de ensino público bateu no fundo há alguns anos a esta parte. Nunca tendo levado a sério o ensino artístico, resolveu arranjar para o mesmo uma saída airosa. Tudo há-de acabar numa tarde de febras e sardinhas. A tutela (vulgo Ministério da Educação) tenta sacudir a água do capote para cima do capote do poder local. O poder local não sabe, não pode e não está muito interessado, na generalidade dos casos, em pegar o touro pelos cornos. Desliga-se. Dá o que pode e vem fazendo o que pode e como pode. Desencanta verbas sabe-se lá onde, desunha-se e tenta tapar os buracos que a Administração Central lhe vai pedindo (exigindo). É, também, um terreno pouco credível para tratar destas coisas

relacionadas com o Ensino. Facilmente poderá cair em situações pouco claras: o ensaiador do rancho folclórico local também pode dar umas horazitas para a Dança, ou até mesmo para o Teatro...

Vinte euros por quarenta e cinco minutos de não importa o quê por actividade de enriquecimento curricular?

Compro.

Houve até quem, nestes tempos, ganhasse menos. E, ainda assim, fizesse de forma conscienciosa o seu trabalho.

Um sistema educativo – básico – a funcionar de uma forma estranha: dois tempos, duas



escolas...

Quem (se) enriquece nesta forma de funcionar?...

O importante é ter os meninos e meninas ocupados. À guarda de uma Escola que deveria ter funções muito mais dignas.

Conseguiu o nosso Ministério da Educação tornar-se, em poucos anos, no Grande Patamar para a Indigência.

Não precisas pensar, não precisas estudar, não te exigimos nenhum esforço: aparece por lá.

Com efeito, ser aluno no sistema de ensino público em Portugal consiste apenas em ir à escola.

A escola dá tudo: até refeições, passe social, livros e outro material escolar.

Que mais querem?

Está lá tudo.

Psicólogos, orientadores, amanuenses, até professores.

Que mais querem?...

A Casa da Música, no Porto, há-de ser, pelos idos de Outubro, um Elsinore imenso a transbordar de intrigas e traições, numa contradança de palmadinhas nas costas e abraços. É a corporação a rever-se em si própria. Há-de assistir-lhe naturalmente o direito a um Porto de Honra, oferta da edilidade que já teve ocasião de mostrar ao mundo como se lida com a gatinha do teatro:

“Qual Rivoli?! Ide trabalhar, malandros!”

O que confrangerá, certamente, será a ausência de tiradas dignas de um palco ou mesmo de uma citação em qualquer comunicação académica. Tudo se há-de reduzir, mais tarde, à linguagem fria de um despacho que haverá ganhar forma de lei...

Assim te calam. Assim te pedem que te comportes.

Os vampiros despacham com as hienas, após ouvirem a delação dos morcegos.

Exaram despachos, determinações e decretos.

Neste tempo abjecto nada

mais te resta: range os dentes, cala-te e assiste.

Ou não...



37

21 90 5 0

Mário Rui

A EDUCAÇÃO EM PORTUGAL...

“..Não queremos as escolas depósito de adolescentes como querem os governantes e as patéticas associações de pais controladas e manipuladas pelos partidos políticos.

Queremos, sim, uma escola onde se aprenda em liberdade...”

in Manifesto do Núcleo de Estudantes Anarquistas do Ensino Secundário

A educação em Portugal é um assunto controverso. Bandeira de muitos governos (vendo bem de quase todos), é uma área onde se sucedem reformas atrás de reformas, algumas completamente antagónicas, tentando-se calhar mais reformas que governos. E, no entanto, a situação vai-se deteriorando. Andamos há décadas a falar e a ouvir falar dos mesmos problemas: insucesso e abandono escolar; deficientes conhecimentos em disciplinas básicas como português e matemática (será que ainda são?); deterioração de instalações e da cobertura escolar; violência e desmotivação. Porquê?

Com o 25 de Abril e a consequente democratização da sociedade portuguesa, veio ao de cima toda uma série de problemas estruturais de que o país sofria. No campo específico do ensino, factores como a sua natureza salazarenta, o analfabetismo e o acesso elitista aos liceus e universidades não eram compensados pela tão apregoada qualidade dos professores ou pela eficiência do serviço público que tornava praticamente desnecessária, em muitas regiões, a existência de ensino privado.

A reforma encetada por Veiga Simão e o 25 de Abril vieram mudar radicalmente esta situação. As campanhas de alfabetização, a escolaridade obrigatória até um determinado ano e, sobretudo, o movimento de “democratização” no acesso à educação – fenómeno característico da 2ª metade do século passado, mas que, como é óbvio, chegou tardiamente a Portugal – proporcionaram uma melhoria substancial dos índices de frequência escolar.

O aumento da

população escolar foi enorme, sobretudo nos liceus, com todas as consequências daí inerentes: falta de professores e de instalações. Para mais, aboliu-se o ensino técnico-profissional, em nome de um conceito educativo pretensamente revolucionário e igualitário, naquilo que foi provavelmente a medida mais estúpida e gravosa que se cometeu nesta área no pós 25 de Abril. O desaparecimento desta via de ensino, que era uma alternativa prática para muitos que não queriam, não podiam ou não tinham vocação para a frequência do ensino liceal, não foi compensada no imediato com qualquer estrutura paralela e deixou muitos ofícios sem fonte de alimentação. Só mais tarde esta via de ensino foi substituída por cursos profissionais, criados mais numa perspectiva de sacar dinheiro à CEE da altura, do que numa óptica séria e rigorosa. Como é hábito em Portugal a corrupção instalou-se e apareceram centenas de empresas “especializadas” em cursos profissionais. Até uma instituição que era suposto defender os “interesses dos trabalhadores”, como a UGT, se viu envolvida nestas práticas, tendo pelo menos um dos seus dirigentes históricos sido alvo de processo judicial, o qual, também como é usual em Portugal, acabou por prescrever. Após esta fase, e até porque se mantiveram as ajudas europeias, foram criadas algumas escolas profissionais, já com um carácter mais sério, apesar de umas terem melhor qualidade que outras. Entretanto, numa política de também poder beneficiar dos subsídios provenientes de Bruxelas, o Estado decidiu incentivar a existência deste tipo de cursos no âmbito das escolas secundárias, aumentando ainda mais a confusão.

O referido aumento substancial do número de alunos a frequentar o ensino liceal e a criação de novas áreas pedagógicas – técnicas, artísticas e científicas – provocou, em consequência, a necessidade de recrutamento de mais professores, até porque os existentes não tinham qualificações para estas áreas. Esta necessidade adicional de recrutamento acabou por proporcionar a muitos jovens recém-licenciados uma

opção laboral que normalmente não teriam ou que nem sequer equacionariam. O problema é que muitos destes novos professores não tinham a mínima vocação ou formação para ensinar – ser-se licenciado manifestamente não é suficiente para saber passar conhecimento, conhecimento real ou, porque não, também não real – e só se tornaram professores porque não conseguiram arranjar outro emprego. Por outro lado, registavam-se sempre problemas e longos anos de espera antes que pudessem passar a efectivos, situação completamente anómala, que sucessivos governos nunca conseguiram ou quiseram resolver, e que conduziu a um verdadeiro nomadismo de escola em escola. Esta situação deteriorou substancialmente o ambiente escolar e a qualidade do ensino. Entrou-se num processo de desresponsabilização e de facilitismo, motivado pelo desaparecimento no âmbito estudantil de uma consciência de trabalho e esforço, tanto a nível individual como colectivo, inerente a uma sociedade que vai perdendo valores culturais e morais ao mesmo tempo que privilegia a posse do dinheiro com factor de sucesso e de solução de todos os problemas. As funções pedagógicas, o transmitir de conhecimentos... foi chão que deu uvas. O professor é hoje (segundo o ministério e também para muitos “encarregados de educação”) o guarda. A sua função – de facto – limita-se a entreter alunos desresponsabilizados do seu papel de estudantes, de receptores de conhecimentos, de saberes.

Em consequência, e para além da desmotivação dos alunos, também a desmotivação dos professores se tem acentuado nos últimos anos como consequência directa de vários factores: políticas governamentais que mudam ao sabor das orientações de cada governo; menorização do reconhecimento social do seu trabalho; aumento da violência nas escolas por parte de alunos e familiares.

A sucessão de medidas governamentais é, aliás, uma prova cabal da inépcia ou

... de lucidez dos políticos. Porquê tantas e tão sucessivas reformas sem qualquer razão aparente? Porquê passar para novo curriculum sem avaliar o anterior? Apenas para que o partido A possa dizer que fez muitas reformas, enquanto o B não fez duas? Ou seja, mais uma vez o jogo político-partidário

... cacionais: voltar a pôr no mesmo saco o segundo e terceiro ciclos do básico com o secundário. Tudo isto em escolas a rebentar pelas



... voltar-se ao interesse dos indivíduos e comunidades. Mais recentemente, já com a actual ministra, inventa-se o patético, o incompreensível em termos edu-

centes/adolescentes... violência entre alunos/professores... violência entre professores/pais. Mas os senhores secretários de estado vão dizendo nos canais televisivos que "tudo está sob controlo"... "apenas pequenos focos sem importância de maior...". O facto é que a ministra e os seus secretários de estado nada sabem, nem querem saber. Não estão lá. Afinal de contas as escolas não têm funcionários? Não há acesso a psicólogos e assistentes sociais? Não têm professores? Os alunos, se assim o entenderem, não podem ir às aulas? Então... que querem mais?

costuras, degradadas, que se tornam assim espaços privilegiados à violência, violência entre pré-adoles-

*“Companheiros e companheiras
saíam do redil. ousem!
Não aceitem nem mais uma aula de
substituição!
Temos direito à indignação!
Exijam ser tratados como homens e
mulheres livres.
A substituição é uma palhaçada!
Nunca tivemos tantos professores
descontentes e desmotivados nas
escolas. Nunca tivemos uma escola
tão degradada...
eles querem acabar com o ensino
público! Eles querem acabar com a
carreira docente! Nós queremos um
ensino gratuito e de qualidade!...
Queremos um ensino com profes-
sores qualificados e motivados para
ensinar, não para guardar “men-
inos”!...
Queremos um ensino com a vertente
criativa (artística) a sério!
Queremos, enfim, quem nos ensine...
não queremos guardas prisionais.
Se há uma falta dum docente não
podemos aceitar que outro ocupe
o seu lugar e sejamos empurrados
como carneiros para dentro de uma
sala.”*

(Idem)

Com efeito, os estudantes do ensino secundário deste país estão (só podem estar) em ruptura com o sistema. O ensino público em Portugal está a degradar-se a um ritmo vertiginoso. Por muito menos os estudantes da vizinha Espanha e os alunos dos li-

ceus
franceses fizeram
grandes manifestações
nas ruas de Madrid, Barcelona e
Paris. Sabemos que aqui tudo demora
um pouco mais, somos, por deformação,
mais pacientes. Mais “deixa andar”. “O povo é
sereno!...” disse – em tempos – um “tó tó” marin-
heiro (para usar terminologia estudantil) ao povinho
que se juntava na praça do comércio. Tudo vai ficando
na mesma, mesmo para uma juventude que deveria dar
espaço ao direito mais elementar: - a “indignação”. No en-
tanto, brincar com o fogo, confiar em demasia na passividade
da população estudantil, poderá ser um erro. E os erros pagam-
se caro e, às vezes, mais cedo do que se espera.
Principais e directos beneficiários de toda esta situação no ensino
público têm sido os colégios e externatos privados que viram
aumentar substancialmente o seu número de alunos. No entanto,
devido a uma prática elitista de propinas que são na maioria dos
casos exageradíssimas, esta opção é incomportável para muitos
agregados familiares. E é nesta situação que reside, actualmente,
um dos factores de maior desigualdade no acesso ao ensino su-
perior. O ensino oficial deteriora-se, quem pode pagar vai para o
privado e tem melhores condições de aprendizagem e, logo, de
acesso à universidade, quem não pode tem mais dificuldades. Mas,
como explicar a desistência do Estado em tentar inverter esta
situação ou a sua manifesta contradição na gestão dos dinheiros
públicos? Estado que tem a sua rede escolar gratuita onde não
investe, nem em obras de recuperação dos seus edifícios, e
subsidiava as referidas escolas particulares? Estado que pratica
uma política aparentemente deliberada e sistemática de
alienação e encerramento do parque escolar, o que vai
implicar, por exemplo, a deslocação de crianças do
interior para escolas bastante mais longe das suas
residências. Em Lisboa, enquanto ainda existem
escolas primárias a funcionar em andares
de prédios degradados ou escolas
secundárias com pré-fabricados
“provisórios”, fecham-se e
procuram-se vender
escolas de

Utopia

... construção apropriada e em boas condições, como o D. João de Castro, exemplo típico de um processo mal explicado e que cheira a necessidade de construção civil, ou transformam-se em salas do liceu mais antigo de Portugal – os Manuel – para nelas poderem caber

idade de três universidades, todas situadas no litoral e no eixo Centro-Norte, para uma proliferação de opções, públicas e privadas, autorizando-se a criação oportunista e eleitoral de universidades e politécnicos por tudo o que é cidade, vilas e lugarejos deste país. As consequências são conhecidas. Escolas superiores sem qualidade



... tudo um amontoado de alunos para ali transferidos devido ao encerramento da escola Fernão Lopes. Será apenas incompetência ou falta de visão?

... nível do ensino superior a situação não é muito melhor. Após o 25 de Abril, rapidamente se caiu no exagero e passou-se da exigü-

de ensino e com algumas delas, privadas, também elas com propinas elevadíssimas, onde só se leccionam cursos teóricos (nos quais o investimento em equipamentos é quase nulo, ao contrário do que se passa em universidades com licenciaturas em engenharia

ou
 medicina,
 por exemplo), e que
 servem mais para esconder
 e branquear verdadeiros cen-
 tros de negócios obscuros do que
 propriamente para ensinar. Muitos
 dos cursos administrados não possuem
 sequer um número de alunos matriculados
 que justifique a sua existência, para além de
 não terem a mínima correspondência com a
 realidade do país. Outros cursos terminam com
 a realização de estágios profissionalizados, sem
 posterior concretização prática ou saída profission-
 al, e em que os alunos são enganados na sua busca
 do Santo Graal: o milagroso canudo que lhes pro-
 porcione a entrada no reino dos eleitos com emprego
 assegurado.

*“E tu universitário...
 Tem a coragem de te solidarizar connosco.
 Vem à luta!
 Não fiques à espera que nós acabemos o 12º ano
 para iniciares o teu ritualzinho nazi e patético a que
 chamas praxe.
 Vem à luta!
 Falta pouco para que a cambada governativa este-
 nda as suas medidas às universidades.
 Vem à luta!
 Despe a merda do traje académico e veste-te
 como gente!
 Vem, tu também, incendiar o ministério da
 educação!...
 Indigna-te. A tradição académica não é
 o traje negro nem a praxe. É a revolta.
 E tu professor, desobedece! Ousa
 desobedecer!
 Desobedece à ministra e à
 merda dos sindicatos
 reformistas*

*que
 te seduzem
 com greves e mani-
 festações controladas.
 A greve selvagem é uma festa!
 Olha para a miséria do teu quo-
 tidiano e, revolta-te!
 Chegou a hora da grande festa da
 liberdade.”*

(Idem)

Tentar analisar a questão da educação de forma isolada é um erro. O problema não é apenas da educação, é do mundo, é destes tempos, destes modelos consumistas que por todo o lado proliferam, mesmo no próprio consumo do ensino (vulgo canudos para entrar num trabalho melhor e para ganhar mais, não para fazer aquilo que se gosta), tempos estes que tornam, pais, professores (que também são pais ou não) e alunos completamente alienados do que faz falta e não do que realmente são e têm. Por outro lado, quem acompanha os alunos em casa? Gente desmotivada no seu dia a dia, desmotivada de fazer o que não gosta, mas o que lhe exigem e ainda por cima pagando mal. Gente que chega a casa depois de um longo dia de trabalho e de transportes. Gente que quer é ver as desgraças alheias na TV, para não ter que enfrentar as suas de todos os dias. Logo, não se acompanham os alunos, dando-lhes DVD's para ver, computadores para surfar na internet ou dizendo-lhes “no meu tempo o ensino era outra coisa, logo estuda por ti porque eu também estudei por mim, os meus pais também não me ajudaram”, bla, bla, bla. Mas, no fundo, não estamos todos coniventes com este sistema? Se não estamos,

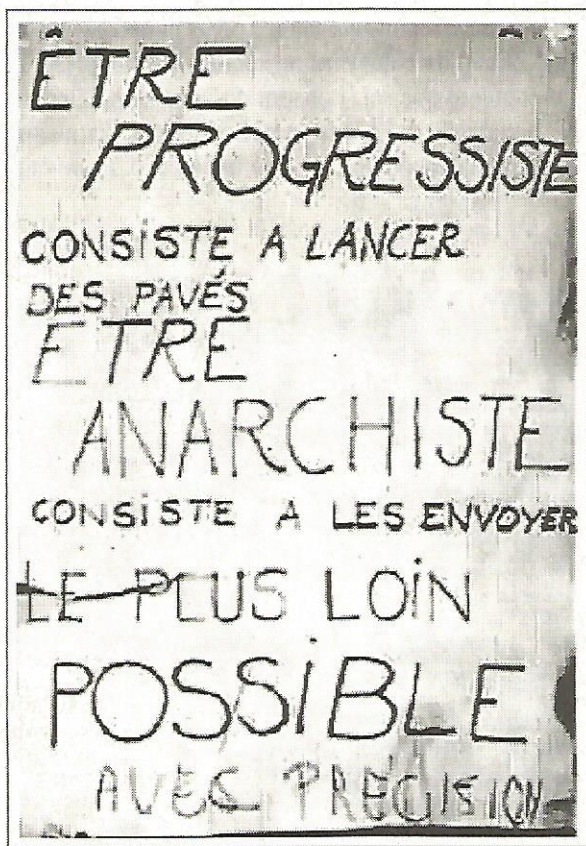
Porque não se registam mais protestos?
Porque não se registam mais soluções
alternativas contemporâneas que façam
fugir a esta porcaria de sistema de ensino
e não só, que “comemos” todos os dias?
Que alternativas poderemos perspectivar
para alterar as coisas? E entrando numa
questão que nos interessa directamente:
que possibilidades de sucesso terá uma
escola libertária no
contexto de um sistema
social?

Definida nos seus
principais funda-
mentos em finais do
século XIX e início
do século XX, a
pedagogia libertária
foi criada para fazer
frente a um ensino
em que predomina-
vam as instituições
religiosas ou estatais
de características
marcadamente au-
toritárias. “Magister
dixit” era o lema
dominante, sendo os
alunos tratados como
meros receptáculos
de informação, sem
qualquer respeito
pela sua dignidade.
O ensino era defi-
ciente, mais voca-
cionado para formar
escravos e crentes,

do que propriamente jovens livres pre-
parados para pensar pelas suas cabeças.
A pedagogia libertária funcionava assim
como mais uma componente de um
conjunto global e harmonioso de Ideias

– Anarquismo – onde se procurava a criação de um Homem
e de uma Sociedade radicalmente diferentes. As escolas lib-
ertárias da altura tiveram um sucesso indiscutível, quer pela
sua marcada diferença em benefício dos alunos, mas tam-
bém pela força dos movimentos sociais que as apoiavam.
No entanto, funcionavam à margem completa do sistema
educativo e quando as circunstâncias externas se alteraram
– enfraquecimento do movimento social ou 1ª Guerra Mun-
dial, por exemplo – acabaram por desaparecer.

Entretanto a socie-
dade mudou. Hoje
em dia, algumas
das questões que
se colocavam no
início do sé-
culo XX, como,
por exemplo, o
domínio absoluto
da Igreja no ensino
e as condições de
vida degradantes
dos alunos nos
internatos, já foram
completamente ul-
trapassadas. Certo
que apareceram
outras que tam-
bém carecem de
resposta libertária,
mas não as mes-
mas. As escolas de
orientação liber-
tária que existem
actualmente ou
são reconheci-
das pelo sistema
oficial de ensino

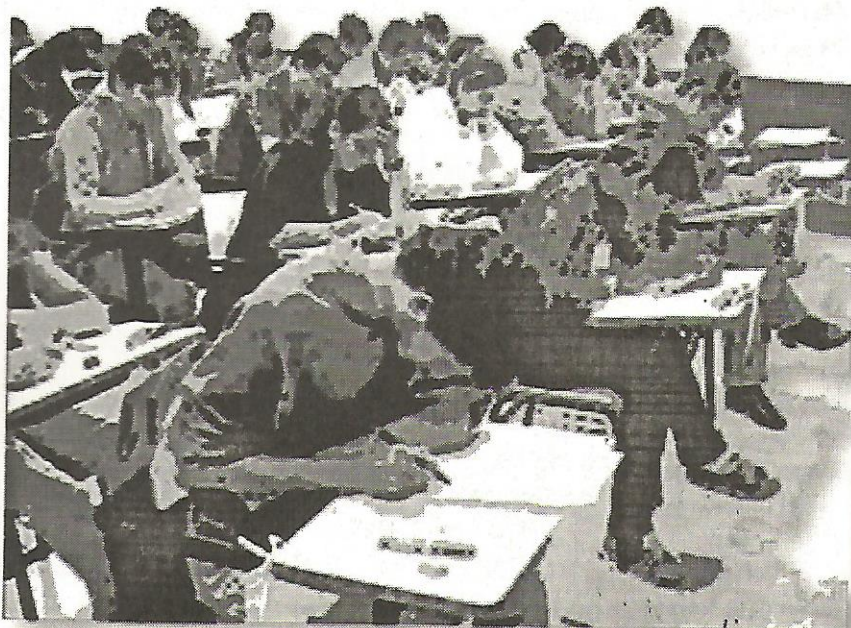


– caso de Summerhill na Grã-Bretanha – ou funcionam
isoladamente ou apenas para as idades de escolaridade
mais novas. Neste último caso, a partir de uma certa idade
o aluno terá de ingressar no ensino oficial. Perguntar-se-á
então qual é o interesse se o projecto de educação integral

não pode ser levado até ao fim? Ou mesmo que seja levado, que saídas profissionais têm os alunos se as suas habilitações não são “oficialmente” reconhecidas? E como reagirão jovens habituados a muitos anos de um relacionamento saudável com colegas e professores, quando tiverem de enfrentar o mundo real onde predominam comportamentos nada éticos e relacionamentos humanos absolutamente selvagens e competitivos? Assim sendo, qualquer elaboração teórica actual sobre pedagogia libertária terá de atentar nestas novas questões práticas e não se limitar a defender “a formação de homens livres”.

Sendo hoje os tempos diferentes de há um século atrás, talvez as alternativas passem pela internet, pelos telemóveis e outras tecnologias afins, as quais são massivamente consumidas pelos jovens. Será através destes novos meios que se poderão construir mensagens/ideias (não em português mas em “teleguês” = português de telemóvel) alternativas para o estar e ser? Temos de saber “inovar”, não no sentido oficial da coisa mas no sentido da subversão, da não submissão ao consumo de tudo o que pretendem que seja consumido, quer se precise ou não. Temos direito aos nossos desejos, não à satisfação das nossas necessidades de forma antecipada. Motivar para..... exige envolvimento pessoal e colectivo, exige interacção. Reinventem-se formas emocionais esquecidas...

para “tocar” as pessoas: pais, professores, alunos e todos os que não se insiram nesta tríade. Não é nossa pretensão, aqui, desenhar percursos pedagógicos ou propor uma escola Libertária, uma escola Livre... tão só constatar que o caminho não é este. Que algo vai mal no reino. E, porque não dar ao mais desatento, em letra de forma, conhecimento disso mesmo? A juventude mais radical manifesta-se... as vozes, ainda que de forma sussurrante, ouvem-se já. Não estranhem, pois, que aquilo que se transcreveu de um manifesto de “estudantes anarquistas” em itálico possa vir a acontecer em breve...



43

ALTO

A Educação e a Liberdade

Manuel Devaldès °

É das pessoas, cheias de boa vontade no anarquismo que professam, mas de espírito estreito, quererem repudiar qualquer educação ou, pelo menos reduzir ao mínimo inevitável a sua influência sobre o Indivíduo. Para eles, a educação, instrumento de sujeição e individualidade, expressão da liberdade na unidade humana, são dois termos opostos e absolutamente inconciliáveis.

Como que a confirmar esta opinião, os profissionais da educação, pedagogos e moralistas, preocupam-se em rodear o espírito humano com as trevas que facilitarão a escravatura de todo o ser. Hipócritas além disso, estes personagens asseguram às suas vítimas benévolas que a educação que eles lhes aconselham dar-lhes-á a liberdade, a verdadeira, a única, a liberdade que resulta de uma autoridade bem compreendida – e bem suportada!

As nossas gentes de boa vontade e de pensamento estreito devem à sua simplicidade o não verem senão o lado nefasto da educação.

E, no entanto, há um outro lado.

A educação pode ser assimilada a uma força.

Ora, qualquer força em si é neutra.

É a força que se lhe imprime, a direcção que se lhe dá, o objectivo que se lhe faz atingir, que fazem de uma força algo bom ou mau para o homem e, assim sendo, que tenha efeitos benéficos ou prejudiciais para a sua natureza, dependendo se ela lhe causa dor ou alegria.

Da mesma forma, a educação será boa para o indivíduo se se fizer em condições favoráveis para o seu desenvolvimento permanente, isto é, se lhe dá como objectivo a sua autonomia e se forem utilizados para este efeito os meios de liberdade.

Será má, se for realizada em condições que levem à menorização ou anulação do indivíduo, isto é, se forem empregues meios de autoridade e se propõe a sua escravatura, seja de que forma for.

O erro consiste em

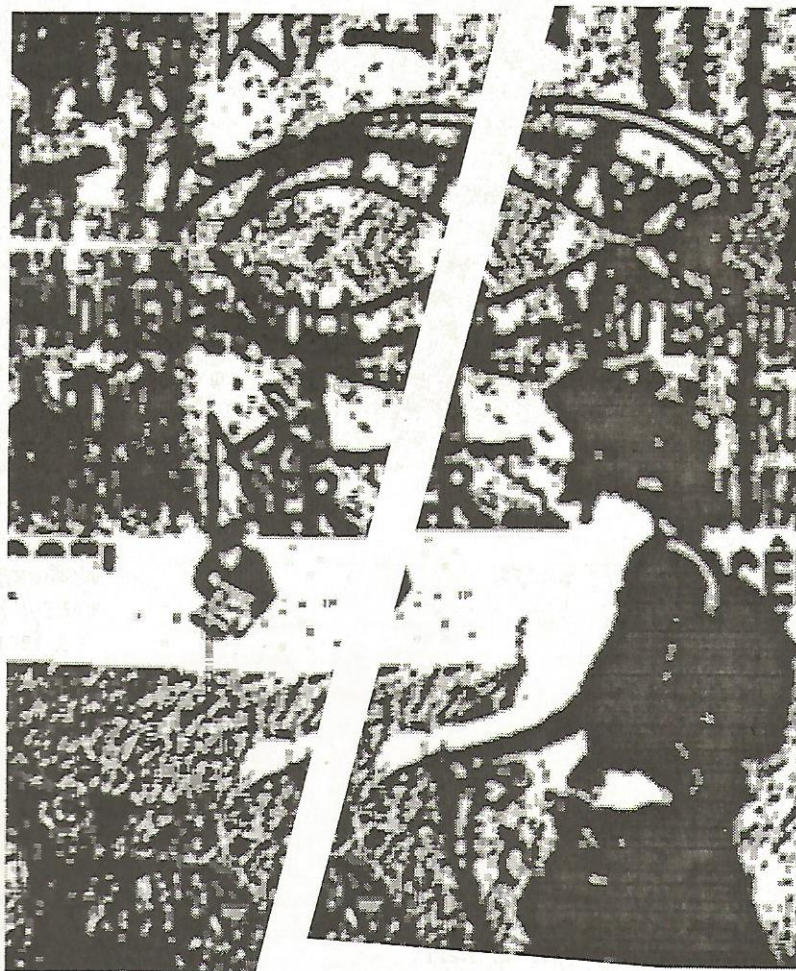
não fazer qualquer distinção entre os dois tipos de educação que é possível aplicar ao homem: a educação libertária e a educação autoritária, correspondendo aos dois grandes princípios sob os quais se baseiam as acções humanas: a liberdade e a autoridade.

É evidente que, por definição – e o exame e a experiência atestam-no – educação autoritária e individualidade excluem-se, enquanto que educação libertária e individualidade estão comple-

tamente de acordo.

Ora as condições de felicidade para o homem residem, em grande parte, na qualidade do indivíduo, na integralidade da sua individualidade. É uma verdade filosófica bastante demonstrada pelos pensadores libertários, de tal forma que nos podemos alargar sobre este ponto.

Daqui resulta que nada há de mel-



hor e de mais seguro para atingir uma felicidade relativa que a educação libertária do homem.

Assim como da estagnação preconizada e imposta pelo burguesismo reinante, começamos a cansar-nos da retórica dos vendedores de utopias e dos traficantes do ideal, bem como das incitações à revolta colectiva e sangrenta de alguns revolucionários de profissão. Todos dirigem aos homens a esperança no futuro – à esperança, este adormecedor de energias. É uma obra estéril, quando não é mesmo nociva. Queremos a felicidade imediatamente, e diz-nos respeito a nós e apenas a

nós próprios a ela acedermos. Eis porque os espíritos de valor, que sem distinção de classes trabalham para o renascimento social, procuram soluções positivas e imediatas. Eles estão de acordo em recon-

económico, moral e intelectual e virem a constituir de seguida, com os seus semelhantes, um conjunto de indivíduos livres, racionalmente egoístas e solidários, aptos a criar esta flor hoje de luxo, a justiça. Proceder assim é verdadeiramente começar a obra social libertária pelo começo, sirvo-me de uma típica expressão popular, não colocar a carroça à frente dos bois, como o fazem os pretensos libertários que



hecer que é pelo ensino científico, em conjunto com a aprendizagem da liberdade moral, que o homem conseguirá libertar-se definitivamente dos diversos pontos de vista

preconizam o emprego de meios revolucionários violentos, antes que os indivíduos tenham completado a sua evolução, coisa indispensável para deixar obra durável socialmente. Numa sociedade baseada na autoridade, a Lei e a Opinião

pública – esta última pervertida pela Moral e a educação autoritária – empregam-se para fazer respeitar a autoridade e as suas representações. É pois impossível à minoria consciente tentar a imediata realização, pacífica e guerreira, do meio social baseado sobre a liberdade, já que todas as forças governamentais e a própria maioria ignorante estão prestes a exercer o seu trabalho de repressão, desde o primeiro gesto de destruição ou de construção.

O principal obstáculo de qualquer tentativa de realização de uma sociedade libertária consiste nos efeitos da educação nefasta até hoje recebida pelo homem desde a infância. Este, a sua vida inteira, suporta o fardo dos preconceitos, dos cultos, dos respeitos dos ensinamentos falsos ou incompletos que lhe são inculcados desde a infância. Todos estes actos estarão para sempre ligados à mentalidade monstruosa que lhe fizeram.

Um cego de nascença não tem a noção da luz: escravo desde a nascença o homem actual não concebe a liberdade.

Já na família, a educação da criança é feita de forma autoritária. São raras as famílias onde o pai, homem inteligente, soube desembaraçar-se da crença na legitimidade da autoridade paternal e na absoluta necessidade da violência ou da coerção para fazer do seu filho um homem. São pouco numerosos os pais que não consideram os filhos como propriedade sua, a sua coisa, e menos ainda os que lhes ensinam a pensar,

avaliar, raciocinar, criticar e decidir com toda a independência.

Porque é que o pai é, em geral, o contrário deste ideal?

Porque, ele o ignora, mas é evidentemente por ter ele próprio suportado as violências e as vontades imperiosas do seu próprio pai que refreou assim, até à profundidade da sua alma juvenil, o seu desejo de amar e de compreender a vida, a sua curiosidade e a sua afectividade nascentes.

É pelo espírito de liberdade ampliado nos jovens cérebros, ao longo da sua evolução, que a autoridade paternal perderá gradualmente a sua força para por fim se anular absolutamente no florescer de um meio de justiça.

Por seu lado, os educadores das crianças, estranhos à família, foram e permanecem curiosos criadores de monstros, à semelhança das pessoas que se divertem em sabiamente deformar animais, suprimindo-lhes órgãos ou acrescentando-lhes membros.

O que estes fazem aos corpos, aqueles fazem-no ao intelecto e fazem-no não por prazer, mas pela submissão aos dirigentes, a quem a escravatura dos ignorantes, dos fracos, dos mal-educados confere o poder, os benefícios, os privilégios e tantas outras coisas. É assim que eles confeccionaram nos seus tristes laboratórios – escolas laicas, escolas congregantes ou lojas de vendedores de sopa – este ser repugnante que odeia os homens e que ainda subsiste.

É pois, desde agora, um ponto em que estão de acordo todas as pessoas de boa fé que sabem pensar e que desejam uma vida melhor que, para que ela seja eficaz, para que ela acelere a vinda do mundo novo, cujas bases possíveis foram indicadas por vários sociólogos, a educação a dar ao homem para obter estes resultados deve começar desde a nascença. É indispensável que desde a idade em que o seu espírito acorda para a curiosidade da existência, a criança seja preservada da mentira e do erro, que o caminho da verdade lhe seja claramente mostrado.

Desde os dez anos, época em que o jovem inteligente começa a frequentar as reuniões e conferências de educação social, a procurar os jornais especiais em que sabe encontrar um sustento intelectual mais são que os repugnantes pornográficos, mais substancial que as histórias estúpidas em que são diluídos os preconceitos dominadores, afirmados pelos dogmas que curvam o homem, fazem dele a máquina de orar, de votar e de suar e a besta para matar em campos de batalha, até aos dezoito anos, é bem tarde para que uma tarefa tão árdua seja coroada de brilhantes resultados. Além disso, para um inteligente que se dedique a esta espécie de audições e de leituras, cem outros descartam-se disso e apenas sonham com o café concerto, na sociedade de ginástica, na casa de tolerância, enfim em todas as trivialidades costumeiras do povo.

No que respeita a este jovem inteligente, que se educa sozinho e livre-

mente no sentido da verdade e da razão, torna-se, dizemos nós, muito tarde para que a direcção que ele dá ao seu pensamento tenha qualquer influência sobre o resto da sua existência, porque é preciso compreender que a educação libertária e o ensino integral não devem ser dados com o único objectivo de dar felicidade aos homens futuros pela preparação exclusiva de uma aleatória e longínqua sociedade harmoniosa, mas também e sobretudo com o objectivo de contribuir para a felicidade do homem da sociedade actual, ensinando-o a viver imediatamente e na maior dimensão possível: livremente, naturalmente, racionalmente – resultado que não pode ser adquirido pelo indivíduo, a não ser que tenha sido alimentado de princípios de liberdade, de verdade, de razão desde a era propícia em que o cérebro maleável e impressionável ao mais alto grau, toma para sempre a marca da primeira educação, isto é, desde a infância. Porque, quer ele tenha sido educado na escola religiosa ou na escola laica, até aos dezoito anos o que o tornará infeliz e, mais, o conservará, perpetuará a mentira social e o ancestral encadeamento dos fracos pelos fortes é há muito dado ao seu cérebro: é o espírito de autoridade, o famoso sentido da hierarquia, do qual muito poucos conseguem sacudir o jugo. Por outro lado, os seus interesses materiais estão já em jogo para o constringer a envolver-se cada vez mais profundamente na via da obediência passiva aos mestres, às suas leis e à sua moral; eles mantê-lo-ão aí com uma duração progressiva, irão impedi-lo sempre de se libertar. Por fim, nesta idade, ele está prestes a cumprir três anos de serviço militar que lhe são impostos. Passá-los-á na promiscuidade mais degradante, na companhia da ignorância, do alcoolismo, da lubricidade, senão do sadismo, enfim de inúmeros vícios que engendra a autoridade. É o desaparecimento final. Ele será, decorrido este tempo, o ser submisso e grosseiro que nós empurramos a cada passo na vida e à inércia e incompreensão da qual se chocam os nossos desejos de Beleza e de Justiça. Nesta época da sua vida o homem já está pervertido: a educação libertária é uma vacina, mas é preciso que esta vacina lhe seja inoculada antes que a doença o tenha invadido.

Preservando-o desde a aurora da vida de todas as crenças falsas suscitadas pela mentira interessada dos dirigentes e dos proprietários, das adorações e dos respeitos aviltantes, ensinando-o a desdenhar todas as leis e regras coercivas da Natureza, a desprezar quem se curva na escravidão voluntária, daremos a conhecer o caminho da dignidade e da Alegria.

Jovem, ainda criança, indicar-lhe-emos que um homem livre não considera os dogmas como verdades absolutas, que encare a realidade natural com força e segurança, que procure a causa e o fim de todos os fenómenos, que discuta as opiniões e os princípios emitidos, quebre a tirania dos preconceitos, das morais contra natura, das leis feitas em proveito de algumas classes, que não respeite de forma servil as instituições estabelecidas para comprimir qualquer veleidade de emancipação por parte dos seus escravos.

Em vez disto o que vemos nós actualmente? Como é que, nas escolas em que se prepara para a vida as crianças e os jovens, os sistemas de educação e ensino são praticados?

Hélas! Todos os pedagogos burgueses fariam a apologia da escola

tal como a fizeram e particularmente da escola primária que se dirige muito especialmente às classes pobres e ignorantes, não convenceriam os homens de bom senso que o resultado adquirido é maravilhoso porque os efeitos estão presentes e testemunham o contrário.

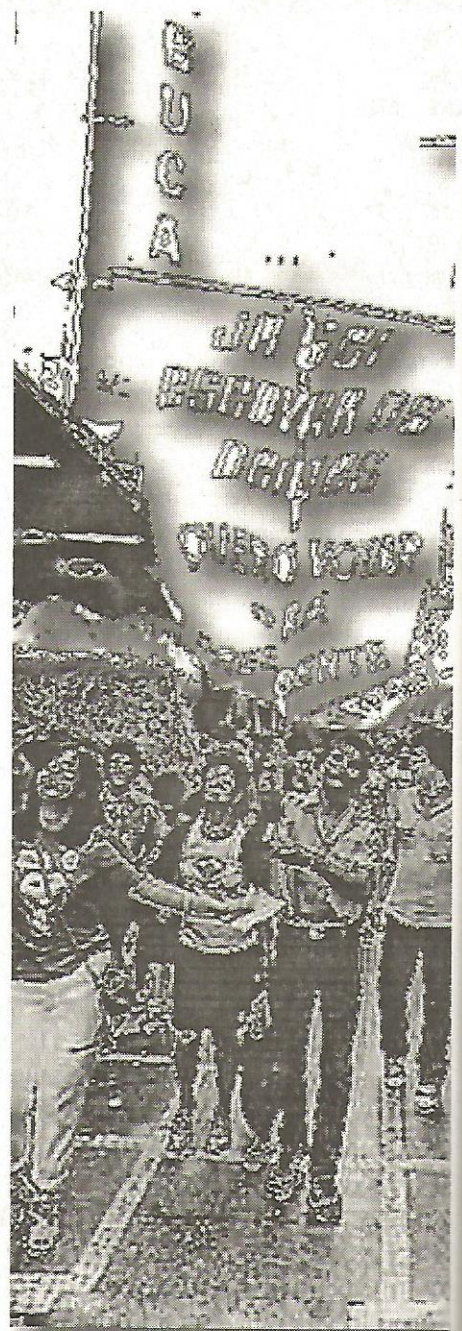
Claro que a instrução está mais largamente difundida do que o estava no antigo regime ou mesmo há 30 anos. Mas de que instrução se trata? De uma instrução que, por mais paradoxal que possa parecer, desde o início apenas se destina e consegue efectivamente formar escravos e não homens livres. Em vez de serem, como no tempo feudal e da monarquia, escravos fisicamente agarrados à gleba senhorial e dóceis súbditos do rei, são escravos económica e moralmente subjugados pela Sociedade, pelo Estado, entidades por detrás das quais se dissimula a minoria dominante e exploradora. Já não se fala como antes em nome do Rei, mas em nome da Sociedade, do Estado. Já não se invoca o direito divino ou o direito feudal, mas o direito legal e este já não é a expressão da vontade da maioria da nação, ou mesmo apenas das individualidades de elite, como os “direitos” do antigo regime não estavam em harmonia com os desejos e aspirações do povo. Já não são os senhores e os padres que frustram o trabalhador do fruto do seu labor, mas são os patrões, os capitalistas, os proprietários, os agiotas, os funcionários e cem outras espécies de parasitas.

Os escravos já não se chamam servos, mas cidadãos.

Existem sempre padres encarregados de ensinar as mesmas mentiras, os fazedores de leis, os juizes e polícias e uma armada servil para defender a propriedade dos ataques dos miseráveis roubados e para garantir o poder das tentativas dos acorrentados.

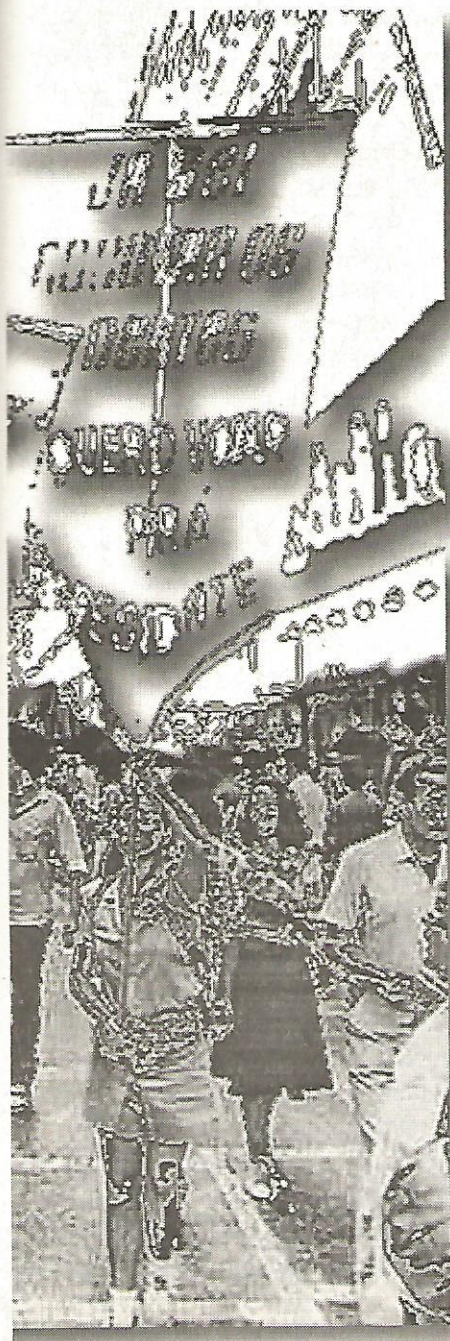
Sabemos que se a etiqueta, não social mas governamental mudou, a mercadoria dada ao povo permaneceu a mesma, tão detestável como antes sob aparências enganadoras. O ensino oficial foi criado para perpetuar este estado de coisas. Instrumento das classes em que são, reinando pelo dinheiro e pelas funções, os verdadeiros mestres do Povo, ele é organizado e praticado de tal forma que o escravo permanece sempre um escravo, mesmo crendo-se um homem livre.

Émile Bergerat escrevia, num prefácio de um livro de Tolstoi: “Sou dos filósofos que estimam que a questão social se reduz a um problema de educação. Seria fácil prever e predizer o género de uma geração face aos dados pedagógicos da instrução que ela recebeu.” Embora pareça um pouco exclusiva, esta observação é muito justa. Está tão bem fundada que é pela educação e ensino dados na infância, na juventude, nas escolas primárias, nos liceus e colégios, que a sociedade se tornou no que é hoje, a qual prolonga a precária existência que com ela estão de acordo como a estupidez, a



31

AI TO & U



i g -
norância e a falta
de energia das massas, qualidades
caras aos mestres que, muitas vezes, exprimiram
em momentos de sinceridade o remorso de terem dado
aos seus escravos uma instrução demasiado forte e um
grande amor pela liberdade.
Neste contexto, de uma forma implícita, o Estado cultiva
dois géneros de ensino: o destinado aos filhos dos pobres,
dos trabalhadores, do Povo e o destinado aos filhos das
classes ricas. Nas escolas primárias, laicas e de congrega-
ções, ensina-se às crianças que se o homem é pobre, deve
contentar-se com a situação que lhe foi dada pelo destino,
ou por Deus, seguindo o seu caminho – conduzir-se na vida
conforme as regras da moral estabelecida, submeter-se às
leis, iguais para todos naturalmente – dito de outra forma,
que ele deve obedecer ao que detém o poder ou a riqueza
que são os que se dignam em fazê-los viver dando-lhes tra-
balho. Como forma de consolação, acorda-se com ele que
terá a liberdade sempre que cumpra as leis – que não encon-
trará na sociedade senão fraternidade – e sobretudo que ele
será igual ao colocado no mais elevado grau, igual ao maior,
graçola soberana que adormece todos os desejos de revolta
possíveis do bom povo: ele é igual ao seu mestre, ele tem os
mesmos direitos que ele e os mestres têm deveres idênticos
aos seus. Estas distinções subtis e realidades duras estão ali
para lhe retirar direitos e apenas lhe deixar deveres, enquanto
que o fenómeno contrário se produz para o seu mestre. Mas
fica-se desde bem cedo de tal forma embrutecido que muitos
morrem sem nunca disso se terem apercebido.
A escola primária é a escola da resignação e da moleza de es-
pírito.
Nas congregações subjugam-se em nome de Deus e nas laicas em
nome da Sociedade. O mesmo respeito pelos dogmas que, em-
bora etiquetados de formas diferentes, são, no entanto, inculca-
dos nos dois sítios. Deus e a Sociedade ordenam aos homens do
Povo os mesmos deveres que eles têm de cumprir, sob ameaça,
no primeiro caso, das iras divinas, das penas eternas no inferno
e, para os segundos, sob ameaça das torturas de consciência.
Além disso, para apoiar estes

castigos que, a prazo, poderiam parecer aleatórios, a Lei como se tem o cuidado de indicar, se encarregará de fazer cumprir estes pretensos deveres, sob penas bem mais apreciáveis.

(...) Na escola primária, faz-se do homem um ser sem vontade nem dignidade. Inapto para a vida do pensamento, pela estreiteza do seu intelecto, não conhecendo nada da vida real, incapaz de iniciativa, desprovido de convicções profundas e inteligentes, sendo votado a todas as exigências abusivas que sobre si recaem devido ao egoísmo do seu mestre.

Este mestre, será a criança que foi aluno em liceus e colégios laicos e de congregações. De entrada praticável para os filhos dos ricos, por razões pecuniárias fáceis de conceber, estes estabelecimentos são viveiros de dirigentes e de proprietários. Ali também se fala bem às crianças, aos jovens, de Deus e da Sociedade, do respeito devido a estas abstracções, dos deveres a ter, da Pátria a amar e a servir, mas, por hábeis distinções da filosofia e da economia política, fazem-lhes logo compreender que, se é bom que tenham conhecimento destes diversos assuntos, não é menos que os tomem a sério porque são simplesmente meios de governo. Tornados homens, como pessoas de poder e riqueza, contribuem para as inculcar no Povo a fim de preparem os bons cidadãos que lhes serão necessários, a eles, burgueses, para satisfazer a sua cupidez, a sua vaidade, a sua lubricidade, a sua preguiça e todas as concupiscências que podem despertar neles sob a dupla influência da ociosidade e do poder – que fingem neles crer, que os invocam quando lhes é útil, nada de melhor. (...) Esta educação tão alegremente hipócrita, esta moral de dupla face da qual os jesuítas tinham antes o segredo e o monopólio, já não é o apanágio exclusivo desta confraria. Embora laicos, os estabelecimentos de ensino secundário do estado, as escolas para os ricos da República, ensinam as crianças da sua clientela burguesa seguindo um espírito do qual o jesuitismo poderia tornar orgulhosos os discípulos de Loyola!

Nas escolas para os pobres, como nas dos ricos, uma única coisa é ensinada de forma igual. É que a Sociedade e todas as suas instituições repousam sobre este princípio sagrado: a Autoridade.

“Sem ela nada te salva” diz-se tanto ao pobre como ao rico. Por isso, para cada indivíduo munido de fé neste princípio dogmático parecerá depois que será impossível fazer qualquer coisa social e individualmente sem recorrer da Autoridade. Temos diariamente provas diante dos nossos olhos.

A autoridade é ensinada igualmente, dissemos nós, mas pela diferença de educação que assinálamos antes, as crianças das escolas de pobres aprendem aí a suportar esta autoridade, enquanto que as crianças das escolas de ricos aprendem a usá-la e a abusar dela. Assim, desde a infância, tanto na escola como na família, o homem é contido nas redes da Autoridade. Rico ou pobre, ele não poderá separar-se dela, a menos que tenha uma virilidade extraordinária e muitas vezes colocando em perigo a sua vida, quer seja constrangido a submeter-se a ela, quer constrangido a fazê-la suportar ao outro, sendo o segundo constrangimento menos penoso que o primeiro.

A escola é autoritária pelos seus resultados. É-o também na sua organização. O educador da criança é nela designado pelo Mestre. O pessoal escolar é hierarquizado e os alunos, por sua vez, são-no em classes. Entre os alunos, os mestres escolhem alguns, os mais dotados em maldade, em sonsice e em submissão e dão-lhes o papel de “monitor”. Faz-se desta forma a sua educação para espíões, para cabos de esquadra e para encarregados.

Ensinamo-los a amar o co-

mando e a respeitá-lo. "Dividir para reinar"

é uma fórmula tão velha como a Autoridade. Todo o bom sistema autoritário a utiliza em maior ou menor escala, segundo os dirigentes sejam mais ou menos maliciosos.

O Mestre ordena e o aluno deve obedecer sem atribuir outras razões às ordens do mestre que não a sua vontade indiscutível. A disciplina reina. É o regimento em miniatura! As matérias ensinadas produzem tantos dogmas, por assim dizer, que o aluno apenas tem, a maioria das vezes, que aprendê-los de cor. É inútil que reflita, pense ou raciocine sobre a coisa ensinada; ao contrário, deve simplesmente gravar na sua memória a opinião do mestre, a qual deve tomar o lugar da sua opinião pessoal. É assim que se formam estes cérebros estreitos equipados de preconceitos, de fórmulas ocas, de frases redundantes e de provérbios idiotas. Um aluno que discute a opinião emitida pelo mestre é uma criança subversiva que é punida de qualquer maneira pela sua audácia e que

se esforçam por domar, geralmente à força de perseguições; é humilhado, é tornado odioso, hipócrita e tão incolor como os seus colegas – a menos que se desenvolva nele a essência da revolta, da revolta que o salvará do "enterro" e fará dele um homem apesar dos

pedagogos. Ao contrário, o bravo cábula incapaz de raciocinar, mas dotado de uma memória fiel, será o aluno excelente que aprovamos e recompensamos.

Por fim, suprimimos no homem, desde a escola, qualquer possibilidade de iniciativa, qualquer desejo de investigação, qualquer faculdade crítica, qualquer sentimento pessoal, isto é, abafamos à nascença a individualidade humana. A Sociedade não existe para



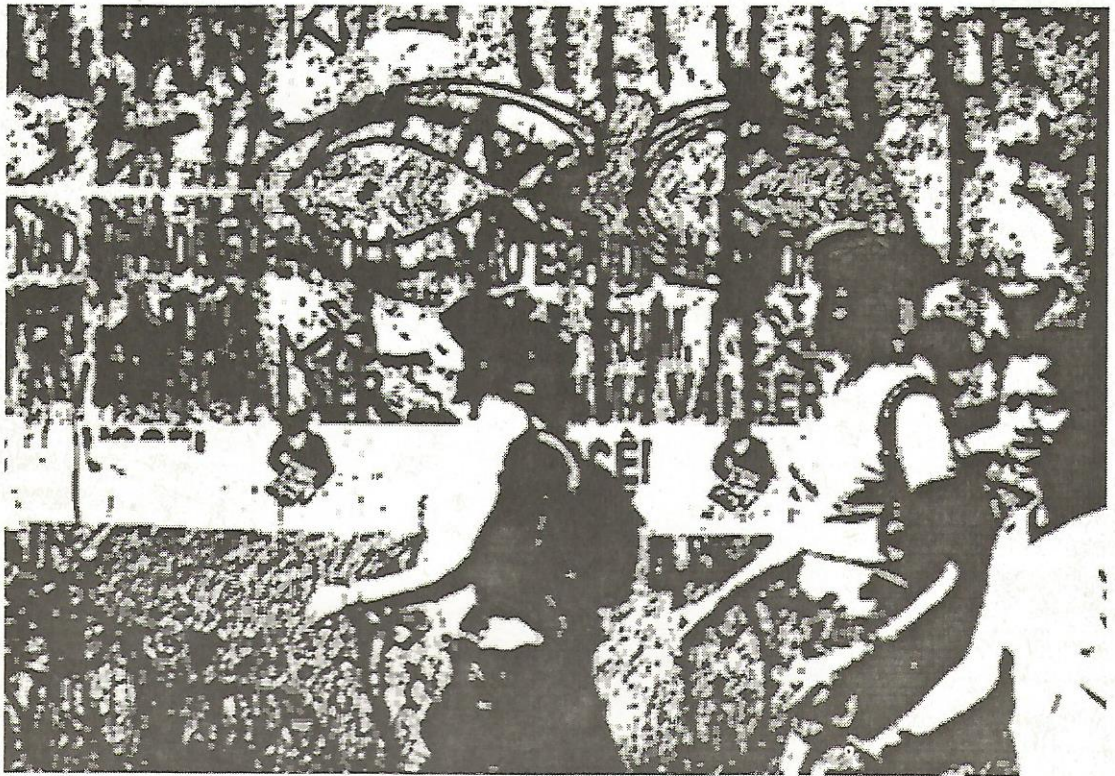
determinar ao Indivíduo o papel que ele deverá desempenhar

na existência? Assim sendo, ele não tem nenhuma necessidade de aprender a agir livremente e a avaliar com independência.

Assim, pelos

traordinária fecundidade e dar resultados quase imediatos. Mas, para que o ensino contribua para a enérgica impulsão que deve accionar os cérebros de hoje, como os de amanhã, para um sempre mais nobre futuro, é preciso fazê-lo em condições que não sejam as presentes. (...) Para um espírito sensato a forma de

e n -



meios mecânicos do ensino aniquila-se na criança a liberdade que podia ser nela o estado virtual. (...)

Vimos que moral jesuítica lhes inculcam. Tomemos agora como exemplo a História, que é uma das partes da matéria de ensino concorrente para a educação superior do homem. Do ponto de vista puramente individual, como social, ela possui a mais alta importância; o seu desenvolvimento racional pode ser de uma ex-

sinar História

parece detestável no sentido em que ela começa pela noite dos tempos, pelo impreciso, parte que se expõe com minúcia, em detrimento da nossa época contemporânea, para nós mais interessante já que a nossa vida está em suma ligada aos acontecimentos recentes.

Poder-se-á objectar que os manuais de história da Fran-

33

1170

em uso nas escolas relatam os acontecimentos que se produziram até agora. Isso é verdade, mas no desenvolvimento geral – seja devido a má distribuição dos programas, seja antes por parti-pris dos professores de nada quererem desvendar aos alunos sobre o mistério que para eles constitui a época das revoluções de 1830 e de 1848, o golpe de estado de Louis-Napoléon, a Comuna e o movimento republicano, socialista e anarquista destes últimos cinquenta anos – não se vai além do tempo Charles X, quando não se ficam mesmo pela queda do Primeiro Império. De qualquer forma, passa-se muito por alto sobre os factos revolucionários e em geral sobre tudo o que possa contribuir para a formação da consciência do homem livre, sob o pretexto de não fazer “política”. O mesmo se passa quando o professor trata da idade média e dos tempos chamados modernos, não dá o verdadeiro significado de insurreição de pobres contra ricos, dos movimentos da Comuna, das revoltas de Flandres, da Reforma, da agitação intelectual dos Enciclopedistas e da própria Revolução.

Ora, o que será necessário fazer à criança, ao jovem, em todas as escolas sem distinção, é dar-lhe a verdade completa e comentá-la no sentido da Liberdade. E sobretudo nas escolas frequentadas pelos filhos dos trabalhadores, dos proletários, o que seria necessário era falar perante o espírito do Povo, ainda criança, da sua própria história, a história da sua condição enquanto classe, de qualquer forma muito mais importante para ele do ponto de vista da sua emancipação que o lado anedótico da história, a descrição das batalhas, as datas das guerras e dos tratados e outras

coisas secundárias sobre as quais se exerce a memória enquanto se negligencia o pensamento. Mas seria indispensável para isto que os professores deixassem de ser os servos do Estado, ou quaisquer dirigentes predispostos ao culto da ignorância, este capital de todos os exploradores. O que seria preciso, por exemplo, seria não suscitar o encanto do jovem pela ostentação do fausto de um Luís XIV, mas fazê-lo compreender que esta pretensa glória era construída sobre uma imensa miséria popular. (...) Seria já não mencionar de forma seca a morte de um Luís XVI, mas explicar que foi executado a 21 de Janeiro de 1793 o símbolo da tirania monárquica e do “direito divino” muito mais que uma simples pessoa. Seria já não ensinar o culto do assassinato sob o falacioso pretexto do patriotismo, fazer a apologia de um Napoleão, mas comunicar o horror que fez nascer em qualquer espírito são o relato do reino do imperial director de massacres e, por isso, inspirar o detestar da guerra. (...) Enfim, ensinar a História ao Povo, deveria ser em qualquer ocasião proceder ao despertar do seu pensamento sobre o que ele foi, o que ele poderia ser. Seria, senão preparar uma revolução definitiva, se este termo assusta a estreiteza de espírito da classe dirigente, pelo menos apressar a evolução dos homens para um meio de liberdade e, em consequência, de justiça natural.

Mas o método de direcção dos homens subsiste idêntico a si mesmo através das gerações, desde os tempos mais longínquos. É sempre, por um lado, a mesma mentira inculcada aos pobres, aos servos, e, por outro, a mesma profusão de verdade aliada ao mesmo espírito de duplicidade, propagado entre os ricos e os dirigentes. É assim que se fundam e mantêm as sociedades baseadas na exploração da fraqueza pela força, da ignorância pela astúcia. A própria História, a História verídica, é neste aspecto de uma clareza preciosa. Por mais longe que se vá no passado, encontram-se estes meios que diferem talvez nos detalhes, mas não no princípio.

Nós outros, homens de pensamento livre, não queremos formar bons cidadãos, mas sim indivíduos, e se a educação autoritária, o seu objectivo e os seus meios não

nos de-
ixam indiferentes, é ap-
enas do ponto de vista crítico e so-
bretudo da destruição a que a consagramos e
que nos esforçaremos por realizar, com todo o ardor
da nossa paixão e da nossa razão unidos num mesmo querer
de liberdade integral.

Tradução de Guadalupe Subtil

Nota: O texto acima foi publicado em 1958 pelas edições Pensée et Action, animadas por Hem Day¹ e colocado no site <http://www.anarkhia.org/article.php?sid=1575> pelo Grupo Maurice-Joyeux da Federação Anarquista de Língua Francesa.

° Manuel Devaldès: De seu verdadeiro nome Ernest-Edmond Lohy, nasceu em Evreux (França) a 5 de Fevereiro de 1875 e faleceu a 22 de Dezembro de 1956. Individualista libertário, pacifista e neo-malthusiano desenvolveu uma intensa actividade em prol do anarquismo. Fundou a "Revue Rouge" em 1895, objector de consciência em 1914, refugiou-se em Inglaterra. Colaborou em diversos jornais e revistas anarquistas, sendo ainda autor de muitos livros e brochuras, nomeadamente "Contes d'un rebelle" (1925), "La maternité consciente" (1927) e "Anthologie des écrivains réfractaires" (1927).

1 Hem Day: De seu verdadeiro nome Marcel Dieu, foi uma das mais importantes figuras do anarquismo belga. Nasceu a 30 de Maio de 1902 em Houdeng-Goegnies na Valónia e faleceu a 14 de Agosto de 1969 em Evere (Bruxelas). Desde muito novo revelou um espírito de contestação e de revolta que o acompanhou até ao seu último momento. Em adolescente declara-se vegetariano, por oposição a seu pai que era talhante. Com a 1ª Guerra Mundial, o jovem Marcel compreende rapidamente a inutilidade, a estupidéz e a atrocidade das guerras, o que o conduziu a um antimilitarismo activo que, para além de algumas penas de prisão, depressa se transformou em anarquismo. Tomou parte activa na reconstrução do movimento anarquista belga após a guerra, tendo fundado e gerido diversos jornais. Em 1937, em Barcelona, participou nas emissões de rádio da CNT-FAI. Mais tarde, é expulso de França por ter feito conferências contra o nazismo. Tendo repudiado a religião e recusando crer em Deus, sentia-se incomodado com o seu nome Marcel Dieu. Eis porque toma um pseudónimo, as iniciais do seu nome, MD, que escrevia Hem Day.

37

AI 90 4 U

Lúcia Bruno

Grève na Universidade de São Paulo (USP), Brasil.

1)

Estamos em greve na USP e as atividades são intensas. Os estudantes ocuparam o prédio da reitoria (onde fica o reitor, atualmente uma mulher, e a administração central da universidade). Estão lá há 30 dias. Tudo começou com o vice-reitor negando-se a receber os estudantes que lá foram para entregar suas reivindicações à reitora; mais moradia, mais professores, ônibus na cidade universitária e abertura do restaurante de estudantes durante os fins de semana para atender os alunos que lá vivem.

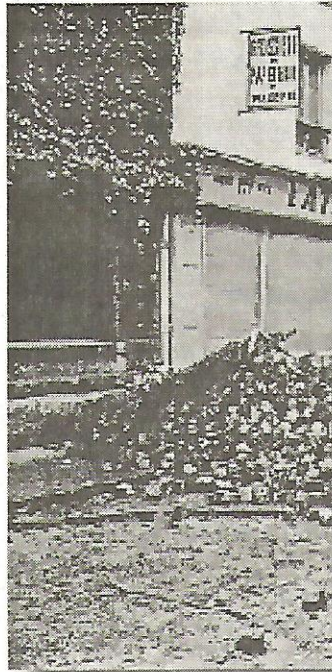
Diante da recusa do vice-reitor em recebê-los, eles invadiram o prédio, puseram os burocratas para fora e ocuparam o espaço. No decorrer da semana, os funcionários também entraram em greve e depois os professores. A luta agora é conjunta e é contra os decretos do governador José Serra que elimina a autonomia da universidade, modifica o sistema de aposentadoria dos professores e funcionários, subordina a administração financeira da USP à Secretaria de Gestão ligada diretamente ao governador, estabelece a pesquisa aplicada como prioritária em detrimento da pesquisa básica, o que significa subordinar as atividades de pesquisa às demandas das empresas, etc. É também o período de nossa negociação salarial.

Assim, as coisas estão quentes por aqui. Os estudantes criaram uma forma de organização muito interessante; bastante horizontal, neutralizaram os grupos políticos que lá estavam a dar ordens e isso tudo já começa a se expandir para outros campus do interior de São Paulo. Na própria USP, algumas unidades estão abrindo suas Congregações (órgão de decisão máxima nas faculdades que integram a USP) para a participação de alunos, funcionários e professores que não a compõem estatutariamente.

Sao Paulo, 1 junho 2007

2) Violência contra a Universidade

“Nunca às coisas os seus verdadeiros nomes. São poucos os homens que têm idéias claras sobre as coisas e a maior parte preocupa-se somente com a palavra. Iludidos pela palavra não se horrorizam os homens com as coisas mais infames quando dec-



oradas por belos nomes e, horrorizam-nos as mais louváveis quando aviltadas por nomes odiosos. Assim o trabalho corrente dos ministérios é corromper os povos, adulterando o sentido das palavras” (Jean-Pierre Marat .As correntes da escravidão).

Nestes termos, Jean Pierre Marat denunciava, antes mesmo de desencadeada a Revolução Francesa, a política dos governos e a importância da palavra como arma do poder. No episódio recente da luta de estudantes, funcionários e professores da USP contra as condições difíceis de funcionamento desta instituição de ensino superior e contra a política do governo do

Estado, que as agrava, esta operação, denunciada por Marat, atualiza-se e surge com nitidez nos discursos de políticos profissionais, do vice-reitor e de alguns professores. Em artigo publicado na página Tendências e Debates da Folha de São Paulo (01/06/2007), o vice-reitor da USP, prof^o. Franco Lajolo, desferiu contra a luta de alunos, funcionários e professores mais um ataque, somando-se este aos de José Arthur Gianotti e ao de José de Souza Martins. Antes de prosseguir, é preciso esclarecer o leitor que foi exatamente o vice-reitor, prof^o Franco Lajolo que, substitu-



indo a reitora em viagem à Espanha, se recusou a receber os estudantes que lá estiveram no dia 3 de maio último, para lhe entregar suas reivindicações. Foi este senhor e não outra pessoa, quem provocou a ocupação do prédio pelos estudantes, dada a sua prepotência, autoritarismo e desprezo pelo diálogo democrático, termo tão freqüente no discurso dos políticos profissionais e dos áulicos do poder universitário.

O vice-reitor, logo no início de seu artigo, lamenta que

59

AIROS

os estudantes que hoje ocupam o prédio da reitoria, "herdeiros do movimento estudantil que tanta importância teve em momentos decisivos da história do país se arvoreem em defensores de valores tão vagos e imprecisos como os direitos do povo" e que a partir daí justifiquem a invasão de prédios públicos. Primeiramente, de acordo com os próprios estudantes, eles não se identificam com esse movimento estudantil que produziu entre outras personalidades do mundo político um José Serra, um José Dirceu e tantos outros praticantes do autoritarismo que caracteriza nosso chamado Estado de Direito, dentro e fora da USP. Ao contrário, pela criatividade que caracteriza suas ações e a forma de organização que instituíram no seu processo de luta, os estudantes mostram o seu rompimento com as velhas estruturas hierárquicas do movimento estudantil, que serviram de escola para os então aspirantes a donos do poder que hoje conhecemos. Talvez por isso, esta criatividade que se materializa na criação de relações sociais horizontais estabelecidas entre eles, na eliminação das cadeias de comando, no estabelecimento das assembleias gerais como eixo dos debates e da tomada de decisões, assim como na não aceitação de manipulações partidárias no seio de seu movimento, deixe tão irritados os professores acima citados. Neste sentido, vale lembrar o fato de o professor Martins tentar desqualificar a luta dos estudantes exatamente pelas virtudes acima referidas, consideradas por ele como pequeno-burguesas e pueris, para dizer o mínimo. Caso fosse o contrário, isto é, se estivessem a quebrar, a depredar o prédio ocupado, a destruir os seus jardins internos, o que escreveria o professor? Aplaudiria? Certamente que não, aí os desqualificaria a partir de outros argumentos. Na realidade, esta luta dos estudantes enterra os velhos dogmas nos quais foram formados esses professores e ao mesmo tempo, expõe o autoritarismo que anima o pensamento de muitos de seus egressos, embora, feliz-

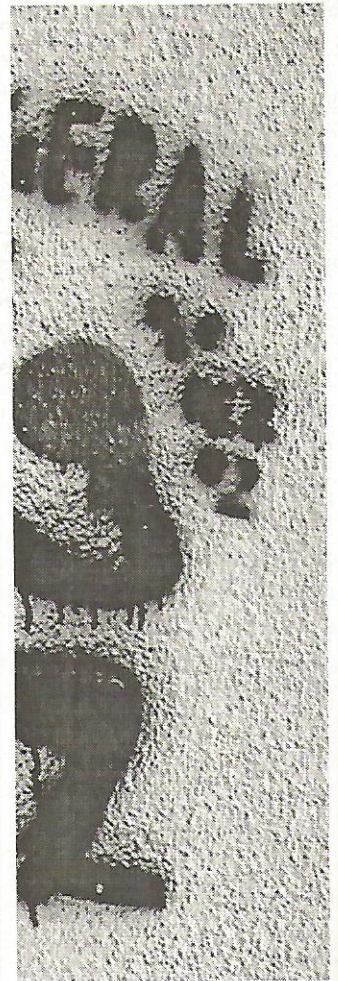
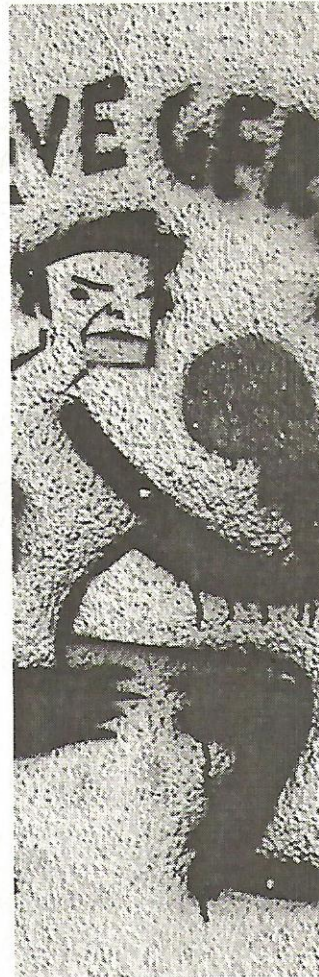
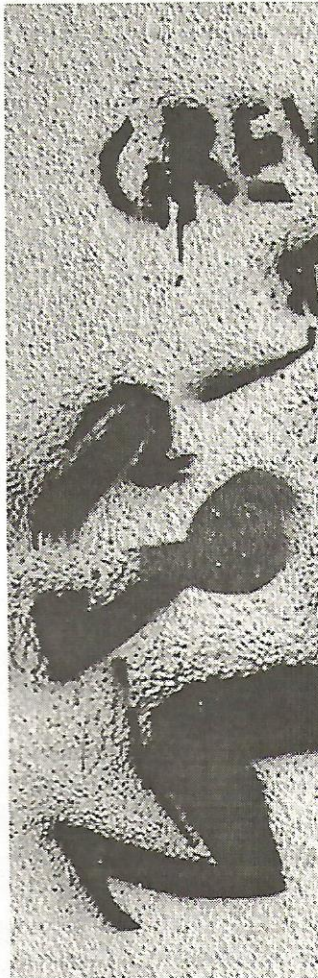
mente não de todos.

Voltando ao artigo do vice-reitor é muito importante observar que a sua crítica recai sobre a suposta violência dos estudantes contra prédios públicos. No entanto, nenhuma palavra é dita sobre a violência da reitoria e do governo do estado contra os estudantes, sem os quais, como se sabe, não existiriam instituições de ensino, professores, reitores, vice-reitores, diretores de faculdades e chefes de departamentos. Esta violência contra os estudantes está expressa na falta já crônica de professores, de funcionários, de moradia para alunos de baixa renda que não têm outra opção senão viver nos prédios degradados do CRUSP, tendo que enfrentar nos finais de semana a ausência de ônibus, de segurança no campus e de restaurantes onde possam se alimentar. Na realidade, os dirigentes da USP ignoram a existência desses jovens, da mesma forma que Gianotti e José de Souza Martins, ao que parece, nunca lhes prestaram atenção, já que os definem como oriundos da pequena burguesia e/ou membros de uma elite que conseguiu passar pela peneira fina do vestibular. Os jovens pobres no Brasil são penalizados até quando demonstram possuir capacidade de passar pela peneira fina da seleção econômico-social e cultural!

Na realidade, trata-se de filhos de famílias da classe trabalhadora, que a partir de um esforço, que certamente os três professores acima citados nunca foram obrigados a realizar, tentam furar o cerco da pobreza, verdadeira prisão social, onde se encontram confinados pela lógica da distribuição de renda no Brasil. Certamente que há muitos alunos matriculados na USP advindos de famílias de alta renda e esta presença é, ou deveria ser, enriquecedora para todos. Mas estes jovens serão cada vez mais raros, se a

tendência, já observada no interior desse meio social, de enviar seus filhos para estudarem no exterior, especialmente nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Austrália, vier a se expandir e a se consolidar. O objetivo é formá-los desde o início de seus estudos universitários dentro de uma visão de mundo cosmopolita mais adequada ao processo de internacionalização da classe capitalista e do mercado de trabalho altamente qualificado, que acompanha a globalização das estruturas econômicas e políticas. Esta tendência explica em parte as políticas governamentais já em curso no país, de aligeirar os estudos universitários dos jovens que aqui permanecem, assim como as tentativas de reduzir os custos de sua formação, uma vez que a chamada missão da universidade atual é formar em massa, força de trabalho qualificada e não mais futuros dirigentes. A pesquisa, nas propostas de reforma do ensino universitário, deverá ser, sobretudo, aplicada (ou operacional), uma vez que a pesquisa básica é feita nos países de economia mais dinâmica e inovadora e os empresários aqui instalados,

assim como os sucessivos governos que temos tido, nestes úl-



timos 17 anos, não a têm considerado prioritária.

Mas, “nunca às coisas os seus verdadeiros nomes” e assim os três professores seguem na tentativa de desqualificar a luta dos estudantes, funcionários e professores que se movimentam para manter a qualidade do ensino, da pesquisa e das atividades de extensão, que estruturam o projeto da Universidade de São Paulo. Como escreveu Elias Canetti em seu livro *Massa e Poder*, nada é mais nefasto para uma cidade sitiada, do que a ação daqueles que tramam e

trabalham pela sua destruição a partir de seu interior. A população sitiada pelas políticas estatais tanto federais quanto estaduais enfrenta agora a ação dos que a comovem a partir de dentro, em nome do Estado de Direito e da democracia. (nunca às coisas os seus verdadeiros nomes).

Assim, não deve nos surpreender o fato desses defensores do Estado de Direito não terem escrito uma só linha ou pronunciado um só vocábulo contra a violência perpetrada pelo governador contra os manifestantes que tentaram chegar até o palácio dos Bandeirantes, na quarta-feira, para levar a ele as reivindicações do movimento, devido a um dos esquemas policiais mais ostensivos montados nesta cidade, desde o fim da ditadura militar. Quem esteve na última quarta-feira nas cercanias do palácio onde está instalado o governo do povo, pelo povo e para o povo, (nunca às coisas os seus verdadeiros nomes) pode apreciar o espetáculo melancólico de um Estado de Direito que impede os governados de se aproximar do seu governante para lhe expor suas discordâncias e reivindicações. Cabe registrar, também, o desrespeito do governador com a população em geral, que em razão da interdição de várias vias de trânsito impediu de circular pela região oeste da cidade durante, pelo menos, cinco horas.

O vice-reitor afirma em seu artigo "que a população que paga seus impostos e que com eles financia a universidade de São Paulo, quer, sim, uma universidade pública e gratuita de qualidade. E nós também queremos", diz ele. Mas, neste discurso, quem exatamente o pronome nós recobre? Certamente que não a reitora, o vice-reitor e tantos diretores de unidades que se mantiveram em silêncio diante dos decretos do governador, alguns deles já modificados pelo próprio, obrigado que foi pelo movimento de luta em curso. Prosseguindo, o prof. Franco Lajolo afirma que esta população que paga os impostos e que sustenta a USP, "não elegeu como porta-vozes nem os invasores, nem os servidores, nem os docentes que se solidarizam com a invasão".

Evidentemente que não os elegeu e nem poderia, da mesma forma que não elegeu nem a reitora e nem o vice-reitor que agora se arvora do direito de falar em

seu nome. Esta população, segundo Lajolo, "respalda uma Constituição que estabelece as relações do Estado com o ensino superior e elegeu para governador o professor José Serra".

Ora, exatamente esta Constituição que "a população pagadora de impostos respalda", o governador desrespeitou ao criar, por decreto, a secretaria do Ensino Superior, uma vez que só poderia fazê-lo depois de enviar sua proposta na forma de projeto para ser apreciado e aprovado pela Assembléia Legislativa. Além disso, a autonomia universitária, que o governador tentou eliminar sob o silêncio da reitoria da USP e da maioria dos diretores de suas unidades, é um direito inscrito na Constituição Federal e não pode ser desrespeitado por nenhum governador de estado. Assim sendo, de que Estado de Direito está o vice-reitor a falar?

Em seu artigo, ele pergunta: "que lição de ética, democracia e lógica estamos ensinando na USP?" Caso o sujeito implícito na pergunta, seja ele próprio, a reitora e seus colegas omissos frente a grave situação que a USP enfrenta, a resposta já está dada por eles próprios; a ética é a da desconversa; a democracia é o exercício do autoritarismo; a lógica, é a da irresponsabilidade diante do compromisso que devem ter todos os educadores e pesquisadores com a qualidade do ensino e da produção do conhecimento, especialmente quando se trata de universidade pública.

Para finalizar, o vice-reitor acusa os estudantes de tomarem a lei nas próprias mãos em nome de um vago direito da população de ocupar prédios públicos, definindo o ato de ocupação da reitoria como "um apanágio de movimentos e governos totalitários, como o que no Brasil de 1964 a 1968 implantou, manteve e intensificou a ditadura". Ora, que-

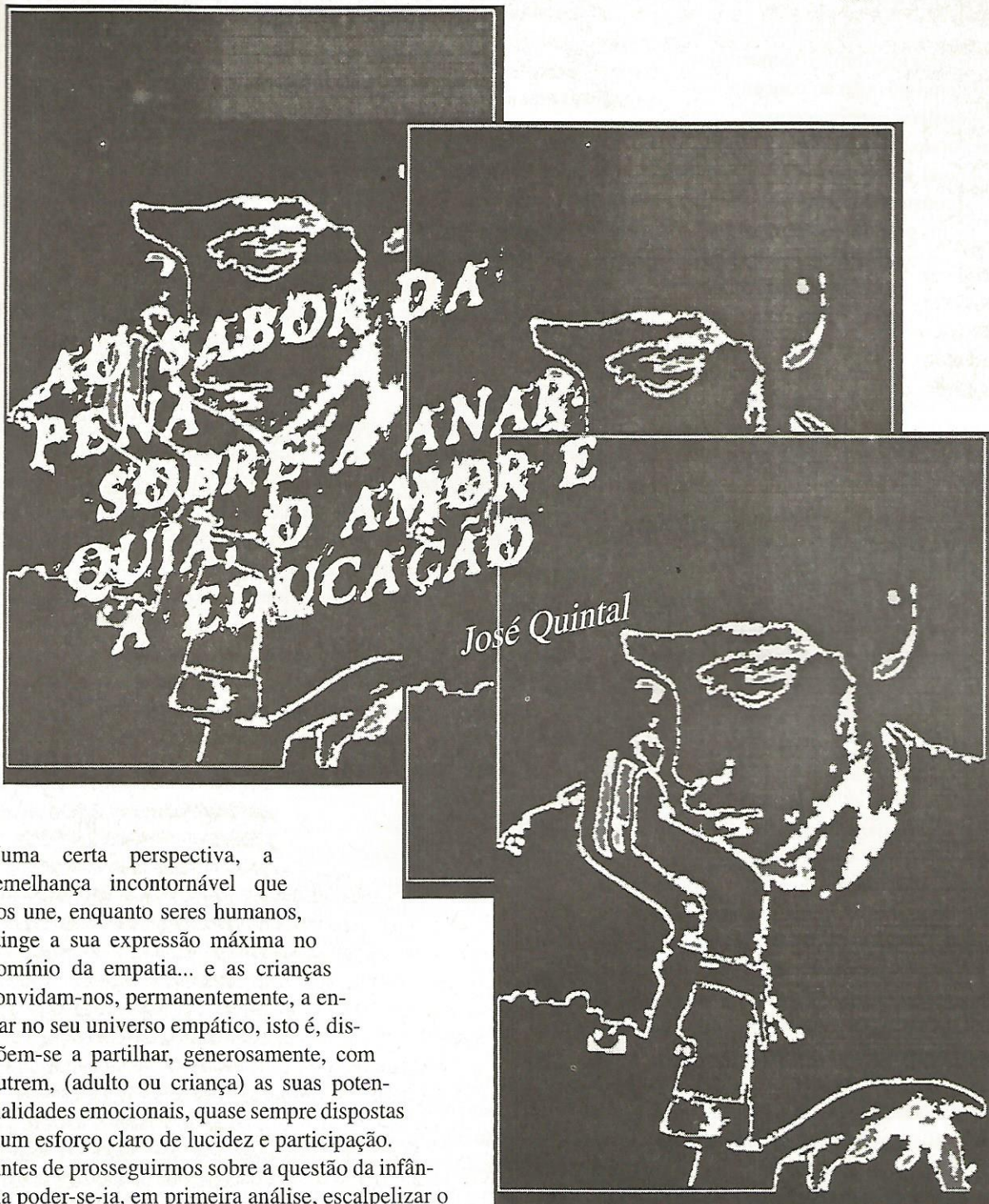
rer comparar a truculência praticada pela polícia e órgãos de repressão da ditadura militar com a ocupação do prédio da reitoria da USP por estudantes desarmados que só queriam negociar suas reivindicações com a reitora, beira o delírio. Dizer que os estudantes confundem licenciosidade com democracia e afirmar que assim agindo eles ameaçam a existência de um Estado de Direito que existiria na USP, instituição comprometida com a racionalidade (qual racionalidade?), é, na melhor das hipóteses má-fé; na pior, é delinqüência acadêmica.

Num Estado de Direito, reitores, vice-reitores e demais gestores da universidade devem estar a serviço da educação, da pesquisa e das atividades de ex-

ensão, cabendo a eles o dever de garantir as condições ótimas para que tais atividades se desenvolvam em patamares sempre renovados e em graus cada vez mais complexos e efetivos. Não cabe a eles utilizarem os cargos que ocupam na universidade como meio de ascensão ao poder e tampouco para a obtenção de privilégios, prestígio e prebendas dentro e fora do meio acadêmico.

Tampouco podem se permitir, considerando que têm o dever de praticar a dignidade profissional exigida pelas responsabilidades inscritas nos cargos que ocupam e defendem à unhas e dentes, se degradarem ao ponto, de se transformarem em ventríloquos do governador.





Numa certa perspectiva, a semelhança incontornável que nos une, enquanto seres humanos, atinge a sua expressão máxima no domínio da empatia... e as crianças convidam-nos, permanentemente, a entrar no seu universo empático, isto é, dispõem-se a partilhar, generosamente, com outrem, (adulto ou criança) as suas potencialidades emocionais, quase sempre dispostas a um esforço claro de lucidez e participação. Antes de prosseguirmos sobre a questão da infância poder-se-ia, em primeira análise, escarpelizar o

conceito de amor em oposição ao de ódio, tal como se entenderia o conceito de generosidade em oposição ao conceito de egoísmo.

Escalpelizar este conceito de amor, talvez interessasse, não só porque é um ingrediente essencial a considerar no domínio das relações construídas com base na empatia mas, também, porque nos remete para um estado de espírito universalista e de ligação existencial sobre os quais importa reflectir.

Todavia, nesta dialéctica dos contrários podemos ir longe ou não ir a lado algum, entre outros motivos, porque é uma dialéctica que desvaloriza os diferentes matizes do complexo emaranhado de sentimentos que o ser humano pode experimentar...

Esses sentimentos podem ser, particularmente, destrutivos quando o indivíduo procura, desesperadamente, ser feliz num regime autocrático que vai persistindo e que se vai consolidando de forma mais ou menos subreptícia, sobretudo, no seio das sociedades que apregoam, repetidamente – por intermédio de alguns “eleitos” –, a democracia, a justiça, a liberdade... sem valorizar, normalmente, o elemento afectivo, isto é, o Amor no seu sentido mais amplo que é – ou devia ser – um dos elementos de coesão fundamental na relação que procuramos estabelecer com o outro.

E, qual é a reflexão que o(s) anarquismo(s) propõe(m) neste contexto conturbado em que as crianças são ensinadas a ter medo e a odiar tudo o que é estranho e diferente, sendo compelidas a “escapar”, rumo ao sucesso, num mundo de agressores e agredidos cada vez mais competitivo, onde temos de ser “muito bons” para sobreviver.

Numa perspectiva sociológica, no domínio da análise qualitativa e compreensiva – em alternativa ao positivismo que continua a determinar o paradigma dominante –, poder-

se-ia avançar que o anarquismo tem muitas vertentes e que pode ser interpretado de muitas formas, considerando, entre outros aspectos, os diferentes contextos em que os indivíduos se inserem, quer nas dimensões política, social, económica, religiosa, cultural... quer no domínio do tempo em que os factos e as acções ocorrem, isto é, o tempo histórico que, embora comporte, entre outras, todas as dimensões atrás referidas, se constitui, ele próprio, como dimensão, aparentemente, inexorável.

De facto, o anarco-feminismo, o anarquismo verde, o anarco-primitivismo, o anarco-naturismo, o anarquismo mutualista, o anarco-individualismo, o anarquismo colectivista..., constituem uma panóplia de formas diferentes de abordar a mesma questão: a exploração do homem pelo homem, exploração essa que já é tempo de parar!

De certa forma, já houve maior esperança de acabar com esta forma brutal de relacionamento oportunista e profundamente perigoso... dado que o tempo é uma variável independente e incontornável nesta dramática equação.

Contudo, numa perspectiva pós-newtoniana, o tempo é, afinal, uma dimensão com plasticidade que – de acordo com a teoria da relatividade preconizada por Einstein – poderá ser, até mesmo, um veículo de mobilidade física e, assim, sem qualquer dúvida, de mobilidade intelectual, cultural, filosófica ou até, porque não dizê-lo, espiritual!... Entenda-se, pois, por espiritual, o conteúdo incorpóreo que anima qualquer ser vivo! E, afinal, que melhor forma de definir o Amor? Pois é! Amor com A grande ou com A de Anarquismo ou, se se preferir, com A de Acrata.

Curiosamente, se fizermos uma análise de conteúdo a um texto anarquista, escolhido ao acaso, eu arriscaria que o Amor constitui, se tanto, uma parte ínfima da respectiva produção, impondo-se, na esmagadora maioria dos signifi-

dos,
 um ape-
 lo descritivo,
 analítico e muito
 repetitivo das sinis-
 tras realidades com que
 “vamos” convivendo com
 maior ou menor conformi-
 dade.

Falemos, pois, de Amor...sem
 medo...sem vergonha... sem ru-
 borizar... Falemos, corajosa-
 mente, de um sentimento que
 continua a constituir uma das
 nossas grandes motivações,
 senão mesmo, a maior!

Observemos então o respeito e o
 amor tão proclamados pela vida
 humana que em teoria não tem
 preço e que prossegue (de uma
 forma geral e em termos práti-
 cos) em clara oposição à falta
 de respeito e de amor pela vida
 dos demais seres viventes...e
 verifiquemos também que esse
 respeito e esse amor, em ter-
 mos de estímulos objectivos e
 subjectivos, tem motivado a
 formulação de múltiplas acep-
 ções. Por outro lado, apesar do
 desfasamento temporal e circun-
 stancial, serão as perspectivas e
 as motivações daqueles que se
 consideram anarquistas, nos
 dias de hoje, diferentes das
 que Proudhon, Piotr Kro-
 potkin, Errico Malatesta,
 Elisée Reclus e outros
 defenderam?

Com efeito, a
 preocu-

p a -
 ção com o
 ambiente sempre
 caracterizou, de uma
 forma geral, o pensam-
 ento anarquista, apesar de
 que poucos enfatizariam, no
 século XIX, a ideia de que o
 suporte de vida na Terra está em
 perigo iminente.

É, portanto, natural que, nos dias de
 hoje, alguns movi-



mentos de “cidadãos do
 mundo” centrem o seu entusiasmo
 e os seus piores receios, não só na
 consciencialização dos riscos
 que uma vida social decaden-
 te, profundamente estrati-
 ficada e excessivamente
 consumista, pode acar-
 retar mas, sobre-
 tudo, na ideia
 de que

temos de salvar a vida na Terra com a máxima urgência!

Segundo vários autores anarco-primitivistas, considerando a evolução do homem de há dez mil anos a esta data, parece razoável acreditar que o ser humano é, naturalmente, anarquista, entre outros motivos, porque na maior parte deste percurso histórico soube conviver com o meio ambiente, integrando uma economia ecológica, efectivamente, sustentada e saudável.

Com efeito, os anarco-primitivistas, não acreditam no regresso à “ordem natural original” ou a um qualquer universo idilicamente primitivo, sugerindo, antes, uma espécie de religação com a Natureza. De facto, tratar-se-ia de uma reconciliação com os aspectos mais sinistros da suposta natureza humana, de forma a encontrar uma economia ambiental, verdadeiramente, equilibrada num contexto diferente do original...

No entanto, não obstante esta abordagem no domínio da economia ambiental, a minha sensibilidade cognitiva e, talvez, a minha ignorância, permitir-me-ão arriscar a ideia de que o elemento afectivo – que insisto em classificar com o conceito de Amor – não foi, suficientemente, discutido no âmbito de um debate não religioso, no qual sugiro que se incluam as “nossas” crianças...

Não trazem elas, afinal, dentro de si, uma parte substancial desse mundo perdido? E não procuram elas, dentro de nós, um reflexo de antigas expectativas que largámos, algures, na senda do bem-estar que nos é proposto, diariamente, com promessas cada vez mais incosequentes, onde o Amor parece não ter lugar?!

Não serão as crianças um excelente veículo para viajar no tempo... rumo ao passado e ao futuro, em busca de um presente intangível que, mesmo assim, vai sendo desfrutado pelos poucos “iluminados” que lhe conseguem tocar?... E não seremos nós, ainda, crianças?... Virtualmente

dispostas a reaprender a felicidade do bem-ser em vez da fatalidade do bem-estar?

Para além desta reaprendizagem restamos, talvez, partilhar com as nossas crianças – incluindo a que persiste em cada um de nós – as angústias e aspirações alimentadas pelo desejo de felicidade e pelo receio da morte – sentimentos que vamos expurgando ou recalçando em função dos constrangimentos que nos chegam do exterior mas, também, é preciso admiti-lo, pela assunção individual e colectiva do nosso estado de maior ou menor inconsciência.

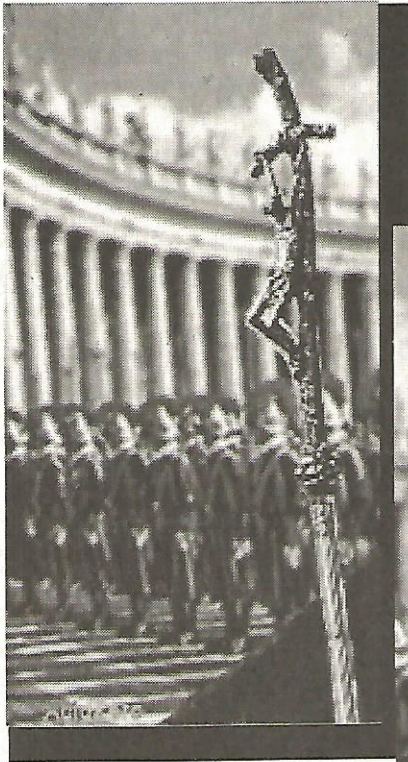
De acordo com o conceito de inconsciente colectivo, proposto por Jung, existem camadas profundas, no âmago da matriz existencial de cada indivíduo, que são comuns a toda a humanidade. Considerando, então, que transportamos uma herança genética, cultural e espiritual que nos une, parece fazer todo o sentido apreender, no universo da infância, a génese dessa herança.

Mas, apreender de uma forma cuidadosa, com a preocupação de não danificar o respectivo conteúdo, que é delicado, incorpóreo e que tem, certamente, grande valor existencial.

Assim, em vez do exercício do poder que o adulto impõe à criança alegando, entre outros dogmas, que a disciplina é um ingrediente fundamental na educação, provavelmente, impõe-se, sem preconceitos metodológicos, a aprendizagem do Amor sem apego, expurgando pulsões obscuras tendentes a legitimar uma falsa autoridade, até porque “onde o Amor reina, não há desejo de poder; e onde o poder prevalece, falta o Amor...”

Cleber Rudy

R. O VAMPIRO DO
VATICANO*
Vulgo Ratzinger, o Bento XVI



Amparado numa tradição que supera um milênio, Bento XVI investido de seu primado papal-1, ao completar dois

anos de pontifício, recoloca a Igreja e sua visão sobre as práticas sociais e ou valores morais num patamar de contornos medievais, época aquela a qual a Igreja ao embalo de Dies Irae-2, patrocinava excomunhões, perseguições religiosas, censura e visionava a aproximação do Juízo Final.

Durante sua estadia no Brasil (um dos maiores países católicos do mundo), em maio deste ano, sua santidade enquanto elemento de restituição de uma fé abalada-3 deixaria um rastro de hediondas afirmações, tão ad absurdum-4 quanto às idéias totalizantes do nazismo, do qual, Joseph Ratzinger fora participante, via juventude hitlerista.

E entre os Sacramentum Caritatis-5 tem-se, o casamento enquanto união indissolúvel e concebível somente entre um homem e uma mulher, a condenação da homossexualidade, a abominação do aborto, a execração de métodos anticoncepcionais, ainda como a reafirmação da existência do inferno enquanto fim

intransponível aos pecadores. Elementos que constituem somente a ponta deste Iceberg de natureza sacra. Mas os valores de sua doutrina que exalam a incenso vão além, ao AFIRMAR que não houve excessos por parte da Igreja Católica durante a Colonização da América Latina. Seria a opacidade de sua membrana ocular ou a fobia por leituras mais apuradas que o levariam a tais ímpetos anti-históricos? Pois um leve correr dos olhos (mesmo aos que sofrem de estrabismo intelectual, como Ratzinger), pelos escritos de Bartolomé de Las Casas -6, bastariam para revelar que excessos ocorreram e das mais variadas naturezas e tamanhos, e sob os auspícios da CRUZ. Hoje se nega o Genocídio cultural dos povos ameríndios, amanhã, quem sabe o Holocausto, depois a Inquisição, e neste reboliço de insanidades, não espantaria se expusesse que um míssel balístico, como o SS27 Topol-M-7, é uma ilusão demoníaca. Sendo assim, sua santidade e suas idéias, que alguns banalmente intitulam

de intelectualidade, não comportam afirmativas cabíveis para um mundo que cada vez mais adentra na contemporaneidade do século 21.

Bento XVI, ainda com sua "sapiência" expõe, "a América Latina deve se apoiar na fé, e não em ideologias políticas e movimentos sociais". Mas contradigo, a América Latina se faz e re-faz mediante lutas emanadas de movimentos sociais e ideologias políticas, enquanto contramão da antiga cultura do medo disseminada pela fé dos algozes, buscando assim, uma outra realidade, concebível aqui mesmo na terra, e não para uma além vida entre o romper de aviões.

E munido mais uma vez de sua oratória conservadora, Ratzinger advertira sobre os suplícios da perdição referentes à sexualidade humana. Se por um lado o italiano Mateo Colombo-8 revelaria no século XVI um tal de Amor Veneris enquanto descoberta, no contraponto a este achado, uma gama de "santos homens", (renovada neste século pelo Sr. Joseph R.), prosseguiriam na demonização de tal revelação carnal,

afirmando: "cruz, credo, isto é pecado", ou ainda, ruborizando: "Oh, Pai nos afastais de tanto mal". Mas após dias tão agitados, entre ser ou não ser... Com a despedida do Papa, a "tranquilidade" pouco a pouco voltaria a reinar nos lares tupiniquins-9. Inúmeras beatas e senhoras de família puderam retornar ao alento festivo do seu consolo - torneado em pau de carvalho e benzido nas águas da Santa Madre Igreja -, e entre "uis", e "ais", não negam o milagre do "santo instrumento" no combate ao stress de cada dia, que nos daí hoje, tanta euforiaaaa.

Cleber Rudy 10

* *Alegoria ao nome do filme M., o Vampiro de Düsseldorf, de Fritz Lang, editado em 1931.*
 1 *No ano 600 se institui o primado do Papa, ou seja, sua superioridade.*

2 *Hino em latim do século XIII, de contornos apocalípticos.*

3 *Abalos perpetuados mediante a disseminação de inúmeras outras igrejas e cultos religiosos, por vezes com valores mais flexíveis do que os instituídos pela Igreja Católica.*

4 *Termo em latim para denominar, absurdo.*

5 *Documento constituído de 131 páginas, contendo 50 propostas elaboradas pelo Papa e aprovadas por um conselho formado por 256 bispos.*

6 *Frei que denunciou os abusos cometidos durante a conquista da América Espanhola, os quais constituem a obra intitulada: O Paraíso Destruido.*

7 *Míssel com ogivas múltiplas, lazer entre outras parafernália de alta-tecnologia destrutiva.*

8 *Anatomista que descobriu o clitóris, ou seja, o Amor Veneris.*

9 *Termo que remonta aos longínquos habitantes das terras brasileiras, sendo o mesmo, empregado de forma pejorativa para denominar quem nasce no Brasil.*

10 *Professor e pesquisador em História Social.*

69

AI 90 3 U

*Biblioteca Popular
JOSE INGENIEROS
1/7/1935-1/7/1995
Apontamentos para a sua
história
Vicente Francomano e Antonio López*

Vindos de Argentina, estiveram entre nós, BOESG, três Companheiros, que nos honraram com a sua presença e mantiveram um animado diálogo com os associados presentes. No diálogo que estabelecemos, deambulou-se pela Argentina e outros países da América Latina. No final da Tertúlia, o grupo visitante, ofereceu à Biblioteca um pequeno folheto onde narra a odisseia do que é ser-se Anarquista em tempo de ditadura para além de apresentar os factos mais marcantes da sua história. Vamos procurar traduzir, na íntegra, os Apontamentos para a Sua História.

«INTRODUÇÃO – Estes breves apontamentos que paginámos ao correr das recordações e da caneta, privilegiam os anos passados (1/7/1935-1/7/1995) antes destes últimos que, seguramente, merecerão, no futuro, também, umas recordações desalinhasadas como são estas. Há muitos factos, situações, companheiros e companheiros que são credores de uma mais vasta menção e que, quiçá, algum historiadador futuro empreenda.

Na Biblioteca, tudo tem sido sempre difícil, resolvido com grandes e múltiplas discussões, muitas vezes alteradas e azedas mas, por sobre elas, desenvolveu-se uma nunca desmentida solidariedade. Em toda a sua trajectória a Biblioteca manteve a prática de que todas as suas actividades públicas e empréstimo de livros fossem livres e gratuitas, ainda que, ao mesmo tempo, se solicitasse a colaboração voluntária de quem pudesse ou quisesse fazê-lo.

Muitas vezes perguntou-se o porquê da Biblioteca levar o nome de José Ingenieros. Uma explicação podia ser que, junto com os anarquistas, intervieram na fundação, socialistas. Outra possível explicação é que, José Ingenieros, falecido há vários anos, era bem visto pelos anarquistas da época. Discípulo do anarquista Pedro Gori, nos seus estudos criminólogos, positivista, filosofia então muito em voga podem ser os motivos da eleição, não o sabemos de certeza.

CARACTERÍSTICAS DO MOMENTO – Transcorriam três anos do final da ditadura fascista de Uriburu, com a sua sequela de fuzilamentos: Joaquim Penina, em Rosário; Severino DiGiovanni e Francisco Scarfó, na penitenciária situada na rua Las Horas, etc., por aplicação da lei marcial; a situação dos companheiros José Santos Cires, José Maria Montero e Florindo Gayoso da União dos Taxistas, aderente à Federação Obrera Regional Ar-

gentina (FORA), aos quais comutaram a pena de morte, no último momento, por cadeia perpétua a cumprir na prisão de Usuhaja. Em seguida, o governo de Agustín P. Justo pô-los em liberdade. As centenas de confinados na mesma prisão e as contínuas deportações de estrangeiros foi a constante de Agustín P. Justo.

Os processos de Bragado-Pascual Vuotto, Santiago Mainini, Reclus de Diago; dos ladrilhadores de São Martín; Celio Conti, Adelino Domínguez, Domingo Perotti e outros companheiros; os processos de Associação Ilícita aos filiados da União dos Taxistas, Lavadores de Carros e Trabalhadores de Padarias da FORA, são alguns dos factos a destacar que se abateram sobre o movimento trabalhador e anarquista, vítima de uma repressão de tremendas características.

Em 1935, o governo conservador liberal de Justo entronizava a “fraude patriótica”, por volta da década infame, com uma tremenda falta de trabalho, a miséria do povo e a corrupção do poder; casos como o da Chadopyf, vendas de terra em El Palomar, etc., fundiam-se e através do tratado Roca-Runciman, aceitavam-se as relações “carnais” com o império inglês, como agora se mantêm com o império ianque.

A repressão prosseguiu castigando o nosso movimento que procurava reorganizar os seus quadros militantes; a FORA reunia-se nas Reuniões Regionais de Rosário em 1934 e Diamante em 1938. Em Setembro-Outubro de 1932 realizou-se em Rosário o 2.º Congresso Anarquista Regional que aprovou a criação do Comité Regional de Relações Anarquistas (CRRA) que dá origem, em

Outubro de 1935, à Federação Anarco-Comunista Argentina (FACA) que, na década de cinquenta se transformou na Federação Libertária Argentina (FLA). Apareceram com dificuldades os periódicos “La Protesta”, “La Obra” (ex-La Antorcha) e “Organización Obrera” órgão da FORA assim como a revista “Nervio”.

FUNDAÇÃO DA BIBLIOTECA – É, então, quando a alguns militantes socialistas e anarquistas lhes ocorreu fundar uma biblioteca – A Biblioteca Popular “José Ingenieros” – no dia 1 de Julho de 1935. A sua primeira morada foi numa pequena garagem na avenida Juan de Garay, entre a Pje. Pereira e Castro. A primeira oradora foi a Dr.ª Alicia Moureau de Justo, da qual muitos ainda se recordarão.

SANTANDER 408 – Rapidamente se alugou o local de Santander 408 e afastaram-se os socialistas. O primeiro conferencista na nova morada foi o companheiro Rodolfo Gonza-



lez Pacheco.

Entre os fundadores da Biblioteca detectámos os companheiros José Moledo, Lauro Coniglio e Guerra, que tinham, como denominador comum, o facto de serem militantes da Federação Obrera do Calçado aderente à FORA e os irmãos Germinal e Libertario Benito. Um ano mais tarde incorporaram-se na Biblioteca, a pedido do companheiro Bianchini, vários associados da Biblioteca “Cultura Libertaria”, Vicente e Roque Franco-mano, Esteban Delmastro, Ciurosa, sua companheira, a irmã desta, Elvira e Andres Bracutto (que foi secretário da União dos

71

LA PROTESTA

T a x -
istas), que

foram activos participantes juntamente com Lauro e Concepción Coniglio, Luis Bianchi (cortador de calçado) e, passado tempo, as irmãs Lola e Carmen Rodriguez, Mary Britos, Floreal Salas (muitos anos tesoureiro da Biblioteca), Oscar e Sarita Milstein, Cruz e Vida Escribano, José Devita, Cecilia e Alfredo Seoane, Gabriel Prieto, Antonio López, Gregorio Rawin, Orquidea Escribano, Antonio Ravotto, Osvaldo (Cacho) Santiso, Hipólito Gienaga, Reynaldo, Osvaldo Escribano e muitos mais que não podemos esquecer.

CONFERÊNCIAS – Realizaram-se numerosas conferências. Em 1949, Costa Iscar, companheiro individualista que foi redactor da “La Protesta”, Italo Américo Foradori, o primeiro logo na reabertura da Biblioteca em 1955. O professor Foradori foi, posteriormente, conselheiro pelo Partido Socialista Democrático e deu-nos \$100.000 – através do Conselho Deliberante –, soma considerável na época, o que motivou azedas disputas e distanciamentos pessoais. A doação foi, finalmente, recusada.

Outro acontecimento que motivou o afastamento do companheiro Manuel Santín, em 1959, foi a posição que defendiam ele e outros companheiros de que a Biblioteca não devia ter definição ideológica. A grande maioria aprovou que continuaria a ser parte integrante do movimento anarquista, com características próprias.

OUTROS CONFERENCISTAS – Entre os conferencistas recordamos a Dr.^a Halina Radecka, a Dr.^a Telma Reca, o Prof. Raúl H. Castagnino (que nos cobrou, simbolicamente, \$0,20 por dar a conferência sobre o teatro de Gonzalez Pacheco) actualmente, Castagnino, integra a Academia Nacional de História, Bernardo Canal Feijoo, Rolando Fustiñana, Pascual Nacaratti,

M a r -

tín Fernandez,
Pablo Tello, Horacio Roqué, Luis Di Filippo, Concepción Fernandez, Angel Capelletti, Alberto S. Bianchi, Ruben Prieto, Carlos Kristoff, Alfredo Errandonea, Ural Perez e muitos outros.
CONFERÊNCIAS COM PROBLEMAS – Em 1956, na conferência de Amaro Martinez, companheiro que defendia que devia encerrar-se numa torre de marfim para manter a pureza do anarquismo, provocou disputas, empurrões e, até, alguns murros entre os concorrentes. Uma conferência do companheiro Jacobo Prince foi proibida pela polícia com a alegação dos péssimos antecedentes. A 4 de Maio de 1969, Lorenzo de Vedia dissertou sobre “As Guerrilhas na América Latina”. Apesar dos convites que tinham aparecido nos diários e do desenlace na rua, com entrada livre e gratuita, a polícia irrompeu no local e deteve todos os assistentes, até crianças de tenra idade.

GRUPOS A QUE SE CEDEU O LOCAL PARA AS SUAS ACTIVIDADES – Foram numerosos os grupos afins que se reuniram na Biblioteca. Apresentamos alguns exemplos que ilustram o que dizemos.

Nos últimos anos da década de 40, o Agrupamento Estudantil Anarquista, cujo órgão de imprensa foi “De Pie” (“De Pé”). Entre os seus militantes estavam Emilio Muse, Oscar Milstein, Armando Socas e Luis Alberto Murray, que cedo se virou para posições nos antípodas do anarquismo.

Dentro do movimento estudantil, dez anos depois, formou-se o Movimento Anarquista Universitário (MAU), que interveio nas mobilizações sobre o ensino livre e laico, durante o governo de Frondizi. Entre os seus integrantes estava Osvaldo Escribano.

Em nosso entender, o agrupamento que mais se identificou com a Biblioteca, foi a do Grupo Editor da “La Protesta”. Ainda que nem todos os companheiros da “La Protesta” estivessem na Biblioteca nem todos os da Biblioteca estivessem naquele. Só um pequeno grupo estava. Estabeleceu-

se como que uma simbiose entre ambos os grupos. Vários companheiros de “La Protesta” intervieram em debates e conferências. Eduardo Raúl Colombo, Jorge Solomonoff, Gregorio Naso, Lorenzo de Vedia, Victor Iturralde, Jorge Raúl Peries, Guillermo Savloff.

OUTRAS ACTIVIDADES – Com a iniciativa de Guillermo Savloff fundou-se a Associação de Educação Livre (ADEL), que tinha como máxima “A Liberdade pela Educação”.

Graças à ADEL aproximaram-se alguns companheiros como Rodolfo Mariano Pagliera, Rubens Aguilar, Gabriel Prieto, Orquidea Escribano e outros.

Outra actividade que se desenvolveu na Biblioteca em 1959/60 foi o “Teatro Clube”, que levou à cena várias representações de “Mãos de Luz” de Gonzalez Pacheco, com a direcção de Samuel Sigal. Actuaram Vicente e Roque Francomano, Francisco Del Dago, Armando Trejo, Carmen Rodriguez, Susy Delmastro e outros.

CLAUSURAS – Em 1949, o governo de Perón, fechou a Biblioteca que foi reaberta logo após a sua queda após 16 de Setembro de 1955.

Durante esses largos anos, entrava-se de modo clandestino no local pela rua Senillosa e realizavam-se reuniões de diverso tipo.

Em Maio de 1956, o Governo da Revolução Libertadora, fechou novamente a Biblioteca cerca de um mês, com a detenção do companheiro Esteban Delmastro.

MOBILIÁRIO – Em primeiro lugar instalaram-se três armários de livros clássicos que se usavam no princípio do século, que haviam sido oferecidas pela secção Parque Patricios da Sociedade de Resistência Condutores de Carrós e parte dos livros eram do Ateneo Anarquista de Boca e Barracas.

Perante a necessidade de novas estantes, conseguiram-se donativos para a compra do material e com a mão-de-obra dos companheiros Floreal Salas, Vicente Francomano e Carlos Torres construíram-se estas junto com o entrepiso do fundo.

As novas estantes foram inauguradas com uma concorrida festa de camaradagem.

NOVO LOCAL – O nosso vizinho, senhor Antonio Marra, com quem tínhamos uma boa relação, compra toda a propriedade e põe-nos perante o desalojamento. Novamente a procura da ajuda solidária, como sempre nunca regateada, consegue-se a compra da casa de Ramirez de Velasco.

O grande trabalho de adequação (eram quatro peças contínuas) e, posteriormente, o reatamento das actividades públicas.

RELAÇÕES COM O MOVIMENTO ANARQUISTA – A Biblioteca, nas suas relações com o resto do movimento formou parte das Relações Internacionais Anarquistas (RIA); Solidariedade Anarquista Internacional (SAI) e, através do Grupo Gestor Tupac, integrou a Editorial Projecção. Outros grupos de Tupac foram, “La Protesta”, “La Obra”, a Associação Racionalista Judía, o Centro de Estudos Sociais Anderson Pacheco, etc.

Posteriormente integraram a Tupac, nas relações com o exterior, como a Internacional de Federações Anarquistas (IFA). Quando o secretariado estava em França com o companheiro Guy Malouvier e quando rumou a Itália com o companheiro Umberto Marzocchi.

O GENOCÍDIO MILITAR – Nos anos do

genocídio militar com
 1000 desaparecidos,
 privilegiou-se manter ab-
 erta a Biblioteca com ac-
 tivities e debates, quicá
 menos comprometedoras.
 O grupo "Bardoneón"
 onde raparigas e rapazes
 recitavam as suas poesias:
 debates sobre "Free Jazz"

por Jorge D'Angeli, so-
 bre tango por Salvador
 del Priore (Juancho);
 "Danza Armonizadora"
 pela professora Nover-
 asco, também esteve
 aberta ao bairro com
 uma Oficina de Cria-
 ção Infantil a cargo de
 três companheiras do-
 centes.

Por essa época fundou-
 se o "Cine Club Jaen"
 que adquiriu, através
 dos anos, uma bem
 merecida fama. Angel
 Fichera e Cuco No-
 chetti são dois dos seus
 protagonistas.

FINALMENTE - Para
 terminar queremos
 salientar o que, pro-
 vavelmente, signifique
 uma das iniciativas mais
 importantes da Biblioteca
 nos seus 60 anos de vida.
 Convocada pela Biblio-
 teca realizou-se uma re-
 união de delegados de
 grupos que concordaram
 com a organização de
 uma comissão para ajudar
 presos e perseguidos (es-
 távamos em plena ditadu-
 ra militar), em pouco tem-
 po, esta comissão ficou
 a cargo, unicamente, de

companheiros da Biblioteca.
 Com a ajuda pecuniária de
 companheiros como Castro
 (já falecido) e Pepe Amado,
 pondo em perigo a sua liber-
 dade e a sua vida, lograram
 a localização dos lugares
 de detenção de alguns com-
 panheiros, a sua liberdade e

gradável foram detidos o caseiro desse momento e
 outros dos presentes que, por sorte saíram em liber-
 dade após um mês e meio de prisão.
 Os companheiros que cumpriram esta tarefa foram a
 inesquecível Cecilia Seoane, o querido "louco" Seo-
 ane e o "gallego" de Santander, Gabriel Prieto.
 Como dissemos no início destes apontamentos não
 são mencionadas as ac-



saída para o ex-
 terior; assim como a saída da
 Argentina de outros compan-
 heiros que corriam perigo.
 Houve, desgraçadamente,
 companheiros que vinham
 a esta Biblioteca que foram
 lançados ao mar. estavam
 na ESMA: os irmãos Tello,
 Fernando (Pata) Díaz, Raúl
 Olivera e outros companhei-
 ros de grupos distintos.
 Com uma "visita" desa-

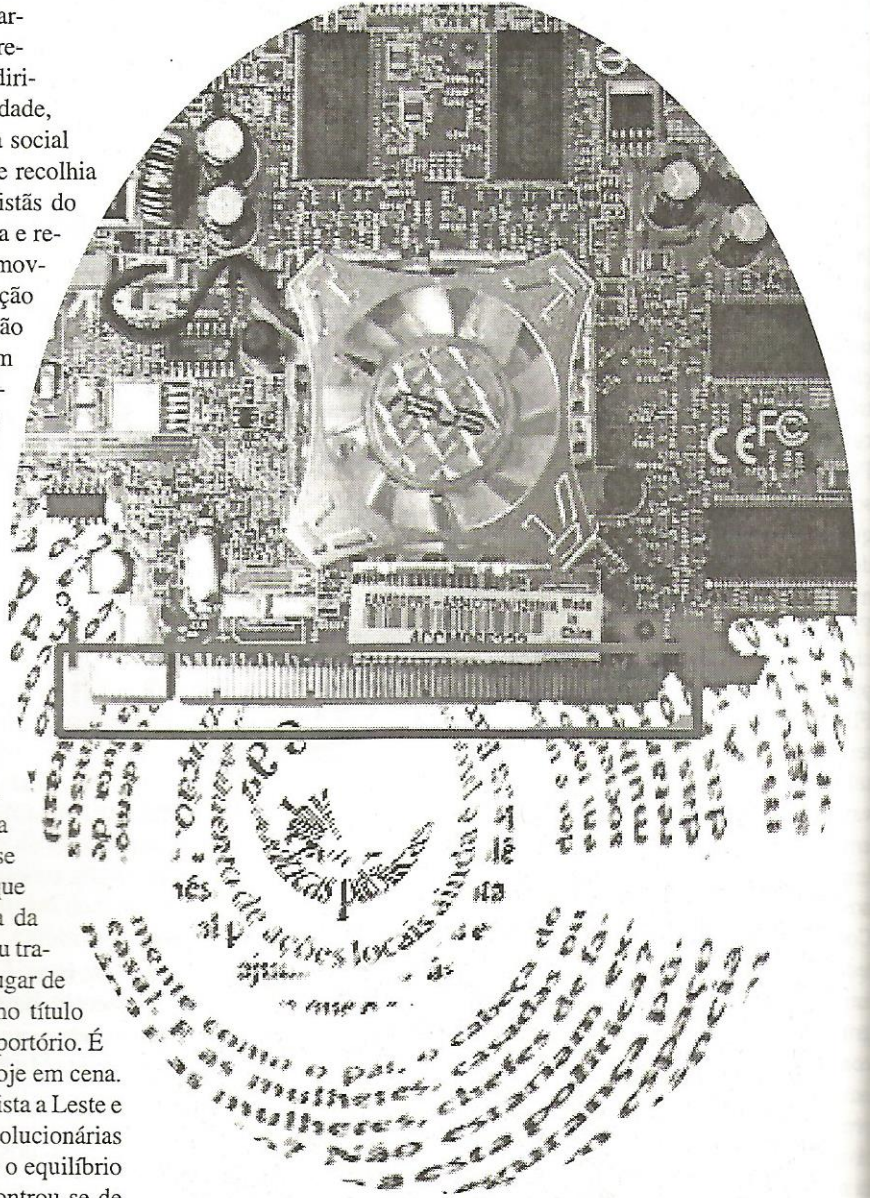
tividades
 dos últimos dez anos,
 isso, por conhecido, deixamos para
 outra oportunidade e, quicá, possam ser outros os
 que continuem esta história.

Tradução de Ilídio dos Santos

Para acabar com o espectro de deus

Após a Segunda Guerra mundial, no conjunto dos países economicamente desenvolvidos, a religião, e particularmente o catolicismo romano, teve de reduzir as suas pretensões seculares a dirigir a vida dos homens na sua interioridade, na sua sexualidade, na sua existência social e moral. Grande parte da humanidade recolhia assim o fruto das longas lutas anticristãs do século XVIII, iniciadas pela burguesia e retomadas ainda com maior vigor pelo movimento operário, e das quais a laicização da sociedade e a relegação da religião para a esfera do privado permaneciam uma das heranças mais preciosas. Podia-se assim respirar um ar bem mais salutar, pois a ancestral corrente messiânica, que foi uma constante na religião cristã, tinha desertificado totalmente as igrejas e, ao abandonar a transcendência, irrigou o conjunto das correntes utópicas dos anos 60, tão desprezadas hoje pelos detentores da ordem dominante. Além disso, o dispositivo de recrutamento do imaginário, que tinha sido durante mais de um milénio monopólio do cristianismo, estava largamente ultrapassado nos seus meios e métodos pela sociedade do espectáculo que então se instalava. Salvo que o espectáculo, que não é mais que a realização profana da religião, reservou-se em terminar o seu trabalho de superação do religioso: em lugar de suprimir a religião, conservou-a como título de drama histórico no cartaz do seu repertório. É este drama que o espectáculo repõe hoje em cena.

Com a queda da burocracia estalinista a Leste e o desmoronamento das ideologias revolucionárias que tanto tinham servido para manter o equilíbrio do sistema social, o capitalismo encontrou-se de



73

1904

n o v o

só diante de si próprio, no beco sem saída do seu próprio sucesso. Quanto mais unifica o planeta, graças à difusão forçada da mercadoria, tanto mais as falsas divisões lhe são necessárias para desviar a atenção dos que explora e em quem destrói a existência do projecto de o afrontar directamente. É certo que estas divisões não são todas criadas por ele e nem é necessário aqui uma teoria da conspiração para explicar este processo; é o seu próprio movimento histórico – até mesmo nos seus erros de percurso, como aquele que consistiu em reforçar o islamismo radical para enfraquecer o capitalismo de Estado soviético – que utiliza e amplifica as divisões raciais, éticas, sexuais, religiosas e sociais preexistentes. Eis porque assistimos hoje ao despertar artificial de velhos antagonismos historicamente resolvidos, entre uma cristandade e um Islão que apenas conservaram do seu antigo poder o núcleo ideológico da religião e alguns rituais mumificados, que asseguram um maior ou menor enfeudamento dos espíritos e dos corpos, sobretudo onde os religiosos se podem no braço secular. Uns pensam descobrir um choque de civilizações (embora não exista hoje no planeta outra barbárie que a do hambúrguer e a do portátil); outros, representantes de uma pequena burguesia muçulmana frustrada que queria comer a sua parte do bolo capitalista, crêem viver um remake das cruzadas. A este sinistro jogo de imbecis sobrepõe-se também o afrontamento reactivado entre democracia ocidental e totalitarismo, que tão bem tinha feito funcionar o sistema durante mais de meio século. Acrescentemos, no entanto, que ao salientar todas estas falsas oposições, não traçamos um sinal de equivalência abusivo entre situações quotidianas e sensíveis incomparáveis: assim como no tempo da guerra fria era preferível para todos, incluindo os proletários, viver no mundo dito livre do que viver no mundo dito comunista, é necessário ser-se de uma particular má fé para não admitir que se vive, numa sociedade islâmica, pior que em quase toda a parte, mesmo não sendo uma mulher, um homossexual ou um ateu, na medida em que ali se é obrigado a conformar-se às escandalosas proibições e prescrições da

moral pública.

Ora nesta partida jogada, mais uma vez, de forma tão trágica, as mesmas situações autorizam os mesmos recursos a alianças tácticas nauseabundas: assim como na época do estalinismo triunfante se lutava contra o que já se denominava de liberalismo, acordos abomináveis tais como o pacto Molotov-Ribbentrop entre a Rússia de Staline e a Alemanha de Hitler, hoje certas alianças do mesmo tipo têm lugar entre reconhecidos críticos do liberalismo, requalificado de maneira abusiva de ultra, e os piores regimes ou organizações islamistas. O que está em jogo nestas negociatas é, uma vez mais, o abandono de qualquer escrupulo moral em benefício da pior das confusões. Cuspamos pois sobre o inepto Chavez que não hesita em apoiar o criminoso Ahmadinejad, tomando-se pelo executante das vontades de Deus; cuspamos sobre esses esquerdistas europeus que, confundindo como é hábito neles, a população oprimida e a sua representação alienada, concedem o seu apoio ridículo aos ultra-reaccionários do Hamas; cuspamos sobre esses trotskistas ingleses que fazem listas comuns com os fascistas verdes nas eleições autárquicas; cuspamos sobre todos aqueles que, sob o pretexto de lutarem contra o imperialismo, não sentem na pele tudo o que há de repugnante e indigno quando estendem a mão a qualquer detentor de uma dogmática religiosa.

É que o nosso ateísmo não é uma tomada de posição filosófica ou lógica. Como o ateísmo de Sade, ele é a tonalidade de um modo de vida, o fluído sensível no qual podemos respirar e no qual o nosso imaginário pode desfrutar dos seus poderes. O ateísmo dos positivistas e outros anticlericais, que acumulam as provas da inexistência de Deus, surge-nos como o fruto mal separado da árvore de um monoteísmo transfor-

mado no seu fim em simples ideologia da transcendência. O nosso ateísmo é antes o ateísmo solar e alegre dos Cirenaicos ou de Lucrecia e, no plano sensível, exprime a posição de imanência universal que se encontra em todos os povos animistas, para quem o sagrado não é mais que o sentimento da presença da natureza. Eis porque a ideia de um deus único e onnipotente nos parece tão descabida e enfadonha. E não podemos esquecer que este deus criado à pior imagem do homem – um velho macho com pouco carácter – sempre serviu para justificar a miséria mental do antropocentrismo e o seu voraz açambarcamento da maravilha do mundo. A imaginação, por excelência sempre levada aos excessos da invenção poética, deveria satisfazer-se com uma tão triste silhueta erguida no horizonte das suas interrogações?

O pretenso retorno do religioso, que o espectáculo não pára de anunciar-nos, não mudará nada num dado fundamental: Deus está morto, definitivamente morto, há mais de um século; foi substituído pela religião do Capital, na qual o dinheiro é o profeta. Profeta que, como se vê hoje na China, desencana tanto as paixões que não tem que se embaraçar com uma transcendência religiosa concorrente.

Mas, para os povos muito tempo submetidos ao monoteísmo, seja ele qual for, o fantasma de Deus vagueia ainda, como uma odre vazia que se enche da resposta ilusória a todas as frustrações, rancores e opressões que não cessam de engendrar a Economia e a classe que dela retira benefícios.

E, como uma pesada ameaça, este espectro pesa sobre o imaginário colectivo, poluindo a linguagem, confiscando as esperanças e refreando os entusiasmos. Libertarmo-nos desta ameaça é arriscar na única aventura que vale a pena, a da liberdade. Afirmemos mais uma vez o carácter intrinsecamente blasfematório, anti-religioso, e por isso mesmo libertador, da palavra poética, e o nosso visceral desrespeito por qualquer submissão à vacuidade do divino.

Grupo de Paris do Movimento Surrealista, 25 de Dezembro de 2006 - Tradução de Elisiário Lapa



77

ALTO

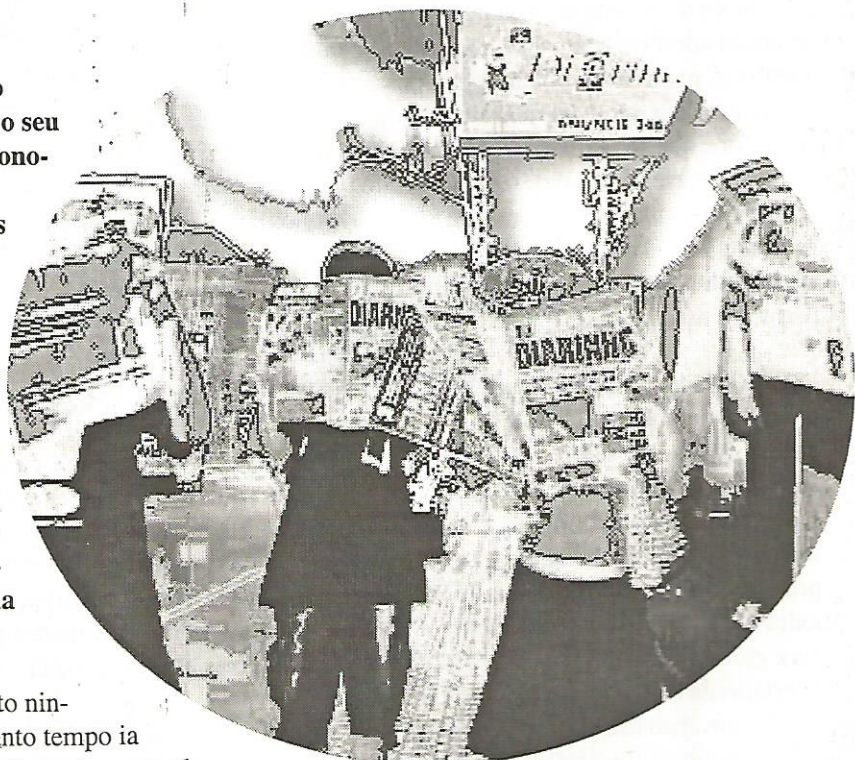
Antoni Castells Duran

Em 1997 deu-se início ao projecto colectivo Espaço Obert, (Espaço Aberto), um projecto que representava um desafio totalmente novo, dado que se tratava de reunir, num mesmo local, uma série de colectivos distintos e geri-lo colectivamente, baseando-se na autogestão e no anti-autoritarismo, ao mesmo tempo que cada colectivo mantinha o seu próprio funcionamento e autonomia.

Projecto no qual os colectivos e indivíduos se dotam de uma infra-estrutura que lhes permite trabalhar em distintos âmbitos de transformação social e que, ao mesmo tempo, procura dar resposta às próprias necessidades de comunicação, reunião e diversas actividades: formativas, culturais, artísticas, de consumo alimentar, da saúde, etc.

Ao pôr em marcha este projecto ninguém se atrevia a predizer quanto tempo ia durar, já que nem sequer se podia contar com al-

espaço aberto *um projecto autogestionário*





gum precedente de características similares. Hoje, transcorridos 10 anos, pode-se verificar a sua viabilidade mas, também, as suas deficiências que temos de procurar emendar e superar.

O Espaço Aberto é formado por vários colectivos e, também, por sócios individuais, podendo todos participar nas suas decisões e desenvolvimento.

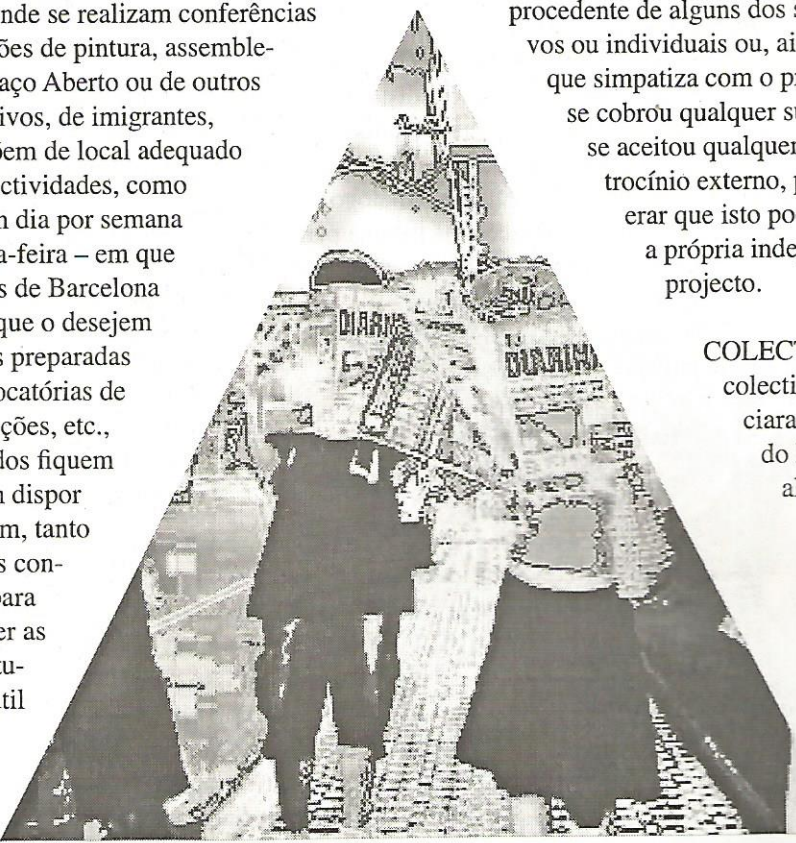
ORGANIZAÇÃO ASSEMBLEÁRIA: Existem as chamadas assembleias permanentes de funcionamento. Trata-se de assembleias semanais abertas a todos os que quiserem assistir, mas com a assistência obrigatória de, pelo menos, um membro de cada colectivo, nas quais se tratam dos assuntos de funcionamento quotidiano: organização do calendário de utilização do espaço comum de acordo com os pedidos, informações e petições de novas adesões, a situação económica e a relação dos gastos a realizar, possíveis problemas que possam surgir, etc.

E a assembleia geral, na qual se procura conseguir a máxima assistência e que se realiza, pelo menos, uma vez por ano, na qual se analisa e se enriquece o desenvolvimento do projecto, as projecções no futuro, a situação económica e outros assuntos de interesse geral. Também se podem realizar assembleias-gerais extraordinárias quando surge algum assunto grave ou de grande interesse, que são convocadas a partir das assembleias semanais.

INFRAESTRUTURAS: O primeiro local onde se situou o Espaço Aberto foi no bairro de Poble Sec (Rua Blasco de Garay, n.º 2, próximo ao Paralelo), um dos bairros de Barcelona de maior tradição anarquista. O local, que se conseguiu alugar a um preço módico, tendo em conta as suas dimensões – cerca de 400m² – por um período máximo de 8 anos. Realizadas as obras necessárias de acondicionamento e redistribuição – tratava-se de uma antiga escola privada – e depois das primeiras dificuldades, foi possível estabilizar o funcionamento do Espaço Aberto a todos os níveis, convertendo-se num ponto de referência dos movimentos políticos, sociais e culturais alternativos e de todo o tipo de iniciativas afins ao projecto autogestionário e libertário de Barcelona e sua área circundante.

Ao ter que abandonar o primeiro local por imperativos do contrato, Espaço Aberto mudou-se para outro de dimensões similares – cerca de 360m² – no bairro de Sants (Rua Violant d'Hongria, n.º 71), na actualidade um dos bairros de Barcelona em que os movimentos sociais

desenvolvem maior actividade. Depois de um ano de duros esforços, conseguiu-se adequar as infra-estruturas ao nível das do anterior local. Em linhas gerais, o Espaço Aberto dispõe de umas instalações comuns: uma sala de actos – convertível em duas – de cerca de 160m2, com capacidade para quase 280 pessoas de pé ou 240 sentadas, onde se realizam conferências e debates, exposições de pintura, assembleias do próprio Espaço Aberto ou de outros colectivos alternativos, de imigrantes, etc., que não dispõem de local adequado e outras diversas actividades, como a que se realiza um dia por semana – às tardes de terça-feira – em que todos os colectivos de Barcelona e da sua periferia que o desejem deixam, nas mesas preparadas para isso, as convocatórias de actos, jornadas, acções, etc., de forma a que todos fiquem a saber que podem dispor de um lugar comum, tanto para deixar as suas convocatórias como para conhecer e recolher as dos outros, constituindo um sistema útil de comunicação. Esta sala conta, também, com um estrado de madeira para a realização de actividades de teatro, dança, música, etc.



Outros dos elementos comuns são: o bar e uma cozinha com capacidade para atender cerca de 80 comensais. Dois sanitários com os correspondentes lavabos. Além destes espaços comuns, dispõe-se, também, de uma série de espaços de dimensões mais reduzidas destinados a cobrir as necessidades de cada um dos colecti-

vos que formam parte do Espaço Aberto.

FINANCIAMENTO: O Espaço Aberto financia-se, exclusivamente, com as receitas procedentes das quotas dos colectivos e dos sócios individuais que formam parte do mesmo e, de forma pontual, com algum donativo extra procedente de alguns dos sócios colectivos ou individuais ou, ainda, de alguém que simpatiza com o projecto. Nunca se cobrou qualquer subvenção nem se aceitou qualquer tipo de patrocínio externo, por se considerar que isto podia condicionar a própria independência do projecto.

COLECTIVOS: Dos colectivos que iniciaram o projecto do Espaço Aberto alguns continuam a fazer parte do mesmo, como o Ateneu Libertário de Poble Sec,

Polémica, etc. e outros não, por razões particulares mas, ao mesmo tempo, incorporaram-se novos. Na actualidade, formam parte do Espaço Aberto, os seguintes colectivos:
 – Arte Sano: grupo de aprendizagem,

realiza-

ção e difusão de arte.

- Atecat: associação que agrupa técnicos do espectáculo em desacordo com os sindicatos existentes e que se organizam, também, com fins sociais.
- Ateneo Libertario del Poble Sec: difusão e desenvolvimento da cultura libertária. Iniciou a sua actividade em 1977.
- Biográfico: arquivo de música e de elementos referentes à mesma.
- Cooperativa de Consumo Crítico (Panxa Contenta): uma cooperativa de consumo ecológico que, além disto, tem como objectivo ser crítica, quer dizer, racionalizar o tema do consumo em todas as suas variantes.
- Polémica: revista trimestral de informação, crítica e pensamento. Analisa a realidade, expõe alternativas, facilita o diálogo no seio do mundo libertário, da autonomia e autogestão e oferece uma tribuna para a criação cultural.
- Radio: um projecto de rádio alternativa no bairro de Sants que espera decidir o seu nome em assembleia.
- Zitzània: colectivo de contra-informação do qual têm partido imensas iniciativas.

Existem também colectivos, como Debate Libertário, que utilizam o local como lugar de encontro para realizar as suas reuniões.



PRESENÇA NO BAIRRO: Durante o período em que o Espaço Aberto teve a sua sede no bairro do Poble Sec, se bem que mantivesse boas relações com os vizinhos, envolveu-se pouco nas actividades do bairro. Na última assembleia-geral, celebrada no local de Poble Sec, considerou-se que isso constituiu um défice que era necessário corrigir. E a partir da mudança para o bairro de Sants deram-se uma série de passos para isso. Actualmente, Espaço Aberto, faz parte e participa, activamente, da Assembleia do Bairro de Sants que é o órgão que reúne os colectivos alternativos do bairro com o fim de facilitar o conhecimento mútuo, trocar informações e experiências, preparar e coordenar actividades e acções conjuntas a nível de bairro, etc.

Maio de 2007.

Tradução de Ilídio dos Santos

Marco Leandro

Contra a Hipocrisia e a Ignorância

(não
deve ser
lido por
menores)

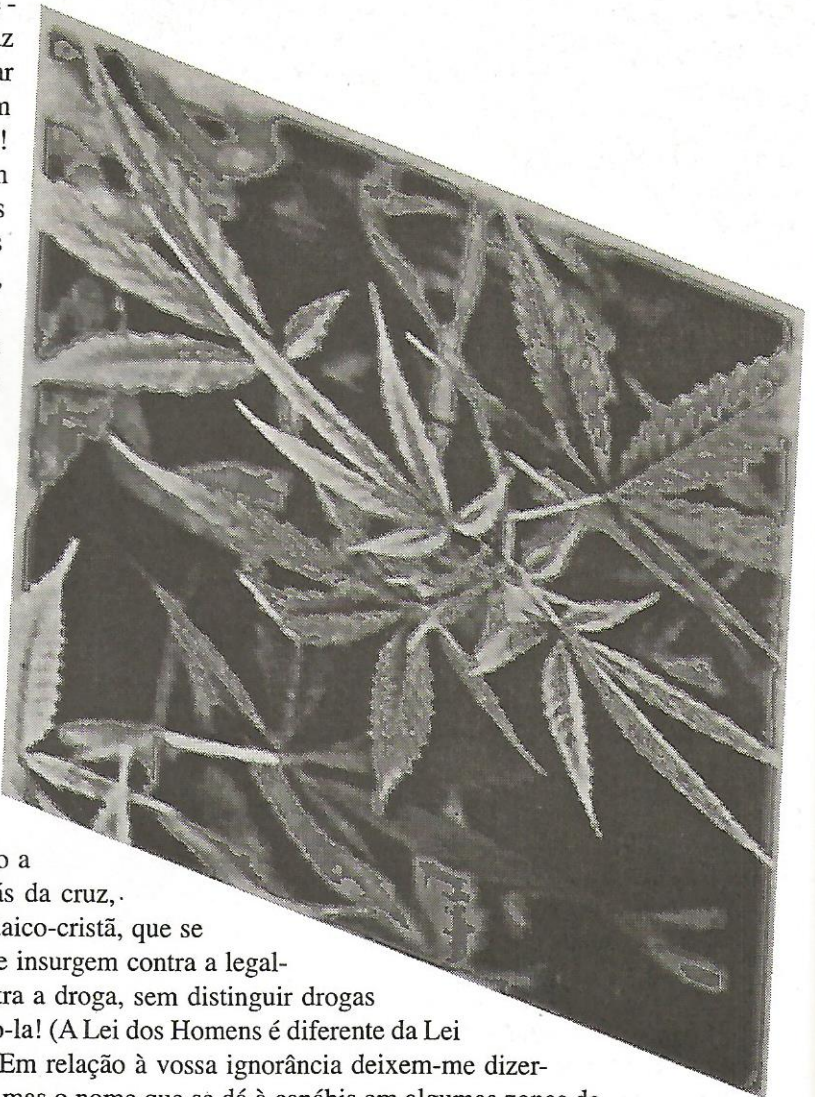
Alguém disse que “O Fruto Proibido é o mais apetecido”. Será que manter o tabu em relação a determinado assunto é vantajoso para alguém? Imaginem se um dia o tráfico de droga acabasse, que aconteceria?

A tóxico-dependência poderia diminuir e com certeza desapareceria. Um dos negócios mais rentáveis de que há memória. Por outro lado proibir determinado produto significa diminuir a quantidade desse produto em circulação. O produto torna-se mais raro, portanto mais valioso. Quando a oferta diminui e a procura se mantém, o preço do produto aumenta, ou seja os “dealers” ganham o mesmo, ou mais, correndo menos riscos...

A droga tem causado a ruína de muitas pessoas e de suas famílias. É um dos problemas mais debatidos na actualidade. Mas a tóxico-dependência é um saco onde cabe muita coisa. O tabaco pode ser uma tóxico-dependência, o álcool é uma das mais graves, a comida, os medicamentos, etc., também se podem tornar tóxico-dependências. Alguns hábitos são socialmente aceites, outros não. O acto mais inofensivo quando se torna um abuso, na maioria dos casos é prejudicial à saúde. Beber um copo de vinho à



re-
 feição faz
 bem à saúde, apanhar
 bebedeiras sistematicamente com
 o vinho (“o sangue de Cristo”), mata!
 Entre as tóxico-dependências existem
 substâncias naturais (colocados por deus
 na terra?!), usadas há milhares de anos
 por pessoas, nos mais diversos locais,
 culturas, escalões sociais, económi-
 cos, como por exemplo o Soma. Esta
 substância aparece descrita nos livros
 mais antigos que se conhecem, os Ve-
 das, como tendo propriedades únicas e
 por isso são reservadas aos Brâmanes,
 a “casta superior” para os hinduístas,
 uma espécie de místicos, pessoas
 dotadas de grande sabedoria, que
 são guias espirituais, políticos e de
 outras categorias dentro da sua cul-
 tura. Soma não é uma coisa senão
 canábis. (A “mirra” que os Reis Ma-
 gos ofereceram a Jesus, quando o
 louvaram no presépio, poderá não
 ter sido outra coisa senão canábis.
 Sabe-se lá se Cristo não terá atingido a
 iluminação por causa disso?). É atrás da cruz,
 entre outras hipocrisias da moral judaico-cristã, que se
 escondem as vozes ignorantes que se insurgem contra a legal-
 ização da canábis. Se a lei está contra a droga, sem distinguir drogas
 leves de drogas duras, então mudemo-la! (A Lei dos Homens é diferente da Lei
 de Deus porque pode ser alterada). Em relação à vossa ignorância deixem-me dizer-
 vos que “liamba” não são sementes, mas o nome que se dá à canábis em algumas zonas de
 África, assim como na América do Sul se chama “maconha” e “n” nomes por todo o mundo,
 se não sabem consultem sites na Internet sobre o assunto.
 As pessoas que foram apanhadas com plantas de canábis (vide jornal Badaladas, 25/11/2005,
 p.11) também são nossos irmãos, dos poucos que lutam contra o tráfico de droga, pois querem
 apenas consumir produto saudável, criado pela terra, pelo sol e pela água, em vez de terem de o
 adquirir no comércio que vocês sustentam com a vossa hipocrisia e ignorância.
 Apoiemo-los irmãos, a punição destas pessoas representa a nossa punição. **LEGALIZE!**



"A MANDRÁGORA" pela Mandrágora

Estreou em cascais "a mandrágora" espectáculo enraizado na peça homónima de Nicolau Machiavel.

Com: Bruno Corte Real, Bruno Vilão, Gonçalo Matos, Manuel de Almeida e Sousa, Marco Ferro, Ricardo Mestre, Rita Penim e Sara Ferreira.

Som ao vivo: Igor Sousa.

Coordenação técnica: Miguel Matias.

Cenografia e figurinos: colectivo Mandrágora.

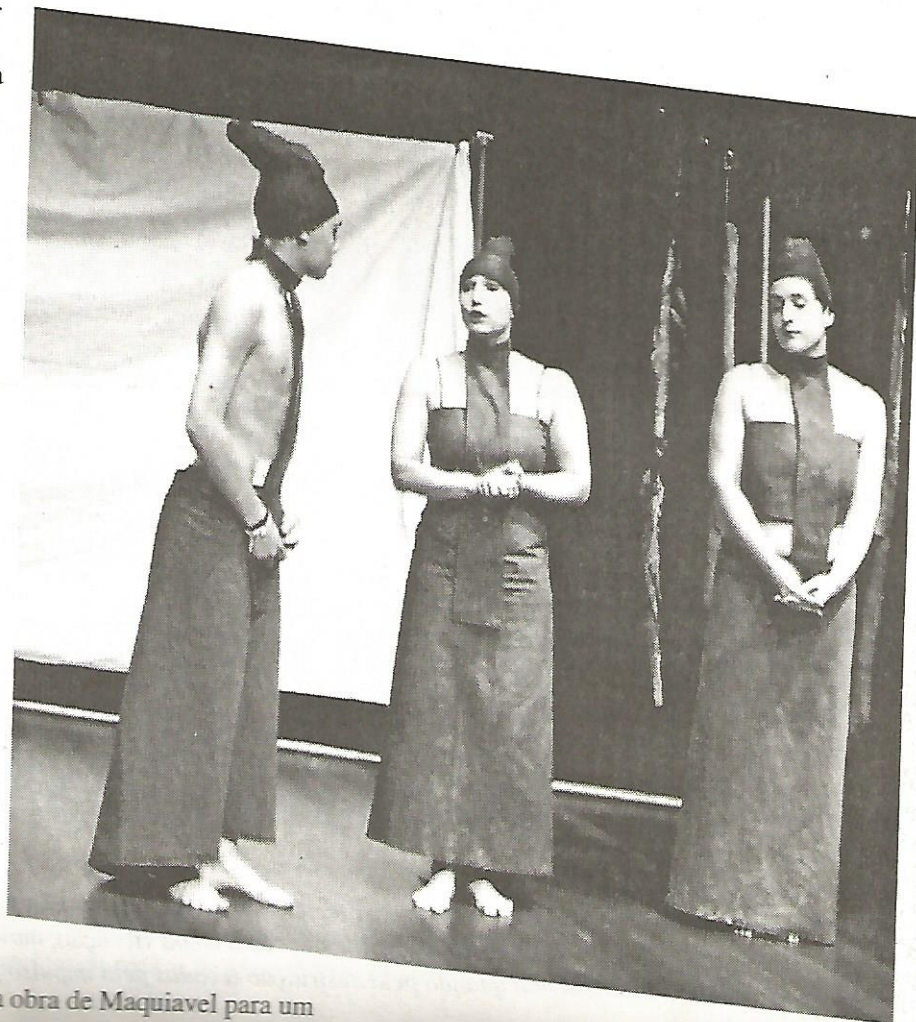
Sonoplastia: Ricardo Mestre.

Encenação e texto: Manuel de Almeida e Sousa.

Para Nicolau Maquiavel (1469-1527), um dos mais penetrantes e lúcidos pensadores políticos da humanidade, o mundo é o que é: nele convivem maridos estúpidos, como Nícias, e mulheres virtuosas como Lucrecia; frades devassos como Timóteo; parasitas como Sóstrata e, por que não, jovens honestos como Calímaco. Personagens centrais de 'A Mandrágora', elas não compõem apenas um retrato fiel e irónico da sociedade florentina do século XVI. Configuram, acima de tudo, a forma que Maquiavel escolheu para satirizar a corrupção da Itália de sua época e, principalmente, a corrupção da Santa Madre Igreja. Nesta comédia ele ataca os vícios e a imundície em que seus contemporâneos estavam mergulhados e, da mesma forma como em 'O Príncipe', escreve uma obra que se mantém tão actual hoje como há quinhentos anos.

Para mim (Cascais, 1947), esta outra 'A Mandrágora' é uma

aventura que transporta imagens da obra de Maquiavel para um



projecto estético que tem (também ele) por nome Mandrágora.

São as imagens que me interessam, não o discurso dramático. O discurso desta acção vale o que vale. Não é uma obra teatral, tão-pouco um poema. É uma coisa construída por um fazedor de coisas - muito bem acompanhado, aliás, por uma equipa com quem tenho tido o prazer de fazer esta e as outras coisas (leia-se projectos anteriores): a Rita, a Patrícia, o Bruno, o Marco, o Miguel, o Ricardo. E agora os que chegaram: a Sara, o outro Bruno (mais jovem) e o Gonçalo. Mais uma acção, portanto, que passa ao lado do que se convencionou chamar teatro. É muito divertido. Dá muito prazer construir estes objectos que vos apresentamos sempre que nos é possível.”

Manuel de Almeida e Sousa

sobre o projecto

- a experiência adquirida nos já muitos projectos experimentais levou-nos - sempre - em demanda de uma outra realidade estética onde a palavra rima com sonoridade... as letras do alfabeto substituem claves, mínimas, semínimas, colcheias... o corpo do actor adquire o significado que lhe atribuem a sua vibração, movimento... buscamos certa harmonia... mesmo quando pela destruição levados pelo impulso poético.

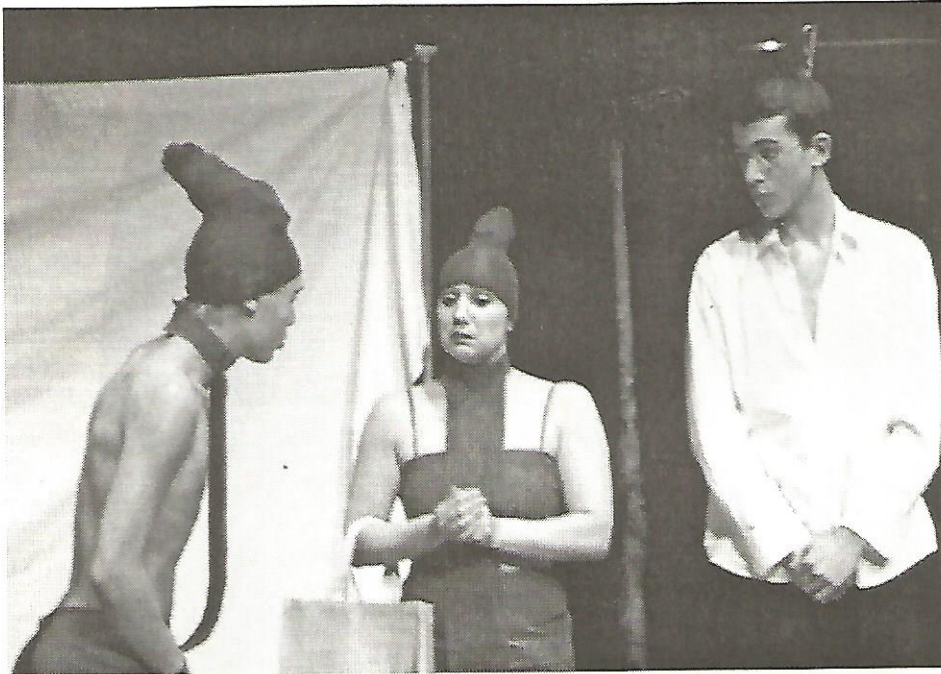


- nunca houve, nesta proposta, o interesse em produzir espectáculos (entenda-se acções comerciais).

- procuramos alcançar um estado ambíguo que permita todo o tipo de interpretação.

- enquanto projecto estético, nós mandrágora, estamos conscientes de tudo... e, sobretudo estamos conscientes da nossa "condenação á morte" tendo em conta as limitações impostas.

o termos atingido quase três décadas é apenas sinónimo de que somos um projecto artístico dinâmico. nada mais. sobreviver, prosseguir tem apenas a ver com essa condição, não com a "saúde económica" ou com espaços de trabalho que nunca tivemos (ainda que sempre prometido pelos autarcas, vários, que passaram pela câmara da vila que nós vii nascer). claro que um projecto cultural e associativo tem de ser acarinhado pelas instituições - isso, é um acto democrático.



faz parte da cultura democrática... a falha sistemática do diálogo com as instituições empurra-nos para uma itinerância forçada para lá da fronteira do país que somos. e aí a recepção é, sem dúvida. mais calorosa que em "nossa casa". aí o diálogo institucional flui com facilidade - sem barreiras burocráticas, sem marcações de reuniões, sem jogos (infantis/teatrais) de poder.

"... e é por isso que, muitas vezes, o fracasso da democracia (fracasso histórico) se deve ao insuficiente desenvolvimento de um precário tecido associativo".

- a todo o momento as questões são postas; o pensar acções é sempre o resultado de uma experiência de um colectivo dinâmico, criativo. o resultado de experiências em processo e progresso.

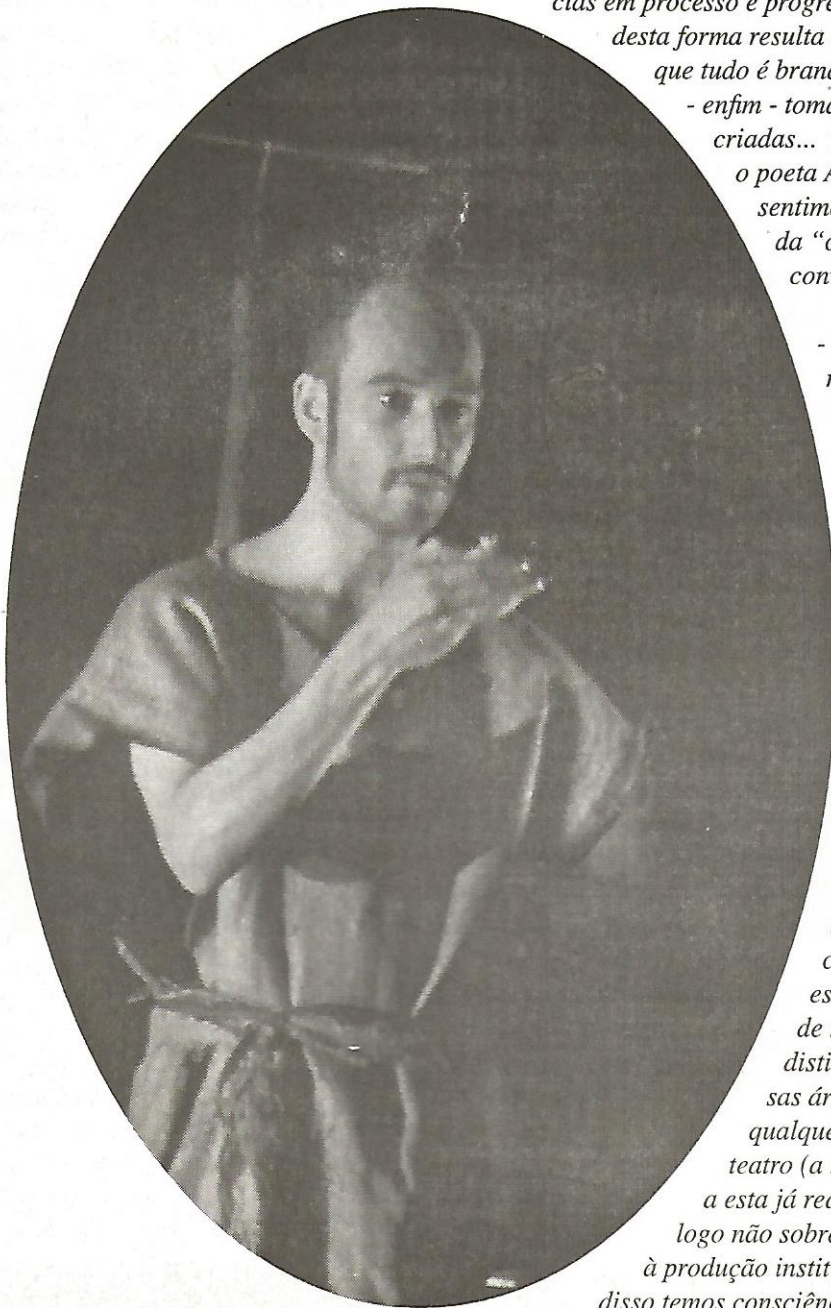
desta forma resulta (sempre) passar por uma fase em que tudo é brando, estranho, difuso... e, quando - enfim - tomamos consciência das "imagens" criadas... ("... tudo são imagens" como diria o poeta António Maria Lisboa) quando sentimos que somos donos do sentido da "coisa" ... o que parecia o caos, se converte em acto.

- buscamos o desafio... o desafio da metáfora do mundo da arte contemporânea.

- ainda que nos custe, o sistema engoliu a cena contracultural... "o espectáculo" (como diria Guy Debord) desempenha um papel muito próximo da antropofagia... devora tudo. devora-nos.

- o poder e capacidade das tecnologias na acção artística é difícil de quantificar... porém as ferramentas crescem (aumentam) e estão à mão de qualquer um. basta um simples computador caseiro.

estamos, pois, em plena época de ruptura das fronteiras entre as distintas áreas do audio visual. essas áreas tornam-se híbridas e sem qualquer problema, sem preconceitos... o teatro (a linguagem teatral) não pode fugir a esta já realidade - ou não terá mais espaço. logo não sobreviverá enquanto projecto lateral à produção instituída. disso temos consciência.



dos livros

SILVA CARVALHO
CYPRESS WALK

THE NIHILIST AS HERO

"All our French poets can turn un-
inspired line,
but which has written six passable in
sequence?"

said Valéry. That was a happy day
for Satan...

One wants words meat hooked
from the living steer-
but the cold flame of tinfoil licks
the metal log,
it's the beautifully unchanging fire
of childhood;

it betrays monotony of vision.
Life by definition must breed on

change,
Each season we scrap old cars and
wars and women.

But sometimes when I am ill or delicate,
the pinched flame of my match turns living

green,
the cornstalk in green tails and seeded tassels...

Only a nihilist desires the world
To be as it is, or much more passable.

Robert Lowell

Livro I - CHAMAS
VERTIGEM TRANSCENDENTE (pp. 13-14)

A translúcida manhã substituindo a nevrálgica sensação que se percebe da cabeça obnubilada, meu olhar insensível e obumbrado especado no tecto do

atávico quarto que se vive agora! Sou um homem, diz-

me a consciência que desposso da hora, mas só sinto dor no conluio da visão amarfanhada, como se respirasse outro animal pela alma, ou como se qualquer comparação fosse inútil pela forma incapaz de conteúdo ou de realidade!

Meu ser não compreende o corpo de delito, espanto é quanto distilo e fito, um vaivém arritmico entronizando o azar como a tautologia feérica do acaso no seu disfarce de destino insuportável! Morrer é o futuro! Nada mais me brilha de encanto,

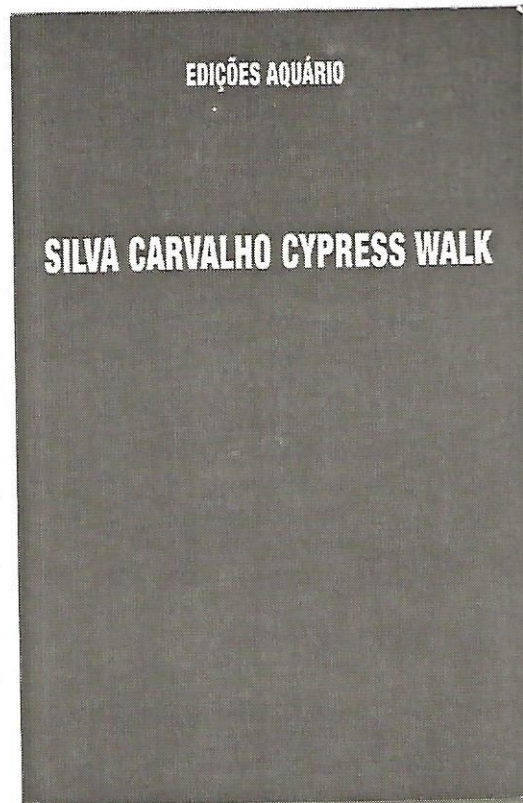
dizer amanhã é proferir um dislate ou uma ironia, mencionar o nome corrobora apenas o desejo em pactuar com o hábito e a rotina quotidianos.

Quero sentir a alegria em minhas veias naturais, imagino outros lugares da terra e do universo, nenhum tempo me inaugura, nenhum espaço me contém, rebém permaneço como uma fixação intransponível, um nó no imaginário de ninguém, uma filosofia sem pensamento nem ideias, um cântico mudo e severo esvoaçando nulo de percuciência pela luz matinal!

Que realidade me suporta? Que história me consente? Serei um sentimento perdido no caos da eternidade?

Um afluxo de imagens no obscuro desenrolar daquilo que se poderá apelar de humanidade?

E mesmo quando a música me apazigua em absorção quem me identifica ao apogeu da memória arde em sibilinos desmembramentos da pura sensualidade.



Desde quando morro sem saber ou apenas ignorando?
 Haverá vida e dignidade neste sofrimento inóspito?
 Deitado na cama desfeita, desfeito em pranto, concebo este poema como uma tábua de salvação, as lágrimas deslizando sem rio nem possível foz!
 19/5/86
 “... tentando entrever sentidos que seus sentidos não sentem?”

Affonso Romano de Sant'Anna
 in A GRANDE FALA DO ÍNDIO GUARANI PERDIDO NA HISTÓRIA E OUTRAS DERROTAS

Livro II – PROCURAS

MAIS UM PASSO, IR MAIS LONGE (p. 82)

Mais um passo, ir mais longe, sempre além, o fundo onde quem se inventa abre pasmo a pasmo a nomenclatura da ordem soturna, um rebém destituído de conteúdo exequível, a memória soltando vagidos antiquíssimos de quem só viveu pela linguagem do aquém.

Ter a coragem de soletrar o medo diáfano que alaga a consciência, em frente do nada, atrás o revés como a perdulária ausência onde se buscou outrora definir a peste.

Que tudo existe e arfa farragem promíscua de uma terra desconhecida em tempo outro, a língua desobedece, o corpo dói acenos como se o infinito coubesse no carisma de um absoluto que ninguém mais crê, que as palpitações do cataclismo suasivo apenas se repercutem como desrazões ocas numa que poderia ser

a filosofia moderna!
 Onde se está está-se nem a mais nem a menos, a página reflecte um sol, não um humano poema, a dimensão do desastre não atordoia porque se perdeu a medida, o passo, a voz capaz de enviar ao desterro a mensagem sem história de uma vida achada morta na voragem terrível da arte castradora.

Alguém algures arfa, um pénis erecto, sal descomunal, rima pérvida ousando ainda seduzir o abrigo como a contemplação. Só que ninguém lê fora do livro, ninguém vê perdido no mundo o linguajar do homem.
 9/3/87

Livro III – A CORAGEM (Como pressuposto poético)

SEDUZIR (p. 206)

Sim, concordo, uma linguagem da sedução, mas não para seduzir o outro, o inócuo leitor ou o fantasma do que se idealiza como mulher, mas para se intuir no espaço de ninguém que é a língua em seu apogeu poético e ôntico a possibilidade de se ser um outro ser, dentro dos limites do mesmo como fora da hora onde a alteridade se eclipsa para dar lugar à emergência da utopia em estado jovem.

Nada de se fazer do canto a aproximação do poder, nenhum corpo vence o corpo, a escrita deverá apenas introduzir o escrito no reino de quem escreve, como a leitura deverá fazer sentir em quem lê a passagem breve da realidade na realidade da passagem.

Tudo é movimento, mudança, ir e vir, passar traduz o mais genuíno segredo da consciência, ficar só coincide com

a memória lapidescente quando a lava sobe ao ponto de fusão, e quem é deixa de o ser para poder sentir uma outra respiração respirando em unísono. Logo, procura-se pela sedução um decalque, mais do que um paralelismo, trazer ao homem ou à mulher um homem e uma mulher, em formas efervescentes de ser quando a língua luz.

17/3/88

A palavra, o que ela nos permite no campo da comunicação, é algo de puro e belo. Com a palavra podemos atingir a culminância do saber ou os abismos da ignorância e da estupidez. A palavra, tanto pode servir para condenar um inocente como para libertar um culpado. Fazer a reunião de palavras e dar origem a poesia ou prosa é tarefa só ao alcance de alguns.

Para dizer ou cantar a verdade ou a mentira – e, hoje, existem mais a cantar a mentira do que a verdade – a palavra é única, embora se saiba que existem poemas e prosa em pedra e carne, que nos cantam hossanas por estarmos vivos. Pela farmacopeia da palavra oral ou escrita tanto se pode defender a democracia como a sua ‘antípoda’. No entanto, é com a palavra que todos nos entendemos. Mas, infelizmente, nem todos entendemos a palavra com o mesmo conteúdo e forma daí a jazermos nesta barbárie. Nem todos os dias temos a oportunidade de confrontar-mo-nos com o saber excelso de alguns de nós. Silva Carvalho bem pode ombrear ao lado de nomes que se tornaram ícones da prosa e do saber poético. Na sua poesia, que se desdobra por 248 páginas, envolve-nos no calor de uma realidade que tão bem expressa nos poemas que

reproduzimos acima, que é um adoçar a boca, para que vislumbremos o estilo rico e fluído e a finura de espírito que envolve os seus conceitos. Não é um autor fácil de ler e compreender. Eu, a seu lado, sou um imberbe das letras, mas a sua leitura aquietou-me o espírito e abriu-me horizontes de saber insuspeitados. Mais não digo e remeto os possíveis leitores para a sua obra que é vasta tanto em poesia como em prosa.

Ilídio dos Santos

Uma vez mais... aprendendo mais. O Anarquismo no Feminino!

Mulheres e Anarquia, de Edgar Rodrigues
Edições Achiamé
Rio de Janeiro
1ª Edição, 2007

Muito recentemente, já em Junho de 2007, Edgar Rodrigues, enviou-me por correio dois livros: o último volume da Revista letralivre – Revista de cultura libertária, arte e literatura, nº 47 - onde se encontram artigos muito pertinentes e actuais de vários companheiros. Sendo todos eles interessantes, queria deixar uma palavra de estímulo para a leitura do artigo “Os Bichos – Território e Metamorfoses” de Jean Baudrillard, para além do artigo “Anarquia e Ordem não são Inimigas” de Edgar Rodrigues. No primeiro artigo, Baudrillard com a sua forma peculiar de ir directo aos assuntos, dá-nos conta do quanto podemos “saber” sobre o ser humano através do tratamento que estes dão aos bichos ao longo das várias eras, quer em termos

científicos, quer religiosos, sociais e económicos, “saber” que será sempre um desaprender porque os bichos até nem falam, mas sentem como nós. Artigo muito interessante mesmo! Sobre o de Edgar Rodrigues, que conhecemos também pela forma directa, próxima e conhecedora de tudo quanto afirma, diz-nos que não devemos, como muitos fazem, confundir Anarquia com Desordem.

Mas o que me traz a esta recensão, não é aquele primeiro livro mas, antes, o segundo que Edgar Rodrigues me enviou - Mulheres e Anarquia - da sua autoria. Logo na entrada do seu livro sensibilizou-me a dedicatória que Edgar Rodrigues deixa:

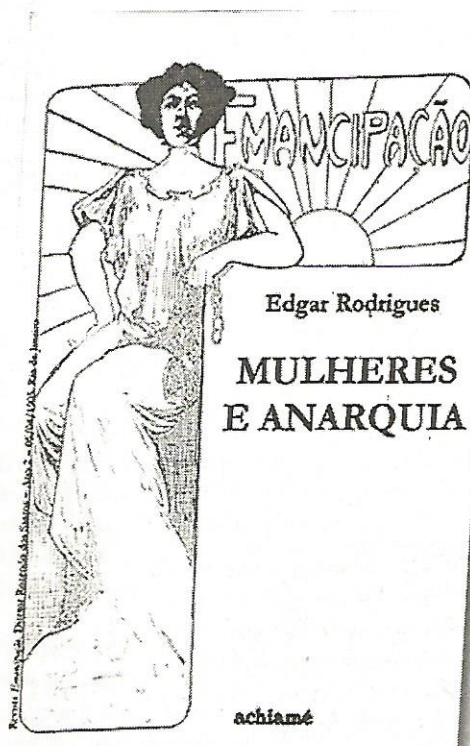
“Mulheres e Anarquia, meu sexagésimo trabalho publicado, dedico-o às duas mulheres mais importantes de minha vida: ALBINA DA SILVA SANTOS, minha mãe. ONDINA DOS ANJOS DA COSTA SANTOS, minha companheira de 65 anos de cumplicidade...”

A primeira, não obstante sua ingenuidade de filha de agricultores aldeões da classe média, soube aceitar e respeitar reuniões

clandestinas de conspiradores libertários, em sua casa, contra a ditadura portuguesa, e orientar seus dois filhos, adolescentes ainda, para visitar seu pai quando esteve preso na central da polícia política em 1936, na cidade do porto, Portugal. A segunda pelos mais de meio século de companheirismo, de colaboração, sem cuja ajuda não teria possibilidades de realizar meus ideais.

Rio de Janeiro, 2007”

É bom ver alguém dedicar o que quer que seja à sua mãe e à sua companheira, neste caso um livro, pois revela uma presença emocional real na altura da dedicatória. A presença da Mãe, a que põe no mundo, que dá a vida pela vida e a presença da companheira, neste





caso de mais de 65 anos de cumplicidade, por caminhar lado a lado. Sendo duas mulheres que todos deveriam ter presentes no seu dia a dia, pelo AMOR que ambas representam, são, contudo, muitas vezes esquecidas neste “andar errante” e cada vez mais apressado dos dias de hoje. Edgar Rodrigues dá-nos a conhecer ao longo deste livro a luta que várias mulheres travaram pela sua emancipação, no sentido não da igualdade com o homem, como o fazem tantas feministas, mas antes, no sentido do caminhar a par pela elevação de ambos. Fala-nos da luta travada por várias mulheres desde finais do século XIX e durante o século XX como foram os casos de Emma Goldman (russa), Maria Lacerda de Moura (brasileira), Louise Michel (francesa), Angelina Vidal e Maria Archer (portuguesas), para além de tantas outras que são enumeradas nas páginas 52 e 53 em particular, mas também ao longo de todo o livro. Dá-nos a conhecer os ideais libertários destas mulheres, não para se igualarem aos homens apenas em termos de “trabalho igual, salário igual”, mas sim em termos de companheirismo, como seres humanos que merecem mais do que serem encaradas como têm sido desde tempos seculares em que Santo Agostinho e outros santos a consideravam o “mal”. Como nos diz Edgar Rodrigues “(...) a mulher é a razão maior de todos os grandes feitos do homem que a história regista, e até mesmo daqueles que o seu machismo impediu de confessar. Por detrás de uma grande obra está sempre uma companheira dedicada, ajudando inclusive anonimamente. (...) Ser mãe reflecte grandeza, desprendimento para dar carinho em doses sem fim. (...) A luta não é de macho e fêmea, é entre seres humanos e direitos humanos, entre governantes e governados. Homens

e mulheres, pais e filhos, irmãos e irmãs, todos iguais e todos vítimas de costumes e sistemas que precisam de ser demolidos (página 55.)” Como salienta Edgar Rodrigues ao longo de muitas páginas, não basta dar à mulher e ao homem direitos, deveres e salários iguais para trabalhos semelhantes, é preciso construir uma sociedade NOVA e instituir uma nova educação, onde a liberdade de todos e de cada um seja convertida em património universal. Foi também este o lema de muitas das mulheres libertárias do passado que, por defenderem essas ideias, foram perseguidas, presas ou exiladas. Avançámos muito pouco, de então para cá (há mais de um século). Foram mínimas as liberdades conseguidas para tantas as que eram pretendidas. Se é uma realidade que existem cada vez mais mulheres a desempenharem o que, antes, lhes era proibido, como carreiras militares, para militares e políticas, será que, por esta razão, podemos dizer que a mulher está mais emancipada? Não o cremos, pois aqui estarão a fazer exactamente o que os “mais machistas” do passado faziam – aceder a carreiras de poder e comando. Será que por existirem cada vez mais mulheres a trabalhar fora e dentro de casa, se conseguiu a tão desejada emancipação? Será que se conseguiu o companheirismo que tanto se reivindicava? Ler este livro de Edgar Rodrigues pode conduzir a algumas respostas mas, sobretudo, levanta-nos muitas dúvidas e reflexões sobre os reais avanços da emancipação/libertação da mulher, sobre avanços reais na forma como a mulher era tratada/encarada, num passado não muito longínquo, e a forma como continua a sê-lo nos dias de hoje.

Guadalupe Subtil

CURSO LIVRE DE ABOLICIONISMO PENAL

Edson Passetti

Tentar uma síntese que penetre uma obra desta envergadura que esmiúça, em 166 páginas, uma matéria para a qual me mingua formação e saber e que, só agora, acolhi na minha consciência, é uma tarefa difícil de levar a cabo mas, não impossível, embora tema soçobrar no percurso por não ser verdadeiramente explícito na execução da recensão.

Fui convidado a escrever uma recensão da obra com o título em epígrafe. Embora a obra me ultrapasse pelo seu conteúdo não quis deixar de me sentir honrado pela confiança que em mim depositaram. Assim, antes de avançar com a minha crítica acho, por bem, transcrever o que se encontra impresso nas tiras interiores da capa e contracapa. Mantive a mesma grafia nas partes transcritas.

INTRODUÇÃO

«DO UNIVERSAL AO PARTICULAR

O castigo é uma prática de punição que objetiva obediência. Ele é regulado modernamente pelo direito, que explicita o quanto de tolerável há na sua aplicação sobre o corpo e a alma. Dessa maneira, um conjunto punitivo universal conhecido como prevenção geral é elaborado, aplicado e administrado sobre os corpos daqueles que ameaçaram a sociedade.

O direito penal trata das punições a jovens e adultos que cometeram infrações e que são julgados como delinquentes. O sistema penal inclui justiça, internação, vigilância, devoluções e eliminações de encarcerados. Procura responder, por meio de diversas reformas, às reivindicações da sociedade que pretende se defender de marginais perigosos, criminosos monstruosos e educar pequenos infratores. Vivemos no presente os efeitos de uma nova reforma que se tem orientado pelos programas de tolerância zero.

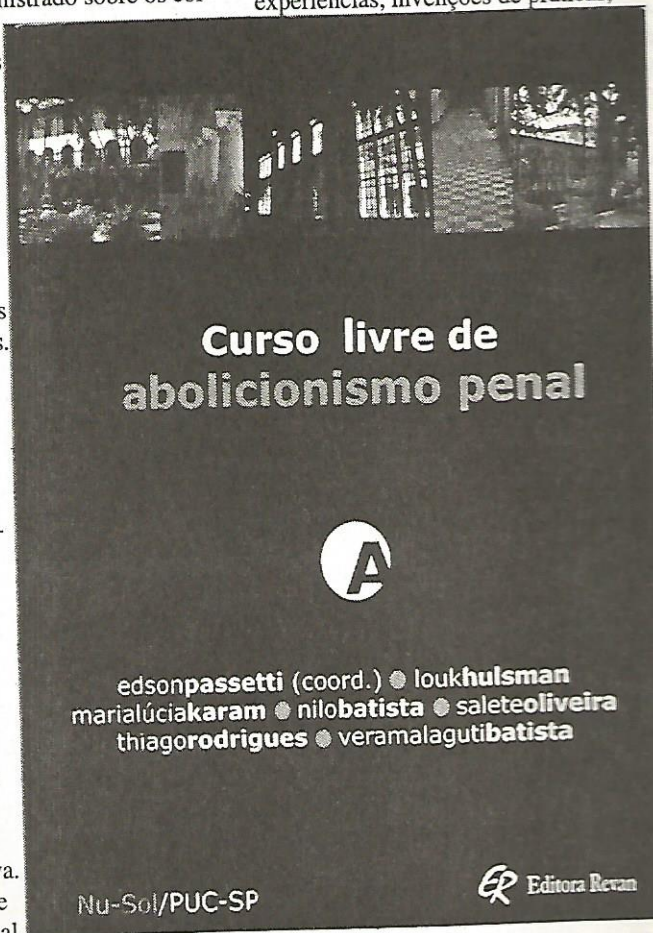
O Curso livre de abolicionismo penal procura situar a atualidade da crítica ao sistema penal neste quadro de multiplicação das penalidades no âmbito governamental e na sociedade, em que o regime de penas alternativas se compõe com a continuidade da penalização seletiva de parte da população. Qual parte? A mais pobre.

Michael Foucault enfatizava a necessidade de uma intolerância ativa diante da difusão de um discurso punitivo articulado aos supostos valores superiores de tolerância. Tratava-se de uma perspectiva. A do abolicionismo penal é também a de suprimir a universalidade do direito penal, lidando cada caso como situação-problema.

Sabemos que o direito é uma histórica política burguesa e que essa classe não é inocente ou tola, mas inteligente, cruel e cínica.

Os professores reunidos neste curso livre, problematizam corajosamente esta política, os efeitos dos universais penalizadores e as especificações dos vigilantes sociais.»

Na contracapa encontra-se um curto texto apologético do conteúdo que nos dá uma panorâmica geral do que os autores pretendem dividindo o título em duas partes: O Curso Livre e O Abolicionismo Penal. «O curso livre propicia possibilidades de contatos, aproximações, trocas de experiências, invenções de práticas,



Curso livre de abolicionismo penal

A

edsonpassetti (coord.) • loukhulsman
marialúciakaram • nilobatista • saleteoliveira
thiagorodrigues • veramalagutibatista

Nu-Sol/PUC-SP

Editora Revan

amizadas, amores intensos, refeições divertidas. O curso livre é mais e menos do que professor, aluno e sala de aula com uma específica bibliografia. Promove as-sociabilidades.»

«O abolicionismo penal é uma prática anti-hierárquica que não se limita ao

sistema penal. Trata da demolição de costumes autoritários difundidos na cultura ocidental, ancorados na autoridade central de comando com o direito de dispor dos corpos.»

Com a magnificente leitura que efectuei fui conduzido a vários e díspares estados de espírito. Desde a dor, a raiva, a impotência, a frustração de ter andado tão longe da realidade que nos dizima, mata, estrofia, mesmo quando nos intitulamos anarquistas e defendemos a abolição das prisões, polícias, exércitos, igrejas, hierarquias, manicómios que os defensores do Estado/Capital/Religião hierarquizada acarinham e defendem com unhas e dentes sem se deterem perante nada para alcançarem os seus obscuros fins.

A obra tem a colaboração de sete autores e, qualquer deles, merecia uma referência apologética mas, devido às limitações naturais de espaço da Revista, limito-me a citar o autor e o título do seu trabalho impresso no livro.

- Assim, o Curso Livre e A Actualidade do Abolicionismo Penal tem a assinatura de Edson Passetti (pp. 9-13-34);
- No trabalho seguinte, da responsabilidade de Louk Hulsman, disserta sobre as Alternativas à Justiça Penal (p. 35-68);
- A seguir, Maria Lúcia Karam assina o trabalho Pela Abolição do Sistema Penal (pp. 69-108);
- Depois, surge-nos Nilo Batista que aborda a questão da Pena Pública em Tempo de Privatização (pp. 109-116);
- Nas páginas 117 a 130 encontramos-nos perante o texto de Salete Oliveira que grafa com o sugestivo título Linguagem-fronteira e Linguagem-percurso;
- Em Thiago Rodrigues deparo-me com um título de veras actual e cuja actualidade merece uma chamada para a leitura de Drogas, Proibição e a Abolição das Penas (pp. 131-151);
- E, chegamos, a Vera Malaguti com História sem Fim (pp. 153-159).

Com Thiago Rodrigues e Vera Malaguti Batista assisto, como num filme, ao escalpelizar de uma realidade que nos definem e alertam para as regras do jogo legalista que, em zigzag e transversalmente me escapa como cidadão comum, e

que, a par de lindos discursos, nos preparam – para os nossos filhos e netos e bisnetos e tetranetos... – uma sociedade asséptica que, hodiernamente, me passa de lado e não-de transformar – se já não o somos – em meros papa hóstias laicas, em que todos os domínios sociais são criminalizados com o sofisma e a falácia de que zelam pela segurança de todos e de cada um.

Porque tenho estado cego para a realidade e deixei-me embalar com as boas intenções dos políticos, não me apercebi do que eles – dou-lhes o beneplácito da dúvida – consciente ou inconscientemente nos preparam. Todo o texto da obra, assinado por diversos autores, merece uma pausa para reflexão e um inverter/paragem das nossas marchas para o abismo em que nos entregamos – inconscientemente – de mãos e pés atados ao sacrossanto poder do Estado que, como diz Louk Hulsman:

«[...] O “programa” de atribuição da pena, típico da justiça criminal, é cópia fiel da doutrina do “juízo universal” e do “purgatório”, que encontramos em algumas doutrinas teológicas da cristandade ocidental. É também marcado pelas características de “centralidade” e de “totalitarismo”, específicas destas doutrinas. Obviamente, tal origem – a “velha” racionalidade – se esconde por trás de palavras novas: “Deus” é substituído pela “lei” e a “assembléia do povo” por “nós”.»

Através deste pequeno extracto da obra em referência não minimizo o alcance de todos os restantes textos e autores que, na sua forma particular de entender o Abolicionismo Penal nos conduzem através do labirinto das leis e da criminologia abrindo-nos os olhos para uma realidade diferente de ver o argueiro no olho do vizinho, miudezas, e não ver a tranca que se aloja no seu.

Ilídio dos Santos

A CNT NA ENCRUZILHADA De Luis Andrés Edo *AVENTURAS DE UM HETERODOXO*

Antes de avançar com a recensão propriamente dita, importa fazer a apresentação do autor a fim de que, pelo menos, se saiba do que falo e escrevo. Na orelha da capa, encontramos o seguinte:

«A trajectória militante de Luis Andrés Edo, de clara inclinação anarquista, está pejada desde a sua adolescência pelo signo da clandestinidade, até ao ponto que esta se converte, no desenrolar do seu prolongado activismo, na segunda natureza do seu comportamento.

A retirada dos selos ou cintas das carruagens de mercadoria de RENFE, para expropriar alimentos, na grande fome dos anos quarenta, a

sua participação na greve de estudantes em 1945, no seu trabalho, as suas deserções do Exército e a sua "actividade" proselitista a partir dos calabouços do castelo de Figueres, no início dos anos 50, são precedentes da sua atípica formação social que envolverá com as suas experiências assembleárias do seu exílio em Paris.

E tudo isso complementar-se-á com as suas prolongadas permanências na prisão, que o forjaram para enfrentar o desafio, não só de contribuir, já na transição, na reconstrução da CNT, senão que também, com o presente livro, no gigantesco esforço de recuperar a memória histórica autocrítica do Movimento Libertário.

Luis Andrés Edo aceitou sempre a responsabilidade em participar na gestão estrutural; foi secretário da Federação Local de Paris da CNT, secretário-geral do Comité Peninsular da FIJL no Exílio, designado na transição membro do Comité Regional de Catalunya da CNT; ocupou, mesmo assim, a direcção de Solidaridad Obrera e é autor do ensaio La Corriente («A Corrente») elabora-

do, clandestinamente, na prisão de Soria em 1968.»

Na contracapa, podemos ler o seguinte:

«Sem qualquer título académico, Luis Andrés Edo é o produto experimental e intelectual do assembleísmo da CNT, da Assembleia mais importante da história do Exílio: a Assembleia de Paris, que se manteve a funcionar durante 40 anos. Luis Andrés Edo descobriu a referida Assembleia, a seguir à sua segunda deserção do Exército, em 1954, como assíduo participante, todos os domingos, até 1966, quando foi capturado em Madrid pela Unidade Móvel da Brigada Político Social.

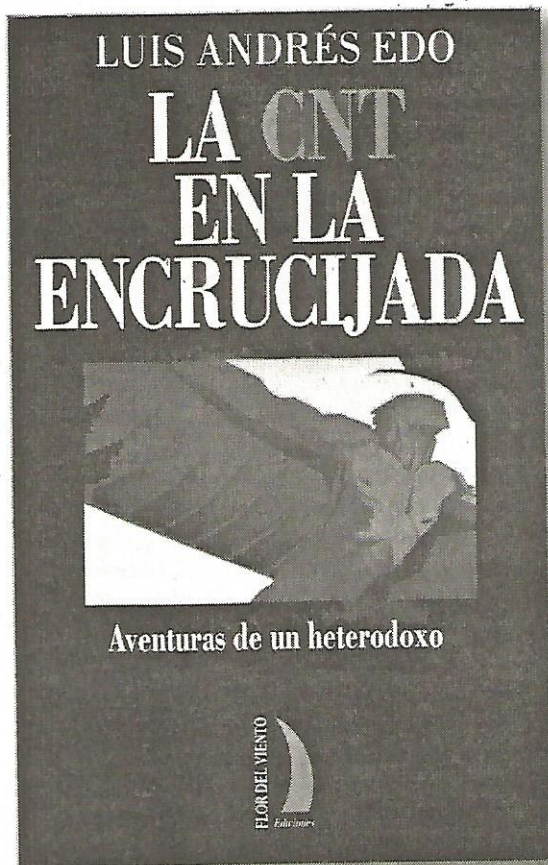
A essa formação assembleária deve acrescentar-se outra fase complementar: as suas diversas e prolongadas permanências (num total de dez anos) cum-

pridas em prisões franquistas, onde pôs à prova toda a sua capacidade analítica adquirida no autêntico Magistério Assembleário citado mais acima e que se traduziu em inúmeras informações sobre a situação prisional daqueles anos (aos que se faz referência neste livro) e num facto histórico sem precedentes nas prisões espanholas durante o franquismo: a ausência de debates entre as diversas tendências políticas dos presos que se quebra na Prisão de Soria em 1967-1968 de cujas discussões Luis Andrés Edo elaborou, clandestinamente, o seu livro La Corriente («A Corrente»), de que faz, agora, ampla referência.

Todas estas consequências estão precedidas dos momentos históricos que se viveram a partir de 19 de Julho de 1936, em Barcelona, para onde foi residir aos dez anos e, sobretudo, pela influência do projecto pedagógico de

laicismo na Escola Primária, que para as crianças foi como descobrir um novo "planeta": o Conselho da Escola Nova Unificada (CENU) cuja experiência o marcaria para toda a sua vida.

Com estas diversas e distintas dinâmicas, afrontará situações limites, como os



interrogatórios policiais e os acontecimentos penitenciários, entre os quais importa destacar o primeiro motim da prisão Modelo de Barcelona (antes da morte de Franco), em Outubro de 1975.

Posto em liberdade em Junho de 1976, integrar-se-á em pleno na reconstrução da CNT e foi designado membro do primeiro Comité Regional de Catalunha, já na transição.»

Com estas linhas ponho, quem quer que seja que nos leia, perante as linhas gerais em que decorre a obra. Sem dúvida, sendo ilustrativas, as linhas precedentes, de modo algum tocam em todos os pontos narrados no livro.

Perante um companheiro e militante da anarquia (anarco-sindicalismo) deste quilate, conforme o que é narrado acima, sinto-me deveras insignificante para traçar uma abordagem ao seu livro. Em meu entender, tratando-se de uma época conturbada, 1936-1939, período designado por Guerra Civil Espanhola, de forma alguma ela terminou e arrastou-se durante todos os anos em que Franco, ressabiado, se manteve à frente do governo de cunho nazi-fascista que obrigou a que muitos companheiros se exilassem e mantivessem acesa a chama emancipadora do anarco-sindicalismo e da anarquia nos países que os receberam.

A obra é dividida em XV capítulos e cada capítulo é subdividido em subtítulos que se tornaria demasiado extenso fazer a sua transcrição, ficando-me apenas pela sua referência.

Como é habitual em obras deste quilate, inicia-se com os Agradecimentos, Introdução e, em seguida, entra-se no miolo sumarento do livro em que me limitarei a anotar os títulos dos capítulos e o respectivo número de página em que eles se iniciam:

Chegada a Barcelona (p. 41); A Guerra/Revolução (p. 47); O Pós-Guerra (p. 73); O Exílio (p. 89); Chegada a Paris (p. 115); Defesa Interior (D. I.) (p. 153); A Detenção do Grupo em Madrid (p. 177); O Debate Ideológico (p. 211); O «Taca, Taca, Taca»; A Morte de Franco (p. 255); A Transição (p. 263); O Incêndio do Scala (p. 293); A Corrupção, o mais Grave da Transição (p. 317); Os «Apaches» (p. 323); Dois Sumários Chave (363); «Lucio, O Anarquista Irredutível» (p. 379); Epílogo (p. 393); Anexo; Siglas; Índice Onomástico.

Com a transcrição acima realizada vou, de seguida, debruçar-me sobre o conteúdo da obra que, como é evidente, será a minha opinião e a visão que dela tenho é a de um leigo na matéria que só a acompanhou através de uma leitura heterogénea o que, por conseguinte, me impede de entrar em pormenores pois que tal significaria ter que me ilustrar através da literatura da época dos acontecimentos narrados.

O livro opõe duas personalidades. Uma global (CNT) e outra individual (L. A. Edo). Nesta visão não tomarei qualquer favoritismo. Limitar-me-ei a uma abordagem geral sem contar fazer sobressair quem quer que seja.

Em primeiro lugar quero ressaltar o valor do livro para a História do Anarco-sindicalismo personificado pela CNT/FAI Anarquia. Em segundo lugar importa-me dizer que, das centenas de páginas que tenho lido sobre a Guerra Civil, em nenhuma delas vi referido o nome de Luis Andrés Edo o que, para mim, constitui um saber deficiente e me impede tomar a sua defesa ou contestá-lo.

É certo, tendo em atenção as características sui generis da época e da participação dos anarquistas e anarco-sindicalistas na Guerra Civil é possível terem-se cometido muitos erros de avaliação. Não é o caso de Edo que critica o tipo de estruturas anquilosadas que impediram uma melhor participação na Guerra Civil. Longe de mim a intenção próxima ou remota, ao fazer esta abordagem, diminuir a importância de Edo e do seu livro na narração autocrítica histórica que nele encontramos. É importante termos presente que o autor viveu e sofreu, por dentro, a sua narrativa. Não é um historiador encartado como, facilmente se depreende da sua leitura, nem tão pouco toma defesas e ataques radicais sem as fundamentar. Luis Edo deixa-se conduzir pelas memórias vividas e pela pena que maneja de forma ímpar.

Para ilustrar o que atrás digo abro o livro na parte dedicada ao Epílogo e ressalto logo as palavras iniciais: «Quando decidi escolher o título deste livro não quis catalogá-lo como ortodoxia do anarquismo, pois que, a ortodoxia, nega o pensamento criativo. Em troca, todo o anarquista que se preze será sempre heterodoxo, até ao ponto de cair no pleonismo, pois anarquia e heterodoxia significam a mesma coisa.»

93

ALTO

Como se vê, Edo, torna-se deveras polémico e não sei onde ele foi desenterrar tal parentesco. Será porque ele é espanhol e eu sou português? E fazemos duas leituras da Anarquia? Não sei. Aqui fica um tema para discussão no interior do Colectivo Redactorial da Revista UTOPIA. Para mim, aproveito já, digo que os dois vocábulos podem apresentar algumas semelhanças. No entanto, passo a definir como entendo heterodoxia. Esta significa comportamentos diversos. A diversidade é a sua pedra de toque. A Anarquia é algo de mais superior. Não tem, na sua essência, outra substância que não seja a recusa de tudo o que atropela/viola a Liberdade/Igualdade e torna o género humano infeliz. Para mim separa-as um abismo. A Anarquia é uma Ideia, uma Ideologia, uma Filosofia de Vida; a Heterodoxia é uma prática. Entre uma e outra existe uma diferença de qualidade. A não ser, claro, que o autor pretenda com tal sinonímia minimizar o impacto destrutivo, segundo alguns dicionários, do conceito Anarquia. Mais adiante, no seu segundo parágrafo, Edo, escreve que: «[...] o marxismo penetrou, desde há mais de um século, no discurso intelectual interpretando conceitos estruturais, pragmáticos, hegemónicos que, em demasiadas ocasiões (e na actualidade), forçaram a porta dos delineamentos políticos e ideológicos – incluindo o do anarquismo –, relegando a riqueza da diversidade e a utopia, em troca de uma hegemonia ortodoxa. E esta última condição é a que, imparável, penetrou na estrutura anarco-sindicalista da CNT.» Quanto ao primeiro período desta transcrição tive, na realidade portuguesa, bastantes exemplos que corroboram a afirmação de Edo, da influência nefasta dos discursos 'marxistas' no discurso e prática do anarquismo. Em relação ao

segundo período já não direi outro tanto. Primeiro porque não sou militante da CNT e, portanto, não conheço a sua realidade prática, embora seja um atento leitor da imprensa anarco-sindicalista da CNT e li/leio diversos autores que abordaram a questão da Guerra Civil Espanhola. L. A. Edo desenvolve a sua crítica à CNT em bloco em matérias que conhece e sofreu/viveu por dentro. Contudo, segundo a minha perspectiva, isso constitui um erro de análise pois que os dirigentes da CNT estão sempre a mudar e devia, por isso, nomear todos os culpados do mau desenvolvimento da CNT. Aliás, Edo escreve no referido Epílogo, o seguinte: «[...] as crises orgânicas do anarco-sindicalismo são consubstanciais à existência das suas estruturas. Não pode entender-se o anarco-sindicalismo sem crises internas.» Tenho consciência de que a Verdade é relativa e não absoluta e que, por isso, a busca pela Verdade é dinâmica e não dogmática mesmo quando somos nós a defendê-la. Desta forma, fazer elogios entusiásticos que saem fora da órbita da natureza humana e, por conseguinte, é importante, como princípio, habituarmo-nos a viver com a diferença, com o diferente, desde que não ponha em causa os princípios mínimos da Anarquia. Aqui, talvez surja um conflito de comportamentos, pois que, muitos companheiros confundem Anarquia com Anarquismo, Anarco-sindicalismo e Libertário, segundo o meu ponto de vista, o que gera alguma confusão para os não iniciados na Anarquia. No entanto, L. A. Edo dá-nos um exemplo de hombridade quando ousa, e bem, sair a terreiro para defender os princípios organizativos do anarco-sindicalismo segundo a sua prática e a sua experiência. Antes de terminar esta recensão não posso deixar de alertar os leitores de que as transcrições estão deslocadas do contexto em que foram produzidas e que, por isso, podem ser passíveis de várias interpretações/leituras. A minha é uma delas.

Ilídio dos Santos

A

Rivista anarchica mensile, anno 37, n° 326, maggio 2007 - Contacto: Editrice A, C.P. 17120, 20170 Milano, Italia; E-mail: arivista@tin.it; Web site: www.arivista.org

Al margen

Portavoz del Ateneo Libertario, Año XVI, n° 61, Primavera 2007 - Contacto: Ateneo Libertario Al Margen, Calle Palma 3 bajo, 46003 Valencia, España; E-mail: correo@ateneoalmargen.org; Web site: www.ateneoalmargen.org

Antisistema

Periódico Anarquista de Barcelona, Febrer 2007 - Contacto: E-mail: antisistemabcn@gmail.com

Courant alternatif

Mensuel édité par l'Organisation Communiste Libertaire, n° 170, mai 2007 - Contacto: OCL / Égrégore, B.P. 1213, 51058 Reims cedex, France; E-mail: oclibertaire@hotmail.com; Web site: http://oclibertaire.free.fr/

Ekintza Zuzena

Aldizkari Libertarioa, n° 34, 2007 - Contacto: Ediciones E.Z., Apartado 235, 48080 Bilbao, España; E-mail: ekintza@nodo50.org; Web site: http://www.nodo50.org/ekintza

Fenikso Nigra

Aperiódico de Propaganda dos vários Anarquismos de Campinas e Região - Número 9 / 2006 - Contacto: Caixa Postal 999, CEP 13001-970 Campinas / SP, Brasil; E-mail: feniksonigra@yahoo.com.br; Web site: www.fenikso.org3.net

Le Monde Libertaire

Hebdomadaire de la Fédération Anarchiste, n° 1480, du 31 mai au 6 juin 2007 - Contacto: Le Monde Libertaire, 145, Rue Amelot, 75011 Paris, France; Telef. 33.1.48053408

Libertaria

il piacere dell'utopia - Rivista trimestrale, anno 9, numero 1 / 2, gennaio / giugno 2007 - Contacto: C. P. 10667, 20110 Milano, Italia; E-mail: libertaria@libertaria.it; Web site: www.libertaria.it

Libera

Informativo da Federação Anarquista do Rio de Janeiro - FARJ, n° 136, Ano 16, Jul-Dez/2006 - Contacto: Caixa Postal 14576, CEP 22412-970 Rio de Janeiro / RJ, Brasil; E-mail: farj@rise-up.net; Web site: http://www.farj.org

Mídia Rebelde

Publicação digital, Maio 2007, n° 10, Salvador - BA - Contacto: midiarebelde@terra.com.br

Polémica

Información - Crítica - Pensamiento, Año XXVII, n° 90, Marzo 2007 - Contacto: Apartado de correos 21.005, 08080 Barcelona, España; E-mail: polemica@polemica.org; Web site: http://www.polemica.org

Política Operária

N° 109, Março / Abril 2007, Ano XXII - Contacto: Apartado 1682, 1016-001 Lisboa, Portugal; E-mail: dinopress@mail.telepac.pt

Solidaridad Obrera

Portavoz de la Confederación Nacional del Trabajo (CNT), N° 330, 15.04.07 - Contacto: C/ Joaquín Costa, 34, entresuelo, 08001 Barcelona, España; E-mail: cntsoliobrera@hotmail.com

Publicações recebidas

Umanità Nova

Settimanale Anarchico, anno 87, n. 19, 3 giugno 2007 - Contacto: c/o Federazione Anarchica Torinese, C.so Palermo 46, 10152 Torino, Italia; E-mail: fat@inrete.it

Outros documentos e livros recebidos

A Concepção do Naturismo Libertário Henri Zisly, Ed. Pandora, Lisboa, 2007

Bollettino Archivio G. Pinelli

Boletim do Centro de Studi Libertari Giuseppe Pinelli, n° 28, Dicembre 2006 - Contacto: C.P. 17005, 20170 Milano, Italia; E-mail: info@centrostudilibertari.it; Web site: http://www.centrostudilibertari.it

Bulletin of the Kate Sharpley Library

Boletim da Livraria Kate Sharpley, Number 49, Jan. 2007 - Informação sobre publicações editadas e disponíveis. - Contacto: Kate Sharpley Library, BM Hurricane, London WC1N 3XX, England; Web site: www.katesharpleylibrary.net

La mémoire et le feu - Portugal: l'envers du décor de l'euroland - Jorge Valadas, Éditions L'Insomniaque, Paris, 2006

Robespierre

Amigos de Robespierre, n° 1, Año 2007 - Contacto: Ap. 3039, 09080 Burgos, España

Socialismo - síntese das origens e doutrinas Edgar Rodrigues, Editora Achiamé, Rio de Janeiro, 2006